



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO



MARIA MARLI MELO NETO

**O MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
ENSINO NO IF SERTÃO-PE:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Salvador
2018

MARIA MARLI MELO NETO

**O MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
ENSINO NO IF SERTÃO-PE:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Projeto de Intervenção apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Educação: Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas na Faculdade de Educação - Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial de obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a M^a Roseli Gomes Brito de Sá

Salvador
2018

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Melo Neto, Maria Marli.

O monitoramento das políticas públicas de ensino no IF Sertão-Pe: desafios e perspectivas. / Maria Marli Melo Neto. – 2018.

125. f. : il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Roseli Gomes Brito de Sá.

Projeto de intervenção (Mestrado Profissional em Educação, Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2018.

1. Avaliação. 2. Ensino profissional - Planejamento.
3. Professores - Formação. 4. Indicadores educacionais.
I. Sá, Maria Roseli Gomes Brito de. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 371.26 - 23. ed.

MARIA MARLI MELO NETO

**MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO
NO IF SERTÃO-PE:
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Projeto de Intervenção apresentado ao curso de Curso de Mestrado Profissional em Educação: Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas na Faculdade de Educação - Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial de obtenção do grau de Mestre em Educação.

Aprovado em 24 de agosto de 2018.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Maria Roseli Gomes Brito de Sá - Orientadora
Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia, Brasil (2004)
Professora Associada da Universidade Federal da Bahia - UFBA, Brasil

Prof.^a Dr.^a Lanara Guimarães de Souza
Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia, Brasil (2015)
Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia - UFBA, Brasil

Prof.^a Dr.^a Rosângela da Luz Matos
Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, Brasil (2008)
Professor Permanente da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Brasil

Prof. Dr. Francisco Kelsen de Oliveira
Doutorado em Ciências da Computação pela UFPE, Brasil (2017)
Coordenador de Mestrado do Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IF Sertão-PE, Brasil

Salvador
2018

A

*Meu pai, Heleno Rodrigues dos Santos (in memoriam),
por acreditar que a educação era o maior legado que
poderia deixar aos onze filhos para viverem
dignamente.*

AGRADECIMENTOS

A gratidão é o reconhecimento de nossa pequenez que se torna imensurável quando se partilha a vida em todas as suas dimensões. Seria impossível externar com palavras o quão grata sou por todas as bênçãos e graças recebidas, tão pouco poderia deixar de registrar a presença de pessoas amadas, responsáveis por este momento especial e com quem partilho esta vitória.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela dádiva da vida e pela presença constante em todos os momentos, dando-me sabedoria e força para vencer os obstáculos que iam aparecendo ao longo do caminho.

Ao meu querido esposo e companheiro, Luiz Gonzaga (Lula), por acreditar em mim e me permitir alçar voos em busca do infinito.

Aos meus filhos, Isa Danniele, Victor Daniel e Luís Fellipe, razão da minha existência e com quem aprendo a cada dia. Às minhas noras, Anne Caroline e Maria Tereza, e ao meu genro, Diego, por entenderem as ausências em vários momentos nesses dois anos de mestrado.

Ao Pedro Américo e Gregório, os amores e xodós da vovó, que me fazem ser uma pessoa melhor a cada dia.

À minha orientadora e companheira nesta jornada, Prof.^a Roseli, por se aventurar nessa trilha comigo, mesmo fora de sua área de estudo e pesquisa. Toda minha gratidão pela paciência para me introduzir neste mundo mágico e árduo da pesquisa de forma tão suave e firme.

Ao IF Sertão-PE pela parceria firmada com a UFBA, oportunizando 33 servidores a se capacitarem em serviço.

Aos professores do MPED pela troca de experiências e possibilidade de ampliar conhecimentos acadêmicos importantes para a escrita deste projeto: Inez Carvalho, Roseli de Sá, Silvia Leite, Ana Kátia e Penildon Silva.

Aos colegas do MPED de Petrolina e de Irecê com quem aprendi e partilhei momentos de alegria, de inquietações, de incertezas e de construção coletiva de conhecimento nos encontros dos GEAC's, nas oficinas, nos seminários e aulas.

A todos os meus familiares, e amigos os quais gostaria de nominar, conquanto impossível, por serem muitos e muito queridos. Sintam-se nominados na pessoa de Maria de Lourdes, a matriarca Melo, de quem herdei a força e a determinação. A vocês minha imensa gratidão pela compreensão dos momentos significativos que precisei me ausentar, e principalmente pelo apoio, incentivo e confiança, dizendo-me em silêncio de que seria capaz de chegar ao fim.

À minha família de fé, obrigada pelo companheirismo e orações.

E aos meus amigos e colegas de trabalho, pelo apoio incondicional em todas as etapas do mestrado.

*Não sei...
se a vida é curta
ou longa demais para nós.
Mas sei que nada do que vivemos
tem sentido,
se não tocarmos o coração das pessoas.
Muitas vezes basta ser:
colô que acolhe,
braço que envolve,
palavra que conforta,
silêncio que respeita,
alegria que contagia,
lágrima que corre,
olhar que sacia,
amor que promove.
E isso não é coisa de outro mundo:
é o que dá sentido à vida.*

Cora Coralina

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Linha do tempo do IF Sertão-PE 1983 a 2014.....	18
Figura 2	Área de abrangência do IF Sertão Pernambucano.....	24
Figura 3	Macro etapas da metodologia.....	56
Figura 4	Etapas da trilha metodológica.....	58
Figura 5	Esquema para Monitoramento.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Histórico do Orçamento do IF Sertão-PE de 2011 a 2017	64
Gráfico 2	Eficácia IF Sertão 2016 – Cursos Superiores.....	70
Gráfico 3	Eficácia IF Sertão 2016 – Curso Técnico Médio Integrado.....	71
Gráfico 4	Eficácia IF Sertão 2016 – Cursos Subsequentes	72
Gráfico 5	Eficácia IF Sertão 2016 – Cursos FIC	76
Gráfico 6	Eficácia Geral IF Sertão 2016 por Modalidade	74
Gráfico 7	Relação de Aluno-Equivalente e Docente-Equivalente por região	85
Gráfico 8	Panorama do Proeja no IF Sertão-PE	94
Gráfico 9	Progressão de Matrícula – Proeja	94
Gráfico 10	Status das Matrículas Finalizadas	99
Gráfico 11	Eficiência Institucional 2016	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Localização regional do IF SERTÃO-PE	24
Quadro 2	Aspectos similares entre a Lei 11.892, o TAM e o PNE e o Decreto 5.840	62
Quadro 3	Aspectos similares entre as metas estabelecidas nos regramentos legais	66
Quadro 4	Aspectos similares entre as metas estabelecidas nos regramentos legais – Aluno x Professor	78
Quadro 5	Embasamento legal do PROEJA.....	87
Quadro 6	Metas de Ensino - PDI - 2014-2018	89
Quadro 7	Metas de ensino do PDI redimensionadas	91
Quadro 8	Sugestões de outras ações interventivas	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Dados populacionais dos municípios de abrangência do IF SERTÃO-PE	25
Tabela 2	Orçamento Total IF Sertão-PE – 2017	64
Tabela 3	Dados de Eficácia – 2016	67
Tabela 4	Dados de Eficácia – Série Histórica	69
Tabela 5	Relação RCM	77
Tabela 6	Relação RCM por Região	77
Tabela 7	Relação Aluno por Docente em Tempo Integral - RAD 2016... ..	79
Tabela 8	Relação Aluno por Docente em Tempo Integral - RAD 2016 – Série histórica	79
Tabela 9	Relação Aluno por Docente em Tempo Integral - RAD 2016 – Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia	80
Tabela 10	Relação Aluno por Docente em Tempo Integral - RAD 2016 – Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia por Região. ..	81
Tabela 11	Percentual de vagas do Proeja conforme Decreto	89
Tabela 12	Percentual de vagas do Proeja conforme Lei 11.892	90
Tabela 13	Previsão de oferta de vagas para o Proeja em 2018, conforme resposta enviada à CGU	91
Tabela 14	Eficiência PROEJA – 2006 -2017	92
Tabela 15	Dados Gerais do PROEJA – 2006 a 2017	93
Tabela 16	Índice de Eficiência Acadêmica 2016	97
Tabela 17	Descrição das Matrículas Finalizadas	97
Tabela 18	Dados da Eficiência Acadêmica na Rede Federal	100
Tabela 19	Eficiência por Região	100
Tabela 20	Dados da eficiência institucional de cada Unidade do IF Sertão-PE de acordo com o TAM	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IF Sertão-PE	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
CGU	Controladoria Geral da União
TCU	Tribunal de Contas da União
PNE	Plano Nacional de Educação
TAM	Termo de Acordo e Metas
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
MEC	Ministério de Educação e Cultura
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos
EBTT	Ensino Básico Técnico e Tecnológico
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
Uned	Unidade Descentralizada de Petrolina do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SEB	Secretaria de Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
SM	Salário Mínimo
EPCT	Educação Profissional Científica e Tecnológica
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FHC	Fernando Henrique Cardoso
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
CONSED	Conselho Nacional de Secretários da Educação
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação
DDR	Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
DPR	Diretoria de Políticas e Regulação de Educação Profissional e Tecnológica
DAE	Diretoria de Articulação e Expansão da Educação Profissional e Tecnológica

SAGE	Sistema de Apoio à Gestão Educacional
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
FIC	Formação Inicial e Continuada
EAD	Educação a Distância
EJA/Proeja	Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
TAM	Termo de Acordo e Metas
RCV	Relação Candidato Vaga
RAD	Relação Aluno e Docente
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
LDB	Lei de Diretrizes e Base
RCM	Relação de Concluintes por Matrículas Atendidas
RAP	Relação Aluno por Professor
PRODI	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
IFB	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília
IFP	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia São Paulo
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
CONSUP	Conselho Superior
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano

NETO, M. M. Monitoramento das Políticas Públicas de Ensino no IF Sertão-PE: Desafios e Perspectivas. Projeto de Intervenção (Mestrado Profissional em Educação: Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RESUMO

O presente trabalho aborda o Monitoramento das Políticas Públicas de Ensino no IF Sertão-PE: desafios e perspectivas. Projeto de Intervenção realizado no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE) e teve como objetivo analisar os indicadores de gestão a partir dos documentos que definem e regulamentam os Institutos Federais, na perspectiva de disponibilizar para a gestão, em possíveis necessidades futuras, instrumentos de acompanhamento das ações planejadas para a efetividade institucional. Este projeto foi organizado em trilhas: a teórica, a metodológica, a de análise de dados e a da proposta interventiva. Na trilha 1 foi apresentado o referencial teórico, visando fundamentar a importância do monitoramento e avaliação das políticas de ensino, com a abordagem dos seguintes temas: “Políticas Públicas”; “Educação e Educação Profissional e Tecnológica” e “Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas. A trilha dois aborda a metodologia para a realização da pesquisa, a terceira, propôs-se atender aos objetivos dessa pesquisa, seguindo as seguintes etapas, a saber: análise dos regramentos legais que regulamentam os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil em relação às metas a serem alcançadas pelo IF Sertão-PE; análise e comparação dos dados extraídos da Planilha do SISTEC 2016; apresentação dos dados para as equipes gestoras do IF Sertão-PE e para os servidores lotados no Departamento de Ensino nos Campi; na última trilha tem-se uma proposta de um modelo de acompanhamento e monitoramento das políticas de ensino. Os resultados obtidos demonstram que a falta de monitoramento é a maior problemática, quando se trata de indicadores acadêmicos. Diante dessa constatação, foram apresentadas propostas de ações, na trilha do monitoramento, que poderão ser utilizadas pela Pró-Reitoria de Ensino e as Direções de Ensino, para a implantação do monitoramento e avaliação das políticas de ensino no IF Sertão-PE, visando à melhoria dos índices apresentados nessa pesquisa.

Palavras-chave: Avaliação. Termo de Acordo e Metas. Monitoramento. Políticas Públicas.

NETO, M. M. Monitoramento das Políticas Públicas de Ensino no IF Sertão-PE: Desafios e Perspectivas. Projeto de Intervenção (Mestrado Profissional em Educação: Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

ABSTRACT

This paper approaches the Monitoring of Education's Public Policies in IF Sertão-PE: challenges and perspectives, Intervention Project accomplished in Federal Institute of Education Science and Technology from Sertão Pernambucano – IF Sertão -PE and had as objective to analyze the management's indicators starting from the documents that define and regulate the Federal Institutes, on expectation of provide to the managers, in possible future needs, monitoring instruments of planned actions for the institutional effectiveness. This Project was organized in lines: the theoretical, the methodological, the data analysis and the interventional. On the first line the theoretical reference was stated aiming substantiate the importance of the monitoring and evaluations of education's policies, with the approach of the following topics: "Public Policies"; "education and professional and technological education" and "Evaluation and monitoring of public policies". The second line approaches the methodology for conducting the research and the third line purposed to comply with the objectives from this research adopting the following steps: analysis of the legal rules that regulate the Federal Institutes of Education, Science and Technology on Brazil in relation to goals to be achieved from FI; analysis and comparison of data extracted from 2016 SISTEC's spreadsheet; data presentation to management teams from IF Sertão-PE and to servants on campi's Education Departments; on the last line there is a purpose of attendance and monitor model. The obtained results prove that monitoring lack is the biggest problem when talking about academic indicators. In view of this action proposals were presented on monitoring line, they can be used by Education Pro-Rectory and Education Managements to the implementation of monitoring and evaluation of education policies in IF Sertão-PE, aiming to improve indexes presented in this research.

Keywords: Evaluation. Agreements and goals term. Monitoring. Public Policies.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CHÃO ONDE ESTA PESQUISA/DORA TRILHOU	23
3	TRILHA TEÓRICA	30
3.1	POLÍTICAS PÚBLICAS	30
3.1.1	Conceituando Política Pública	32
3.2	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: RESPONSABILIDADE DO ESTADO	34
3.3	CONTEXTUALIZANDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1950	35
3.4	CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	36
3.5	A AVALIAÇÃO E O MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	44
3.5.1	Avaliação Ex-ante	47
3.5.2	Avaliação de Resultados – Avaliação Ex-Post ou Somativa	48
3.5.3	Avaliação de Metas	49
3.5.4	Avaliação Formativa	49
3.5.5	Monitoramento / Acompanhamento	50
4	NA TRILHA DA METODOLOGIA	52
4.1	TRILHAS METODOLÓGICAS	52
4.2	TRILHA DA PESQUISA DOCUMENTAL	54
5	TRILHANDO A ANÁLISE DOS DADOS	61
5.1	NA TRILHA DA LEGISLAÇÃO – ASPECTOS SIMILARES	61
5.2	NA TRILHA DE EFICÁCIA DA INSTITUIÇÃO	66
5.3	NA TRILHA DA RELAÇÃO DE ALUNOS POR PROFESSOR	78
5.4	NA TRILHA DO PROEJA	82
5.5	TRILHANDO A EFICIÊNCIA	95
6	NA TRILHA DA PROPOSTA INTERVENTIVA	103
6.1	MONITORAMENTO DOS RESULTADOS	105
6.2	OPERACIONALIZAÇÃO DO MONITORAMENTO BIMESTRAL	107
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS	113
	APÊNDICE I - Principais forças e fraquezas	119
	APÊNDICE II - Apontar e divulgar as principais ações bem sucedidas no campus	120
	APÊNDICE III - Fatores que influenciaram no resultado insatisfatório e propostas de solução	121
	APÊNDICE IV - Replanejamento de ações para melhoria dos Indicadores	122
	APÊNDICE V - Autoavaliação da Eficácia Docente	123
	APÊNDICE VI - Convite	124
	APÊNDICE VII - Pauta do encontro de monitoramento	125

1 INTRODUÇÃO

Este Projeto de Intervenção discutiu o monitoramento das políticas públicas de ensino, os desafios e as perspectivas no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE), no período de 2014 a 2016, atentando-se para as recomendações apresentadas pelos órgãos de controle: Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU), cujo objetivo é verificar o cumprimento dos indicadores apresentados por normas, leis e resoluções, como: a Lei nº 11.892/2008 de Criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia; a Lei nº 13.005/2014 que trata da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), Termo de Acordo e Metas/2010 (TAM), o qual estabelece metas para os fins de estruturação, organização e atuação dos Institutos Federais e o Decreto 5.840 / 2006.

A escolha dessa temática foi suscitada, quando no primeiro semestre de 2017, a equipe gestora do IF Sertão-PE deparou-se com uma auditoria da CGU, instigando todos a se debruçarem sobre dados do desempenho dessa instituição no período de 2014 a 2016 quanto: à eficiência, eficácia, relação entre aluno e professor e ao preenchimento de vagas conforme legislação.

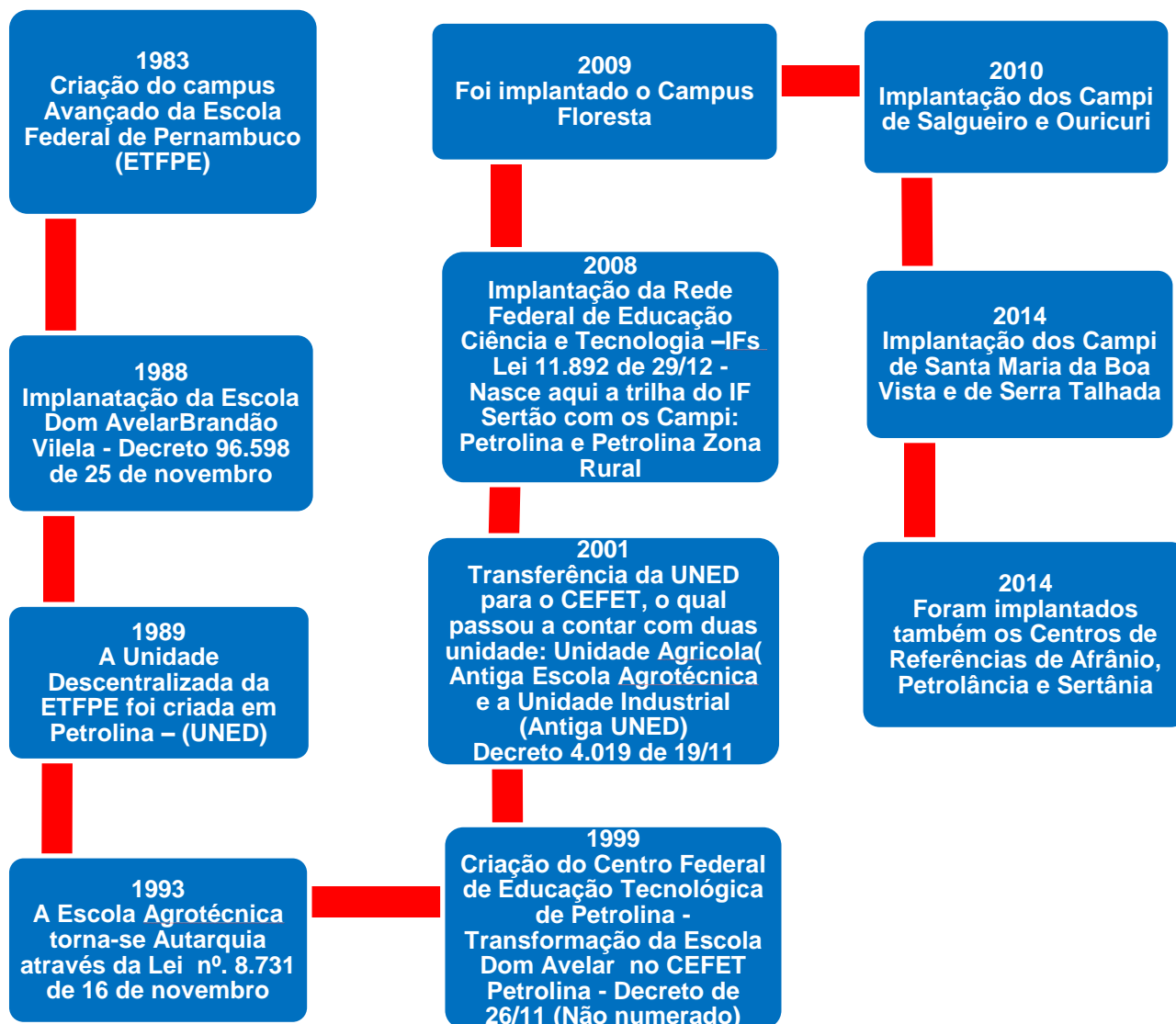
Esses dados dizem respeito, especificamente, à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) a quem compete, entre outras atribuições, conforme Regimento Interno (2012, p. 697), planejar, coordenar, executar e avaliar as ações e políticas do ensino, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério de Educação e Cultura (MEC), acompanhando a implementação dessas políticas e avaliando, na perspectiva de fortalecer a democratização através da interiorização da educação pública e de qualidade, cumprindo com seu papel de agente colaborador com o desenvolvimento local, na medida em que interage com a comunidade fundindo a igualdade na diversidade social, econômica, geográfica e cultural.

Não se pretende aqui entrar em discussão sobre o desempenho de gestões anteriores, entretanto, essa verificação ocorre periodicamente em todas as instituições de ensino públicas federais, assim não seria diferente no âmbito do IF Sertão-PE. Para surpresa, descobriu-se a não existência de uma política de acompanhamento, bem como o desconhecimento, por parte de alguns servidores, mesmo os mais antigos na gestão, de alguns desses documentos, principalmente o TAM, acordo firmado em 2010 entre o MEC e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, cuja

finalidade era a estruturação e organização dos Institutos Federais, considerando a implantação da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, como também a qualificação da gestão e melhorar a infraestrutura das unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Um dos desafios foi a falta de dados semestrais sobre o desempenho do IF Sertão-PE, conforme previa o TAM. Isso expôs as fragilidades e ou ausência de um monitoramento das ações de Ensino nesta Unidade, bem como dificultou o cumprimento dos prazos definidos nesses documentos, colaborando para que metas com prazos estabelecidos para 2016 não fossem atingidas. Esse cenário tornou mais evidente a importância deste Projeto de Intervenção sinalizando maneiras possíveis de acompanhamento e avaliação.

Pesquisar como se dá ou não o acompanhamento ou monitoramento das políticas públicas de ensino no IF Sertão-PE, presume-se ser uma temática fundamental para estudar, visando encontrar fundamentos teóricos que possibilitem à gestão do Instituto, caso se interesse, a definição de responsabilidades inerentes às políticas de ensino desenvolvidas em seus sete campi. Os dados demonstram que essa é a maior problemática, quando se trata de indicadores acadêmicos e deve-se à cultura institucional. O IF Sertão-PE está ainda em fase de autoafirmação, uma vez que passou por vários ciclos em tão pouco tempo, como será demonstrado na figura 1, como também devido à diversidade de oferta de ensino que os Institutos precisam cumprir, ou seja, desde a Educação Básica até a Pós-Graduação *stricto sensu*, dificultando encontrar o caminho ideal para atender a cada especificidade.

Figura 1 – Linha do tempo – IF Sertão-PE 1983 a 2014



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Histórico do IF Sertão-PE

Observa-se que de 1983 (ano de implantação da escola técnica) a 2008, (ano de criação dos Institutos Federais) a partir de Leis e Decretos, ocorreram mudanças significativas na Educação Profissional no Brasil, bloqueando a construção de uma identidade. A dificuldade de assimilação dessa nova identidade por parte da comunidade petrolinense é facilmente percebida, já que dez anos após a criação dos Institutos Federais, ainda predomina o termo Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET).

Ao chegar a primeira solicitação da CGU para a análise dos dados do TAM (2010), algumas dificuldades estavam postas: primeiro, encontrar o termo assinado, a fim de enviar às auditoras e cumprir um dos itens do monitoramento; outra, foi localizar

algum dado demonstrando o acompanhamento dessas metas como previsto no documento. A partir daí constatou-se a necessidade de explicar o cumprimento das metas, das quais treze estavam relacionadas diretamente à Pró-Reitoria de Ensino, campo de atuação da autora dessa pesquisa desde maio de 2016.

Segundo o Regimento Interno (BRASIL, 2012, p. 647) é competência desta Pró-Reitoria: I. organizar e controlar a execução das atividades desenvolvidas pelos Departamentos e Coordenações a ela subordinadas; II. acompanhar, supervisionar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos de Ensino da Instituição, propondo, com base na avaliação dos resultados, a adoção de providências relativas à reformulação dos mesmos.

Ao iniciar a análise do TAM, percebe-se que as metas relacionadas ao ensino se dividem em três categorias: 1. metas quantitativas, tratam da relação da eficiência, eficácia da instituição e dos alunos matriculados em relação à força de trabalho; 2. metas de ofertas, estabelecem os percentuais de vagas previstos em lei: 20% para as licenciaturas, de preferência, em matemática, física, química e biologia a fim a suprir a demanda nacional de professores dessas disciplinas; 50% para o Ensino Médio Integrado e 10% para o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) de acordo com o Decreto nº 5.840/2006, visando, assim, a ampliação e a qualificação da oferta. Já as metas de acesso visam permitir formas de ingresso aos cursos técnicos e superiores assentadas em ações afirmativas contemplando as realidades locais.

Embora determinadas metas sejam denominadas de quantitativas, elas possuem um viés qualitativo, pois almejam elevar a eficiência e a eficácia da instituição, ao prever, por exemplo, que em 2016, 90% dos estudantes matriculados deveriam efetivamente frequentar as salas de aula, evitando, com isso, ociosidade da infraestrutura. O TAM pretendia ainda, elevar o número de concluintes para 80% em 2016 em relação ao número de alunos matriculados. Há, também, uma meta incentivando a criação de programa em parceria com a rede pública contribuindo com a melhoria da qualidade na educação básica. Essas metas reafirmam o compromisso dos Institutos Federais com a justiça social, a equidade, a cidadania e a ética.

O maior desafio, no entanto, foi a falta de dados semestrais sobre o desempenho do IF Sertão-PE conforme previsto no TAM. Isso expôs as fragilidades e ou ausência de monitoramento das ações de ensino no IF Sertão-PE interferindo no cumprimento das metas.

Arretche referindo-se à avaliação afirma

[...] trata-se precipuamente de atribuir um valor, uma medida de aprovação ou desaprovação a uma política ou programa público particular, de analisá-lo a partir de uma certa concepção de justiça (explícita ou implícita). (ARRETCHÉ, 2009, p. 29)

Já Barroso (2005, p. 733) reforça a importância desse acompanhamento, denominando-o de regulação, o qual

[...] é um processo constitutivo de qualquer sistema e tem por principal função assegurar o equilíbrio, a coerência, mas também a transformação desse mesmo sistema, pois o processo de regulação compreende, não só, a produção de regras (normas, injunções, constrangimentos etc.) que orientam o funcionamento do Sistema, mas também o (re) ajustamento da diversidade de ações dos atores em função dessas mesmas regras.

Acredita-se, a partir dos dados obtidos durante a investigação, na possibilidade de oferecer subsídios à instituição para corrigir as falhas percebidas no percurso, como também se espera apoiar os gestores a planejarem ações capazes de proporcionar resultados satisfatórios, tanto para a comunidade interna quanto para a externa.

Decorre, daí, a motivação e a necessidade para a mudança do objeto de investigação delineado no início do mestrado, o qual versava sobre currículo integrado, tema significativo para um docente de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) que atua no Ensino Médio Integrado. Conquanto, sabe-se quão importante é um objeto de pesquisa no Mestrado Profissional que resulte em melhoria da atuação do profissional na Instituição. A esse respeito, encontra-se respaldo em texto escrito a quatro mãos, quando afirmam que:

A proposta do Mestrado Profissional em Educação currículo, linguagens e inovações pedagógicas é trabalhar com redes educativas que busquem, em consonância com as intenções do curso, formar profissionais da educação capazes de compreender processos complexos do cotidiano escolar e, mais do que isso, intervir e atuar no desenvolvimento de planos de ação, projetos e programas inovadores voltados para a qualidade dos sistemas de ensino, escolas e organizações encarregadas de processos de formação humana (SILVA; SÁ, 2016, p. 67).

Assim sendo, buscou-se compreender o seguinte problema: como um instrumento de monitoramento pode contribuir ou influenciar nos resultados acadêmicos do IF Sertão-PE? Em função desse problema tem-se como objetivo geral:

a partir dos documentos que regulamentam os Institutos Federais, compreender como um indicador de monitoramento gestão contribui para a efetividade institucional, na perspectiva de disponibilizar para a gestão, em possíveis necessidades futuras, instrumentos de acompanhamento das ações planejadas para o sucesso da instituição.

Os objetivos específicos são:

- a. Analisar os regramentos legais que regulamentam os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil em relação às metas a serem alcançadas pelo IF Sertão-PE até 2022;
- b. Comparar os resultados obtidos nos campi em relação às metas para o ensino estabelecidas no TAM e no PNE;
- c. Identificar os teóricos que dialogam sobre políticas públicas e sobre avaliação e monitoramento dessas políticas;
- d. Elaborar um modelo de instrumento de acompanhamento e monitoramento das políticas de ensino a partir de documentos oficiais no IF Sertão-PE.

Desse modo, a pertinência deste trabalho está em propiciar a discussão a respeito das políticas públicas de educação dos Institutos Federais a partir dos indicadores de gestão para além de um mero instrumento ou ferramenta de poder, mas como indicadores que permitem efetivamente alcançar os índices de qualidade e eficiência da educação pública que a sociedade espera.

Não há nenhuma pretensão de propor soluções mágicas ou infalíveis para a problemática, mas interligar os resultados obtidos com os objetivos pretendidos quando foram criados os Institutos Federais. Mesmo ciente da complexidade inerente à Rede Federal, pretende-se, com esta pesquisa, apresentar as implicações desses resultados no contexto onde estão inseridos os campi do IF Sertão-PE.

Ao adentrar no texto, encontra-se uma palavra diferente - trilha. O porquê do emprego desse termo deve-se à incerteza e complexidade quando se aventura no universo da pesquisa, caminho nem sempre linear e preciso. Ao penetrar numa trilha faz-se necessário abrir trincheiras, não aleatoriamente, mas de forma determinada a fim de obter êxito na missão ora iniciada. Essa é a mesma sensação que se tem ao ingressar no mundo da pesquisa e da escrita do texto acadêmico. Paulatinamente se

vai descobrindo o rumo e o melhor caminho a ser percorrido. Embora às vezes pareça obscura no início, a escrita de um texto não se dá de forma aleatória, tão pouco acontece de forma linear, fixa e pré-determinada, assim como acontece numa trilha. Mas parte-se do princípio fenomenológico em que segundo Macedo (2004, p. 47), “a realidade é o compreendido, o interpretado e o comunicado” e conforme Silva (2013, p. 75), busca-se por meio da fenomenologia hermenêutica, compreender os fatos em sua totalidade e não apenas explicá-los.

Nesse sentido, este Projeto de Intervenção trilhou a pesquisa documental com a finalidade de aproximar a realidade social, tendo como objeto os regramentos legais que normatizam os Institutos Federais, para obter um produto mais próximo da realidade institucional numa perspectiva analítica, bem como subsidiar a gestão na tomada de decisão para pensar ações pontuais que a ajude no cumprimento da missão e visão a que se propôs:

Promover o desenvolvimento regional sustentável com foco na ciência e tecnologia por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão, formando pessoas capazes de intervirem na sociedade, e ser uma instituição de excelência em todos os níveis e modalidades de Ensino, articulados com a Pesquisa e a Extensão, comprometida com a transformação social, fundamentada na ética e na cidadania (PDI¹, 2014-2018, p. 6).

Pode-se afirmar que essa missão se efetiva, na medida em que vários egressos se encontram no mundo do trabalho cumprindo com seu papel de cidadão consciente e crítico, contribuindo para o desenvolvimento sustentável local. Essa realidade pode ser verificada pela presença de vários ex-alunos que hoje atuam, também, como servidores efetivos e temporários em todos os campi do IF Sertão-PE.

¹ Plano de Desenvolvimento Institucional.

2 CHÃO ONDE ESTA PESQUISA/DORA TRILHOU

Será que políticas públicas, TAM, PNE, Lei de Criação dos Institutos Federais, têm relação com o cenário de atuação ou o “chão da escola” desta pesquisadora? Chão, aqui, compreendido não apenas como lugar, espaço físico, mas como o espaço da identidade e da construção de um saber coletivo, em que os sujeitos interagem e constroem relações que permitem a atuação de profissionais os quais ao mesmo tempo oferecem e recebem conhecimento. Conhecimento humanizado, gerador de relações profícuas, capaz de colaborar para a autonomia de sujeitos históricos e sabedores de onde querem chegar, produzindo, assim, um saber para além dos muros da escola.

Então de que chão se está falando? O chão de uma servidora do IF Sertão-PE desde 2011, cuja origem, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2014-2018, p. 2) remete à Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela, criada através do Decreto nº 96.598, de 25 de agosto de 1988, com a finalidade de ministrar o ensino de 2º grau (atual ensino médio) profissionalizante, tornando-se uma autarquia federal através da Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993. Com o Decreto de 26 de novembro de 1999 (não numerado), foi implantado o Centro Federal de Educação Tecnológica em Petrolina no estado de Pernambuco, propiciando a mudança da denominação da Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela, para o CEFET Petrolina.

De acordo com o Decreto nº 4.019, de 19 de novembro de 2001, a Unidade Descentralizada de Petrolina do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (Uned), foi transferida para o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) Petrolina, o qual passou a abranger duas unidades: uma localizada na área rural de Petrolina, chamada Unidade Agrícola (antiga Escola Agrotécnica), atual Campus Petrolina Zona Rural e outra na área urbana, chamada Unidade Industrial (antiga Unidade Descentralizada), atual Campus Petrolina.

Por fim, através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, foi instituída a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, e criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Surge, então, o IF Sertão-PE, o qual conta, atualmente, com sete campi: Petrolina, Petrolina Zona Rural, Ouricuri, Floresta, Salgueiro, Serra Talhada e Santa Maria da Boa Vista e três Centros de Referência: Afrânio, Sertânia e Petrolândia e a Reitoria.

O quadro 1 faz o detalhamento em relação à localização da Reitoria, como também dos campi e Centros de Referência no Estado de Pernambuco.

Quadro 1 – Localização regional do IF SERTÃO-PE

Mesorregião Sertão Pernambucano		Mesorregião São Francisco Pernambucano	
Microrregião de Araripina	Campus Ouricuri	Microrregião Petrolina	Reitoria Campus Petrolina Campus Petrolina Zona Rural Campus Santa Maria da Boa Vista Centro de Referência de Afrânio
Microrregião de Salgueiro	Campus Salgueiro	Microrregião Itaparica	Campus Floresta Centro de Referência de Petrolândia
Microrregião do Pajeú	Campus Serra Talhada		
Microrregião de Moxotó	Centro de Referência de Sertânia		

Fonte: PDI (2014-2018)²

Em relação ao contexto geopolítico, o IF Sertão-PE encontra-se inserido no Semiárido Nordeste, considerado a maior região natural do Estado, ocupando 64% (sessenta e quatro por cento) do território pernambucano. Abrange duas mesorregiões e seis microrregiões: a) Mesorregião do Sertão Pernambucano que engloba as Microrregiões: de Araripina; de Salgueiro; do Pajeú e a do Sertão do Moxotó; b) Mesorregião do São Francisco Pernambucano que contém a Microrregião de Petrolina e a de Itaparica.

Figura 2 - Área de abrangência do IF Sertão Pernambucano



Fonte: Site do IF Sertão-PE – Observatório Institucional

² Disponível em: <<http://www.ifsertao-pe.edu.br/pdi/?view=featured>>. Acessado em: jan. 2018.

É nesse contexto que o IF Sertão-PE, como definido em seu PDI:

Consolida-se como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, que visa à melhoria da ação sistêmica da educação por meio da interiorização e socialização de conhecimentos. (PDI, 2014-2018, p. 1).

Dentre as finalidades dos Institutos Federais, de acordo com a Lei nº 11.892/2008, está a oferta de Educação Profissional Tecnológica (EPT) em todas as modalidades e níveis de ensino, responsabilizando-se pela formação e qualificação de cidadãos capazes de atuarem profissionalmente nos diversos setores da economia, voltando-se preferencialmente para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Nesse sentido, oferecer uma educação pública e de qualidade é uma prerrogativa inerente a cada Instituto e não seria diferente para o IF Sertão-PE, principalmente diante do contingente populacional em seu entorno que precisa desse atendimento. Conforme tabela 1, faz-se necessário cumprir com sua responsabilidade social e todos estão imbricados nesta missão.

Tabela 1 - Dados populacionais dos municípios de abrangência do IF SERTÃO-PE

Município	População 2010	População estimada 2016
Afrânio	17.586	19.225
Floresta	29.285	32.152
Ouricuri	64.358	68.236
Petrolândia	32.492	35.731
Petrolina	293.962	337.683
Salgueiro	56.629	60.117
Santa Maria da Boa Vista	39.435	41.475
Serra Talhada	79.232	84.970
Sertânia	33.787	35.521

Fonte: IBGE³

Fazer parte da equipe gestora do IF Sertão-PE, para a servidora-pesquisadora, representa o reconhecimento de uma história dedicada à causa da educação desde o ano de 1979. Não pelos cargos assumidos, tanto na área de ensino, quanto na de

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=261110&search=pernambuco>> Acessado em: fev. 2017.

extensão, mas por poder partilhar o que aprendeu no dia-a-dia no chão da escola tanto na rede privada, onde atuou por mais de 25 anos, quanto na rede pública estadual, onde atuou por quase 14 anos. Como pesquisadora de um Mestrado Profissional em Educação, aumenta a responsabilidade devendo contribuir efetivamente para intervir em alguns pontos preocupantes como a falta de conhecimento das metas norteadoras dos Institutos Federais, a necessidade de construir uma proposta pedagógica que seja o guia das ações institucionais, bem como pensar em estratégias que permitam acompanhar as políticas de ensino a fim de alcançar os objetivos e metas institucionais.

Além disso, acredita-se que é preciso humanizar as relações e cuidar para não se afastar dos sonhos e ideais. Para tanto, é imprescindível montar um plano de ação em vista do desejo almejado sem, contudo, afastar-se das metas e dos programas instituídos pelo Estado. Mas, para que isso aconteça é requerida a apropriação dos mecanismos de gestão, a fim de atingir os objetivos previstos tanto nos documentos emitidos pelo MEC e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), como nos documentos internos norteadores da gestão, os quais dão parâmetros de como se deve agir:

A gestão democrática implica a efetivação de novos processos de organização e gestão baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão. Nesse sentido, a participação constitui uma das bandeiras fundamentais a ser implantadas pelos diferentes atores que constroem o cotidiano escolar. (MEC, SEB, 2004, p. 15).

Seguindo essa lógica da gestão participativa e a fim de alcançar as metas e objetivos previstos na Lei nº 11.892/2008, que cria os Institutos Federais foi que

O Instituto Federal do Sertão Pernambucano elaborou os documentos, que têm como objetivo, nortear as ações voltadas para o ensino, pesquisa, extensão e gestão. A saber: 1. Estatuto que dispõe sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento do Instituto Federal e do Colégio Dirigentes e do Conselho Superior. 2. Regimento Geral que disciplina a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e acadêmicas a fim de complementar e normatizar as disposições estatutárias, bem como estabelecer a dinâmica das atividades acadêmicas e administrativas e das relações entre os órgãos da instituição e 3. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Instrumento obrigatório para o protocolo de processo de autorização e reconhecimento de cursos e credenciamento de Instituições (PDI, 2014-2018, p. 101).

Dessa forma, o IF Sertão-PE se organiza administrativamente baseando-se na gestão democrática, fortalecendo os Conselhos e Colegiados que são consultivos e deliberativos na perspectiva de que as decisões tomadas reflitam os anseios de todos que fazem a comunidade acadêmica. É certo que ainda se está em um processo inicial de participação, o que exige mudança de cultura e de paradigmas, pois muitas vezes o que se chama de gestão democrática não passa de mecanismos de legitimação de um poder centralizado na figura do gestor, baseado no autoritarismo. De acordo com o caderno do MEC e da Secretaria de Educação Básica (SEB) em publicação sobre gestão escolar:

A participação pode ser entendida, portanto, como processo complexo que envolve vários cenários e múltiplas possibilidades de organização. Ou seja, não existe apenas uma forma ou lógica de participação: há dinâmicas que se caracterizam por um processo de pequena participação e outras que se caracterizam por efetivar processos em que se busca compartilhar as ações e as tomadas de decisão por meio do trabalho coletivo, envolvendo os diferentes segmentos da comunidade escolar (MEC, SEB, 2004, p. 16).

O IF Sertão-PE assim compreende a participação em sua estrutura organizacional:

A administração do IF SERTÃO-PE é feita por seus órgãos colegiados, pela Reitoria que é a unidade organizacional executiva central, responsável pela administração e supervisão de todas as atividades e pela Direção Geral dos Campi, com apoio de uma estrutura organizacional que define a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada nível. A administração do IF SERTÃO-PE é composta pela Reitoria e pela Direção-Geral dos Campi, com a colaboração dos órgãos superiores, colegiados, consultivos e demais unidades organizacionais executivas componentes da estrutura organizacional (PDI, 2014-2018, p. 101).

Em maio de 2016, a atual gestão já tinha um plano de ação, mesmo sabendo que era necessário ajustar a partir da realidade que seria encontrada. E na Pró-Reitoria de Ensino não foi diferente das demais. Não se tinha muita clareza por onde começar, uma vez que as demandas eram emergentes e urgentes e o documento norteador das ações do IF Sertão-PE, o PDI, não apresentava muita clareza quanto ao caminho a ser percorrido, nem havia coerência com o TAM e o PNE, conforme constatação no Relatório de Auditoria Anual de Contas de 2017.

A análise dos dados, a partir da Auditoria da CGU, revelou que estava previsto, desde 2010 o alcance de metas: a curto prazo, tomando como data de referência o ano 2013; metas a médio prazo, o ano 2016; e metas a longo prazo, o ano 2022. Essa

constatação de que pouco ou quase nada havia sido feito expôs a urgência em conhecer cada meta e descobrir os parâmetros para calcular o índice de eficiência, eficácia e a relação docente e discente, entre outras.

Descobriu-se, também, que seria preciso fazer o monitoramento desses indicadores semestralmente, entretanto, nenhuma unidade do IF Sertão-PE cumpria essa exigência; e mais: entre muitos gestores e servidores, nem se tinha conhecimento dessas metas. Como é possível cumprir uma meta se ela não está em evidência no planejamento institucional? Como atingir meta sem que haja monitoramento e acompanhamento das ações realizadas em função do sucesso do aluno e conseqüentemente da instituição? Como é possível cobrar dos servidores ações e resultados se eles sequer têm conhecimento dessas metas? A quem compete essa orientação para que as políticas públicas de fato atinjam os objetivos a que se propuseram?

Esses questionamentos indicam a relevância da avaliação das políticas públicas, não como um instrumento de fiscalização, mas como um direito de toda sociedade, que

No processo democrático que vivemos, sociedade e cidadãos, querem relações de transparência e participação nas decisões referentes a ação pública. Querem conhecer e acompanhar a insuprimível equação entre gastos públicos e custo-efetividade de políticas e serviços destinados a produzir maior equidade social. Este é o atributo mais importante da avaliação de políticas e programas sociais (CARVALHO, 2009, p. 1).

Entretanto, nesse processo de avaliação é preciso atenção, pois a supervalorização da avaliação e do monitoramento das políticas e dos bens e serviços prestados à comunidade podem tornar-se uma armadilha, como adverte a autora:

[...] a recente híper valorização da avaliação de políticas e de seus serviços pode nos levar a cair em armadilhas. A mais preocupante delas é de pensar a avaliação numa perspectiva, tão somente, de aferição econométrica, expressando a ação na sua eficiência e eficácia imediatas, sem a qualificar, exigência necessária à melhoria de programas e serviços públicos (CARVALHO, 2009, p. 1).

Nesse sentido, o grande desafio posto é a busca de equilíbrio para que o acompanhamento das ações seja feito de forma sistemática, sem que se torne um peso e um instrumento meramente fiscalizador na medida em que se valorizam mais a avaliação e o cumprimento das metas, esquecendo-se de construir relações

profícuas entre sujeitos para que se sintam implicados e imbricados com todo o processo de ensino e de aprendizagem, razão de ser de uma Instituição de Ensino.

3 TRILHA TEÓRICA

Se o objetivo deste Projeto de Intervenção foi disponibilizar, para a gestão, por meio das análises dos documentos que definem e regulamentam os Institutos federais e dos indicadores de gestão do IF Sertão-PE, um instrumento de monitoramento e acompanhamento das ações planejadas para a efetividade institucional, isso foi feito a partir de que aporte teórico? Que caminhos foram percorridos?

Três caminhos foram trilhados nesse percurso: primeiro foi preciso compreender as políticas públicas e sua relação com a trajetória percorrida pela educação no Brasil e especificamente no IF Sertão-PE, em seguida entender o porquê da avaliação em educação no Brasil e, por fim, destacar a importância do monitoramento de metas para que as políticas públicas se efetivem e cumpram os objetivos propostos.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas, enquanto área do conhecimento e disciplina acadêmica, tem origem, segundo Souza, nos Estados Unidos da América, rompendo as etapas seguidas pela tradição europeia, cujos estudos e pesquisas nessa área estavam focados muito mais na análise sobre ações do estado e suas instituições, assim:

Na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo - produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos (SOUZA, 2006, p. 22).

Nessa perspectiva, política pública é um campo da ciência política que permite entender como e por que os governos optam por determinadas ações. De acordo com Saravia e Ferrarezi (2006), o processo de política pública mostra-se como forma moderna de lidar com as incertezas decorrentes das rápidas mudanças do contexto. Para Souza (2006), a introdução de política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências, resultando daí:

A proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e às decisões do governo sobre problemas públicos e se expandem depois para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social (SOUZA, 2006, p. 23).

De acordo com Silveira (2012), entre as políticas públicas existe a modalidade da política social que possui como função a concretização de direitos de cidadania conquistados pela sociedade e amparados pela lei.

Conforme Vianna (2002), a política social é um conceito que a literatura especializada não define precisamente, sendo, de uma forma geral, entendida não só como uma modalidade da política pública, mas também como ação de governo com objetivos específicos. Essa definição é bastante vaga e, de acordo com a autora, é necessário analisar o seu significado a fim perceber algumas nuances:

A primeira armadilha se encontra na expressão ações de governo. Trata-se de uma armadilha porque a expressão se torna vazia quando não vem acompanhada da indispensável qualificação: que governo? No resto da frase, com objetivos específicos está a segunda armadilha. Pois cabem, igualmente, perguntas que qualificam a locução: especificados por quem, em que esferas, com que legitimidade? De novo, faz imensa diferença se a demarcação dos objetivos de determinada ação governamental se dá em circunstâncias democráticas ou autoritárias, se leva em conta interesses amplos ou restritos da sociedade (VIANNA, 2002, p. 1).

Considerando-se essas “armadilhas”, há uma probabilidade de maior precisão conceitual, uma vez que como política pública, a política social deve ser entendida em sua dimensão política e histórica. Diante disso, Vianna (2002) ressalta a dificuldade da conceituação. Nesse sentido, afirma que cuidando dessas “arapucas”, pode-se concluir que é uma ação governamental com objetivos específicos relacionados com a proteção social.

Segundo Silveira (2012), para proteger e concretizar os direitos sociais, constituem-se as políticas sociais, uma vez que mediante a política social os direitos sociais se concretizam e as necessidades humanas são atendidas na perspectiva da cidadania ampliada. Ainda, de acordo com Silveira (2012), a educação, enquanto um direito social, concretiza-se por meio de uma política pública social que, baseada em toda uma legislação, vai se solidificar para que seja garantido às pessoas.

3.1.1 Conceituando Política Pública

Para Saravia e Ferrarezi (2006), política pública trata-se de um fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Segundo Souza (2006), política pública é um conjunto do campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

Para Silveira (2012), além de concretizar os direitos conquistados pela sociedade, a política pública tem a função de alocar e distribuir os recursos públicos. Matias-Pereira (2008, p. 47) define políticas públicas como um conjunto de ações e procedimentos que visam à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos através do qual se torna possível obter a satisfação de direitos básicos da sociedade.

Percebe-se que não existe uma única definição para política pública, tampouco um conceito melhor que outro, o que se apreende são maneiras diferentes de mostrar o papel da política pública na intervenção de problemas através do conjunto de ações do governo visando ao bem-estar da sociedade. Souza (2006) lembra que a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ao afirmar que as decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz. Em seu próprio entendimento,

Apesar das abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores (SOUZA, 2006, p. 25).

Souza (2006) chama a atenção, ainda, para o aspecto teórico conceitual de política pública, que de maneira geral está ligada à política social porque são campos multidisciplinares cujo foco está nas explicações sobre a natureza da política e de seus processos. Pensar política pública de maneira mais ampla requer uma visão geral das teorias constituídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. Nesse aspecto, assegura que as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.

De acordo com Vianna (2012, p. 17),

Além de concretizar os direitos conquistados pela sociedade, a política pública tem a função de alocar e distribuir os bens públicos. No que se refere à política pública, é uma estratégia de ação planejada, visando à concretização de direitos, envolvendo diferentes atores. Também está relacionada a conflitos de interesses, não significando só a ação de fazer algo, mas também a não ação.

Segundo Silveira (2012), a proteção social adotada pelo Estado representa intervenções políticas e administrativas garantidas pelas políticas públicas responsáveis pela concretização dos direitos sociais. Direitos esses fundamentados pela ideia de igualdade. Entre eles, o direito à educação, à moradia, ao trabalho, à assistência, dentre outros.

Dessa forma, o Estado visa garantir o acesso à educação através da efetivação de políticas públicas educacionais, introduzidas na agenda do governo caracterizadas como:

[...] um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA; FERRAREZI, 2006, p. 29).

Para Matias-Pereira, (2008) há vários tipos de políticas públicas, a saber, as políticas sociais: educação, saúde, cultura, transporte, segurança, habitação, proteção de crianças e adolescentes; políticas estruturais: indústria, reforma agrária, agricultura, meio ambiente; políticas econômicas: políticas monetárias, fiscal e cambial, comercial, internacional; políticas compensatórias ou reparadoras e redistributivas (combate à fome, bolsa-escola, cotas na universidade etc.).

De acordo com Silveira (2012), a política pública social de educação deve ter como proposta a concretização do direito à educação para todos. Desse modo, a política da Educação Profissional e Tecnológica está aqui inserida e foi fortalecida com a criação dos Institutos Federais, como uma forma, segundo (PACHECO, 2010), de se contrapor ao ciclo neoliberal cuja tônica é o individualismo e a competitividade, marcas da sociedade contemporânea, abrindo oportunidades para jovens e adultos trabalhadores, na medida em que pretende ampliar o acesso, a permanência e a saída exitosa. Entretanto, os IFs ofertam educação de qualidade, apenas para uma pequena parcela da população, de acordo com os dados coletados durante esta pesquisa.

3.2 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: RESPONSABILIDADE DO ESTADO

A qualidade da educação está relacionada com a dinâmica social e cultural, como também com a interação entre os projetos nacionais de desenvolvimento, as políticas públicas e as mutações da economia mundial, logo remetem a questões macro que extrapolam a territorialidade e a autonomia nacional.

A escola, sem dúvida, é um espaço privilegiado onde as relações de poder e conhecimento se reencontram e tomam novos significados. Embora a educação formal, aquela que acontece em espaços pré-definidos e com políticas específicas e relacionadas aos movimentos pedagógicos e metodológicos, seja reconhecida e aceita como a mais significativa e de maior prestígio social, não se pode esquecer que a educação também acontece em espaços não formais como a família, a comunidade e ainda por meios diversos, a exemplo da internet, onde a informação está disponível a qualquer momento e, se bem direcionada, pode tornar-se conhecimento.

Fonseca (2009, p. 154) entende que a educação de qualidade se realiza na medida em que prepara o indivíduo para a ética, a cidadania e o exercício da vida profissional e que é preciso educar para interagir com todas as manifestações culturais. A autora diz ainda que [...] “a função equalizadora da educação exige a responsabilidade do estado em garantir a oferta, o acesso e a permanência de todos no sistema de ensino”. A educação de qualidade é uma garantia do direito individual de cada cidadão e está interligada com as instituições escolares, a partir da gestão, da autoavaliação e do currículo, pois é no chão da escola que as políticas públicas são efetivadas ou não.

Pode-se afirmar que a qualidade da educação está inter-relacionada com o regime de colaboração federativa na educação, especificamente na Educação Profissional e Tecnológica, direito garantido na Constituição Federal brasileira no artigo 211 e no Título IV da lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Lei nº 9.394/1996 (LDB), que em seu artigo 8º determina que à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cabe a organização dos respectivos sistemas de ensino. Assim, espera-se abordar como a cooperação federativa da educação profissional e tecnológica consolidou-se no Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE), a partir da Lei nº 11.892/2008 que cria os Institutos Federais estabelecendo que cada um, apesar dos desafios que enfrentarão, deve responder pela qualificação como

[...] centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino”. Constituiu-se também como um dos seus objetivos a oferta de cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional do Brasil (MOURA, 2015, p. 103 e 105)

A Educação Profissional e Tecnológica consolidou-se como política pública, tornando-se uma realidade em todo território nacional, principalmente pela interiorização, permitindo chegar aos mais longínquos rincões e com isso fazer a diferença na Educação Básica. Inclusive, aqui, no sertão pernambucano numa região de muita vulnerabilidade social, já que 64,58% dos alunos possuem uma renda per capita entre 0,5 Salário Mínimo (SM) a 1 SM, conforme dados do relatório gestor do IF Sertão-PE 2016, à página 91.

3.3 CONTEXTUALIZANDO A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1950

Pensar que a educação traz em sua essência um único conceito seria ingenuidade. A história confirma que ela varia de acordo com o tempo e o contexto social e histórico. Nessa lógica, a concepção de que é possível educar para a competitividade e para a cidadania vai nortear a política educacional do Brasil na década de 1990. Sem dúvida, estão relacionadas diretamente às transformações econômicas, políticas e social do Brasil e do mundo.

Segundo Sobral (2000), nos anos de 1950 e até início da década de 1960 a educação era percebida como oportunidade para uma mobilidade social, pois trazia para o indivíduo um certo status, ou seja, havia nesse período uma valorização das pessoas que tinham uma formação acadêmica pois

A educação representava, para o indivíduo, a possibilidade de ascensão na hierarquia de prestígio que caracterizava a estrutura piramidal da sociedade e, para a sociedade, uma maior abertura do sistema de estratificação social (SOBRAL, 2000, p. 3).

Essa visão, no entanto, vai sendo substituída na medida em que surge uma nova ordem social a qual exigirá um indivíduo apto a se inserir numa sociedade mais competitiva e democrática, em que o poder das oligarquias começa a ser questionado,

dando lugar a uma sociedade mais aberta e plural. Nesse contexto a educação é um mecanismo de mobilidade social permitindo maior credibilidade no processo de abertura à industrialização e à democratização que exige nova orientação na política educacional a fim de evidenciar os aspectos econômicos, característica própria da ideologia que está atrelada a essa fase, cuja evidência está centrada no desenvolvimento.

Já em meados de 1960 e década de 1970, uma nova ordem social e econômica se instala e a educação passa a ser vista como mercadoria atrelada às concepções de capital humano. Nesse período consolida-se o sistema capitalista, cujo crescimento econômico está associado à ideia de que a melhoria de renda se dá através de uma maior qualificação profissional para o mercado de trabalho. Esse período é também marcado por uma nova fase de expansão culminando com o chamado “milagre econômico brasileiro”, dando início a uma política educacional voltada para a rentabilidade dos investimentos educacionais, como fruto tem-se a reforma universitária em 1968 e a Lei nº 5692 de 1971, que instituía a obrigatoriedade da profissionalização no então denominado segundo grau, hoje Ensino Médio.

Por trás dessas medidas está a deficiência de uma mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, o qual já apontava para novas perspectivas. Nesse cenário têm início os cursos de pós-graduação no Brasil e com eles deflagram-se as atividades de pesquisa, cujo objetivo era produzir conhecimento científico e tecnológico a fim de que obtivéssemos maior expansão industrial (SOBRAL, 2000).

Embora implantado para atender à lógica do mercado e aos anseios de vários segmentos da sociedade frente à necessidade de promover o desenvolvimento sustentável para o país, a Educação Profissional Científica e Tecnológica (EPCT) é um dos sistemas de ensino, hoje, que oferece oportunidade de educação de qualidade nas diversas modalidades de ensino, apesar dos desafios enfrentados e pela pouca valorização desse sistema.

3.4 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil é marcada por um histórico de dualidade estrutural, tanto na organização quanto na oferta gerando desarticulação entre os sistemas de ensino, principalmente dos estaduais, municipais e Distrito Federal. Machado e Velten (2013) relembram que as reformas propostas no

Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), pela Emenda Constitucional nº 14/1996; a Lei nº 9.394/1996; a Lei nº 9.424/1996 e as Portarias nº 646/1997 e nº 1.005/1997, acabaram corroborando para a permanência da dualidade estrutural, e ainda tinham como pano de fundo a influência do neoliberalismo o que resultou na oferta da educação profissional paralela à educação geral. Esses instrumentos legais só reforçaram a política implantada por Itamar Franco a partir da Lei nº 8.948/94.

Essa concepção de Educação Profissional separada da Educação Geral foi alterada pela Lei nº 11.195/2005. Todos esses dispositivos legais ocasionaram nesse período, o fechamento e ou desaparecimento de muitas escolas ou cursos técnicos estaduais. Também nesse período surgem outros modelos de gestão favorecendo a criação do Fórum Nacional de Educação de Gestores Estaduais de Educação, o qual recebe apoio e respaldo da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) para o fortalecimento do Fórum, passando em 2011 a ser uma instância do Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED). (MACHADO; VELTEN, 2013, p.1115).

Ainda de acordo com Machado e Velten (2013), até 2006, a legislação praticamente marginalizou a EPT em matéria de repasse de recursos e a consolidação do regime federativo, previsto na legislação. No entanto, a Emenda Constitucional nº 53/2006 cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que contempla desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos e amplia a faixa etária da escolarização obrigatória de 4 a 17 anos, garantindo o direito subjetivo à educação em todas as esferas. A partir daí os órgãos federados se percebem responsáveis e corresponsáveis das atribuições deles e dos sistemas de ensino para a consolidação de uma política nacional de EPT⁴ e de um Sistema Nacional de Educação realmente integrado.

Mas essa consolidação torna-se mais eficaz a partir de 29 de dezembro de 2008 quando foi sancionada a Lei nº 11.892, pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que cria os Institutos Federais, os quais trazem em sua essência uma nova proposta político-pedagógica, em vista de um novo conceito para a educação profissional e tecnológica no país. Essa proposta além de definir a atuação desse sistema de ensino nos diversos tipos e modalidades de ensino, estabelece o

⁴ Educação Profissional e Tecnológica.

percentual de vagas que devem ser ofertadas: 50%, para o Ensino Médio Integrado; 20% para as licenciaturas; 20%, para os cursos superiores de tecnologia, bacharelados, podendo ainda ofertar especializações, mestrado e doutorado.

Outro aspecto importante da Lei nº 11.892 é a verticalização do ensino e a obrigatoriedade de atuação nos diferentes níveis de ensino, na perspectiva de dinamização dos diversos espaços pedagógicos, procurando estabelecer itinerários formativos nas várias modalidades de ensino, inclusive na oferta de 10% das vagas para o Proeja, em consonância com o Decreto nº 5.840 de 2006.

Não resta dúvida de que o que se propõe fica no plano ideal, pois na prática muitas dificuldades são enfrentadas a fim de se efetivarem. Destacam-se duas: a primeira, o itinerário formativo, cujos desafios vão desde a atualização do Projeto Pedagógico do Curso, até a adequação do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) para a inserção de dados no sistema. Já a segunda, a verticalização, entende-se como uma proposta viável e acontece com mais frequência, entretanto é outro desafio para os professores, já que precisam lidar com um público bastante diferenciado. Um mesmo professor precisa transitar desde o Proeja ao curso superior, muitas vezes num mesmo horário, exigindo dele habilidade para mudar de metodologia, linguagem e nível de conhecimento. Nem sempre os docentes conseguem fazer essa transposição e prevalece o nível mais elevado gerando, em alguns cursos, um índice alto de evasão.

Apesar desses desafios, pode-se afirmar que os Institutos Federais são espaços de fundamental importância na consolidação do desenvolvimento local e regional, e que, segundo Pacheco (2008, p.14), “devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para o trabalho determinado por um mercado”. Ainda de acordo com o autor, deve-se observar que a proposta dos Institutos Federais é

Agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e discutir os princípios e tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais da educação profissional e tecnológica: uma formação profissional e tecnológica contextualizadora, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida (PACHECO, 2010, p. 15).

Destaca-se ainda a necessidade de “[...] derrubar barreiras entre o ensino e o científico, articulando trabalho, ciência e a cultura na perspectiva de que a

emancipação humana deve ser um dos objetivos fundantes dos Institutos” (PACHECO, 2010). Dessa forma, deseja-se construir um novo modelo de educação profissional inovador capaz de contribuir através do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação para uma instituição aberta para o futuro, sendo espaço de pesquisas aplicadas voltadas para a vida cotidiana, uma vez que os Institutos Federais:

[...] trazem no DNA elementos singulares para sua definição identitária, assumindo um papel representativo de uma verdadeira incubadora de políticas sociais, uma vez que constroem uma rede de saberes que entrelaçam cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade (PACHECO, 2010, p. 18).

Entretanto, a promulgação de uma Lei por si só não garante a sua efetivação. Logo, a quem compete a coordenação para que as políticas públicas sejam articuladas e implementadas? Conforme Machado e Velten (2013, p. 1120)

[...] Cabe, portanto, à União (art. 8º, § 1º da LDB) a articulação da política nacional de educação e, conseqüentemente, da educação profissional e tecnológica, pondo em reciprocidade os diversos níveis e sistemas de ensino, usando para isso suas funções de normatizar, redistribuir e suplementar.

Nesse sentido, coube à União a responsabilidade de normatizar e expandir as unidades dos Institutos Federais a locais onde jamais se havia pensado que poderia chegar uma Universidade ou uma Escola Federal. Desse modo, surge o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia no Sertão Pernambucano, em regiões de muita pobreza, oportunizando a inclusão de tantos jovens e adultos em cursos técnicos, bem como em cursos superiores. Entretanto, não se pode esquecer que já havia uma história de Educação Profissional e Tecnológica na região e que precisa ser valorizada e respeitada, como se pode constatar em documentos oficiais da Instituição, por exemplo, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O IF Sertão-PE segue as orientações da SETEC/MEC, instância do Ministério de Educação, responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e supervisão da EPT, através das três diretorias cujas atribuições estão definidas no Decreto nº 9.005 de 14 de março de 2017. No Art. 16 consta como incumbências da Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (DDR) a melhoria da infraestrutura educacional, a gerência e a articulação do lançamento e da atualização dos dados nos sistemas, além de orientar e supervisionar para o cumprimento da missão institucional prevista na Lei de criação dos institutos.

Deve ainda, estimular a apropriação, a adaptação e o desenvolvimento de ensino inovador na Rede, incentivando e monitorando ações que promovam a adoção e o cumprimento de práticas de gestão democrática em vista do desenvolvimento de ações que fortaleçam o planejamento estratégico, a organização e acompanhamento da gestão administrativa e promovendo estratégias que visem à integração entre a pesquisa aplicada, a extensão tecnológica e inovação.

As atribuições da Diretoria de Políticas e Regulação de Educação Profissional e Tecnológica (DPR) estão definidas no Art. 17, merecendo destaque, entre elas:

- Propor diretrizes para a organização da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica em consonância com as demandas sociais e econômicas;
- Elaborar e atualizar referenciais curriculares nacionais para a educação profissional e tecnológica;
- Promover o fomento à expansão e melhoria da qualidade da educação profissional e tecnológica, especialmente voltadas à integração ao ensino médio e à oferta articulada com educação de jovens e adultos;
- Formular e implantar políticas e ações de regulação e supervisão da educação profissional técnica de nível médio, no âmbito do sistema federal de ensino, e estimular o regime de colaboração com os demais sistemas de ensino.

É competência da Diretoria de Articulação e Expansão da Educação Profissional e Tecnológica (DAE), de acordo com o Art. 18, a promoção de ações articuladas visando implantar, monitorar e avaliar todos os Programas e Projetos, promovendo a unidade, a integração da rede EPT, bem como a captação de recursos por meio de financiamento nacionais e internacionais, em vista do fortalecimento da Educação Profissional. Para tanto deverá articular-se com os diversos setores: sociais, econômicos e culturais, uma vez que:

[...] A colaboração federativa depende da vontade política dos entes federados de compartilhar as propostas de políticas educacionais. Ela promove arranjos educativos e de gestão de políticas públicas baseados em vínculos e redes de interdependência, articulação e solidariedade, que se expressam por convênios, acordos e termos de adesão (MACHADO; VELTEN, 2013, p. 1123).

As políticas de colaboração no campo da educação profissional e tecnológica no IF Sertão-PE pautam-se na busca da excelência do ensino e na melhoria das condições de ensino e aprendizagem a fim de garantir as políticas públicas para o ensino gratuito e de qualidade, nesse sentido não mede esforços para promover a inclusão social e para responder aos anseios da comunidade tanto interna quanto externa. Para isso busca integrar políticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação como elementos estratégicos para o desenvolvimento territorial na perspectiva de atingir os objetivos institucionais e cumprir com sua responsabilidade social.

A partir dos textos sobre políticas públicas para a educação e mais especificamente o texto de Machado e Velten (2013), cooperação e colaboração federativa na educação, percebe-se que apesar dos desafios de estrutura, do repasse de recursos ou de pessoal, o IF Sertão-PE oferece educação pública de qualidade, e a prova está na procura da comunidade pelos Institutos Federais, conforme constatação a partir dos dados do relatório de gestão 2016 e dos indicadores acadêmicos analisados de acordo com o Acórdão 2.267/2005 do Tribunal de Contas da União, cujo objetivo é:

[...] o monitoramento da educação nestes programas através de indicadores, os quais são fundamentais para garantir que as ações e atividades estão sendo desenvolvidas em direção ao cumprimento dos compromissos e se estão realmente surtindo o efeito desejado (MANUAL TCU, 2016, p. 6).

Os dados para análise desses indicadores são retirados do SISTEC e devem nortear a instituição na tomada de decisão para criação de novos cursos ou para a manutenção dos que já estão implantados, como também para o planejamento de ações que resultem no cumprimento das metas.

Um dado significativo e que não poderia deixar de ser mencionado é o socioeconômico, uma vez que ele permite verificar a capacidade de inclusão social da Instituição. Segundo informações do Sistema de Apoio à Gestão Educacional (SAGE), 32,58 % dos alunos matriculados em 2016 possuem uma renda per capita de abaixo de 0,5 SM e 32% ente 0,5 a 1 SM, totalizando 64,58% dos estudantes do IF Sertão-PE.

Eles fazem parte do público-alvo das políticas públicas implantadas no período de 2003 a 2015, as quais promoveram grandes e importantes mudanças no Brasil e

na educação. Segundo Oliveira (2015, p. 627) “foram muitos os avanços no sentido de diminuir a pobreza e possibilitar a inserção social de setores que estiveram historicamente às margens da sociedade e do sistema escolar”. Contudo há um longo caminho a ser percorrido para que essas distorções sejam erradicadas. Isso se não estivéssemos vivenciando uma série de medidas impopulares que põem em risco conquistas tão importantes para a história do país, como: a Proposta de Emenda à Constituição⁵ 95 (PEC) que estabeleceu um teto para os gastos públicos pelos próximos 20 anos; a Lei nº 13.415/2017⁶ que definiu novas diretrizes e bases para o ensino médio, entre outras. Essas medidas têm contribuindo para uma insegurança e insatisfação nacional em relação a direitos que foram conquistados com muita luta.

Algumas das políticas de cooperação e colaboração no campo da educação profissional e tecnológica citadas por Machado e Velten (2013), como o Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica (Proeja); o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Programa Mulheres Mil foram algumas das políticas desenvolvidas no âmbito do IF Sertão-PE, conforme dados apresentados a seguir.

O Programa Mulheres Mil, instituído pela Portaria nº 1.015 de 21 de julho de 2011 visava a formação profissional e tecnológica articulada com a elevação da escolaridade das mulheres em situação de vulnerabilidade social. No IF Sertão-PE o Programa foi implantado no período de 2013 a 2015 e atendeu a 874 (oitocentas e setenta e quatro mulheres), que puderam se capacitar à procura de saída da situação de vulnerabilidade em que se encontravam. A proposta tinha uma linha de ação pensada e planejada, entretanto a sistematização e a operacionalização foram comprometidas devido a impedimentos de execução financeira em tempo hábil que possibilitasse a aquisição de bens e insumos para as aulas práticas.

⁵ Emenda Constitucional 95 que limita por 20 anos os gastos públicos, com objetivo de propiciar o equilíbrio das contas públicas por meio de um rígido mecanismo de controle de gastos.

⁶ Segundo a ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), essa Lei, que foi aprovada à revelia da sociedade, representa a imposição de medidas que visam modificar a organização e o funcionamento das unidades escolares por meio de novas formas de contratação, de avaliação e de gestão de professores; da reconfiguração dos sistemas educacionais, por meio de parcerias público privadas, e da legitimação do desvio de recursos públicos para a iniciativa.

Embora a procura sempre fosse maior que a oferta, em 2014 o Programa passou a ser ofertado via Pronatec e como não houve pactuação⁷, em 2015 apenas 40 mulheres concluíram cursos que já estavam sendo ofertados. Em 2016 não houve nenhuma pactuação, o que se pode classificar como retrocesso, já que para muitas dessas mulheres o Programa era uma oportunidade de inserção do mundo acadêmico, com perspectivas de continuarem investindo na formação profissional e pessoal.

Em relação ao Pronatec, também implantado em 2011, a partir da Lei nº 12.513, o objetivo era ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica através da assistência técnica e financeira, abrangendo os cursos técnicos presenciais e à distância e os de Formação Inicial e Continuada (FIC), cujos dados do SISTEC apontam um total de 12.393 alunos beneficiados pelo Programa no período de 2012 a 2016; sendo 2.502 (dois mil quinhentos e dois) na forma de cursos técnicos, os quais possuíam uma carga horária maior. E 9.751 (nove mil, setecentos e cinquenta e um) cuja carga horária variava, dependendo do Projeto implementado e 140 na forma de Bolsa Formação em Educação a Distância (EAD).

A proposta pedagógica do PRONATEC era diferenciada dos cursos regulares, o que causou muito desconforto, principalmente devido à falta de clareza do Programa, que era pactuado diretamente via Reitoria e MEC/SETEC, cabendo a quem estava na ponta apenas a execução. Como os eixos tecnológicos eram os mesmos dos cursos regulares e com dois elementos diferenciais: uma carga horária menor e os alunos ainda recebiam uma bolsa-formação para se capacitarem, isso gerou uma insegurança, pois existia o receio de enfraquecer os cursos regulares, o que não se concretizou. Entretanto, independente se quem estivesse na ponta aceitaria ou não, o Programa estava bem delineado e para atingir o objetivo o governo sabia que era necessária a colaboração dos vários segmentos da sociedade civil e dos diversos segmentos públicos e privados para atender à proposta do MEC/Governo que pretendia diminuir as desigualdades, para assim responder com eficiência toda a demanda social reprimida por mais de cinco séculos.

⁷ Pactuação: critérios e procedimentos estabelecidos pelo MEC e órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal denominados como demandantes, através de assinatura de um Termo de Cooperação com outras Instituições, seja pública estadual, federal, municipal, particular ou fundações para a descentralização de créditos orçamentários, tendo em vista o compromisso de oferta de vagas pelas instituições para execução da Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, instituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.

Já o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de jovens e Adultos (EJA/Proeja), por sua vez é também um desafio para todos os entes federados que precisam voltar o olhar para ofertar oportunidade de escolaridade aos jovens com idade a partir dos 15 anos. Inicialmente o programa foi pensado apenas no âmbito da rede Federal, mas o Decreto nº 5478/2005 estende essa obrigatoriedade também para estados e municípios. Com tal medida colocava-se em xeque a capacidade de colaboração entre todas as instâncias governamentais a fim de garantir o desenvolvimento de um projeto pedagógico integrado que conseguisse integrar o conteúdo do Ensino fundamental ou do Ensino Médio com o da educação profissional, garantindo a observância da legislação. Muitos jovens e adultos, sem dúvida têm se beneficiado com esse Programa, todavia ainda se faz necessário rever metodologias e Projetos Pedagógicos que propiciem realmente a inclusão e a saída exitosa desse público.

Dados do SISTEC registram um quantitativo de 1.372 (hum mil, trezentos e setenta e dois) alunos matriculados no período de 2006 a 2017 na modalidade EJA/Proeja no IF Sertão-PE, desses 909 constam como evadidos. Embora os dados de evasão estejam acima do esperado, o IF Sertão-PE continua a ofertar essa modalidade de ensino, mesmo sabendo que precisa investir em formação na busca de Propostas Pedagógicas capazes de incluir e permitirem que esses estudantes tenham uma saída exitosa.

Todos esses programas assumidos pelo IF Sertão-PE oportunizaram a inserção de uma parcela significativa da população a uma formação técnica, embora se tenha consciência de que muitos desses programas eram formas de qualificação rápida a fim de atender às exigências do mercado, não significando qualidade igual à que acontece nos cursos regulares, conforme resultado das notas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em novembro de 2016. Entretanto, para quem estava à margem do processo de formação era uma oportunidade de inclusão e de possibilidade de qualificação para o mundo do trabalho.

3.5 A AVALIAÇÃO E O MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com Penha (2015, p. 44), ao se pensar num sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas é necessário um conhecimento

introdutório, tal qual foi apresentado acerca das políticas e programas públicos, devem-se, também, rever conceitos, uso e instrumentos do monitoramento e avaliação desses programas.

Para Cavalcanti (2006, p. 2) a avaliação pode ser definida como

[...] instrumento imprescindível para o conhecimento da viabilidade de programas e projetos, para o redirecionamento de seus objetivos, quando necessário, ou mesmo para a reformulação de suas propostas e atividades. Nesse sentido, a avaliação se revela como um importante mecanismo de gestão, uma vez que fornece informações e subsídios para tomada de decisão dos gestores, formuladores e implementadores de programas, pois possibilita conhecer o que está acontecendo e atuar sobre os fatos de forma a realizar ajustes necessários, economizando-se dessa forma tempo e recursos, o que eleva a credibilidade das ações públicas.

Nessa mesma direção apontam Silva e Silva (2009) ao afirmar que as políticas públicas são desenvolvidas de forma circular e iniciam-se na constituição de um problema, que é pela esfera governamental, em seguida passa pela viabilidade de solução desse problema pela adoção da política através da implementação dos programas para que respondam às inquietações da comunidade e por último ocorre a concretização da política e a avaliação desta para possíveis intervenções e ajustes que se perceba quando da implementação.

No entendimento de Costa e Castanhar (2003) a avaliação surge da necessidade de se obter maior eficiência e maior impacto nos programas e projetos investidos pelos governantes, de forma que

A avaliação sistemática, contínua e eficaz desses programas pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados, além de fornecer aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programas dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para a gestão pública mais eficaz (COSTA; CASTANHAR, 2003, p. 971).

Já para Souza (2014), as definições de avaliação são muitas, mas a atribuição de valor em quase todas é uma característica constante e é por meio dela que os indivíduos são reconhecidos como sujeitos portadores de um papel social. Nesse sentido, compreende-se a avaliação pública como atribuição de valor das políticas, o que implica no desenvolvimento de um trabalho avaliativo que perpassa a concepção de objeto como capacidade das ações a serem desenvolvidas pelo poder público para conquistar seus objetivos. Logo, é necessário estabelecer critérios de avaliação

baseados em concepções de bem-estar (quando se trata de resultados) e de cidadania (quanto aos processos de formulação e de implantação).

Nessas definições apresentadas pelos autores percebe-se que a avaliação de políticas públicas é um dos instrumentos capazes de permitir a mensuração da eficiência da gestão, como também pode propiciar um aprendizado organizacional na medida em que permite corrigir falhas percebidas no percurso de implantação de um projeto, bem como a manutenção e ou aperfeiçoamento de ações exitosas, possibilitando dessa forma conhecer o grau de satisfação do usuário com os serviços prestados.

Entretanto é importante lembrar que essa temática, só a partir da década de 1990 passou a ser o foco no âmbito da administração pública e não surge por acaso, mas como um mecanismo de controle dos organismos internacionais cuja centralidade administrativa está voltada para o monitoramento e a avaliação dos programas educacionais, alguns deles, financiados por esses organismos. De acordo com Souza, há um cenário político e econômico que favorece essa intervenção externa, pois

A perda de capacidade de investimentos com recursos do tesouro em razão do colapso econômico e dos compromissos com pagamentos de juros da dívida externa e com superávit primário nas contas externas fizeram com que muitas das políticas sociais brasileiras passassem a ser financiadas com capital associado a agências internacionais de cooperação (SOUZA, 2014, p. 173).

Souza (2014) acredita que a necessidade de profissionais com competência técnica favorece o surgimento de empresas privadas que se habilitam para efetuar processo de avaliação sob a ótica dos três “Es”: eficiência, eficácia e efetividade, o que gera a desqualificação do debate político sobre as políticas educacionais e sua reconversão à medição técnica da realidade pelos especialistas.

Souza (2014, p. 174) ainda acrescenta que os últimos dez anos têm sido marcados pelo desenvolvimento de vários mecanismos de avaliação nas agências governamentais, bem como por um elevado índice de encomendas de avaliações externas por parte dos governos.

Outro aspecto bastante significativo, conforme esse autor, está relacionado com o desafio posto na questão de avaliar, pois

Avaliar políticas e programas tornou-se um desafio para os governos

justamente pelo aumento de pressão da comunidade internacional e nacional, aliado ao aumento de pressão da sociedade civil organizada e dos usuários, em direção a avaliação da efetividade do gasto público e de maior eficácia dos serviços/programas ofertados (SOUZA, 2014, p. 174).

Todo esse empenho para avaliar e monitorar os programas e projetos não reverberou em resultados positivos da educação, já que os indicadores do sistema educacional apresentam altos índices de evasão, retenção e analfabetismo. Isso demonstra que a qualidade da educação não incide na avaliação e monitoramento por si mesmos, embora seja um avanço, pois hoje é possível acompanhar a evolução da educação no país. Alguns questionamentos não podem ser ignorados:

[...] o primeiro é que essas avaliações têm-se limitado a medir resultados e não explicam os processos por meio dos quais as escolas realizam o ensino e a aprendizagem. A outra grande questão é a de que na maioria das vezes as avaliações permanecem apropriadas pela mídia e gestores da política. E quase sempre, as informações educacionais, traduzidas pela mídia colocam acento no reiterado fracasso escolar. Assim sendo, há um desperdício do esforço avaliativo nacional (CARVALHO, 2009, p. 2).

Carvalho (2009, p. 2) também acrescenta que

Os dados avaliativos devem ser socializados na ponta, em cada escola de forma a que seus agentes escolares (diretores, professores, funcionários, pais, alunos e comunidade) conheçam sua condição de funcionamento, qualidade da aprendizagem ofertada, rendimento escolar dos alunos - de forma a que a própria comunidade escolar se comprometa com mudanças.

Convém destacar que, apesar de a avaliação possuir uma diversidade metodológica, nesta seção alguns tipos de avaliação e monitoramento serão apresentados a partir da visão dos autores Cavalcanti (2006), Costa e Castanhar (2003) e Faria (2009).

3.5.1 Avaliação Ex-ante

Avaliação executada antes da implementação de um projeto com o intuito de verificar a viabilidade de efetivação do programa, como também permite a definição de melhores estratégias. Cavalcanti (2006, p. 6) explica que

A avaliação ex-ante, procura orientar sobre a realização de um dado programa no que diz respeito a sua formulação e desenvolvimento, através do estudo de seus objetivos, dos beneficiários e de suas necessidades e de

seu campo de atuação.

Nesse sentido, a escolha dessa forma de avaliar permite à gestão decidir quanto à execução ou não de um programa ou projeto, entretanto em relação aos programas e projetos relacionados à política de ensino no IF Sertão-PE, esse tipo de avaliação não é possível aplicar, uma vez que já se encontram em plena atividade, e muitos dos programas não foram escolhidos pela comunidade acadêmica.

3.5.2 Avaliação de Resultados – Avaliação Ex-Post ou Somativa

Esse tipo de avaliação tem o foco no resultado, logo apresenta um aspecto mais tradicional e visa à verificação do sucesso ou não do programa, na medida em que averigua se os objetivos almejados foram alcançados ou não. Essa avaliação só será possível quando o projeto estiver finalizado, ou na conclusão de uma etapa.

De acordo com Cavalcanti (2006, p. 7), essa modalidade de avaliação que se realiza ao final da fase de implementação ou após a conclusão de um programa consiste no exame e análise de objetivos, impactos e resultados. Se a essência do processo avaliativo for os resultados do programa ou projetos, pode levantar questionamentos conforme recomendação do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas⁸ (apud CAVALCANTI, 2006, p. 7) como: que tipos de serviços ou benefícios os beneficiários do programa estão recebendo? Em que medida os serviços ou benefícios realmente recebidos pelos beneficiários do programa estão em consonância com as intenções originais dos formuladores? Os beneficiários sentem-se satisfeitos com os resultados atingidos pelo programa? Os resultados atingidos são compatíveis com os resultados esperados? Como e por que os programas implantados geram resultados não esperados?

Como um dos objetivos específicos deste Projeto de Intervenção foi analisar do Termo de Acordo e Metas (TAM), como forma de mensurar se houve ou não efetividade tendo como base as planilhas do SISTEC a fim de comparar se os resultados obtidos estavam coerentes ou não com o que foi pactuado, pretendia-se, com isso, checar os resultados obtidos a partir dos questionamentos acima.

⁸ UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (São Paulo). Núcleo de Estudos de Políticas (NEPP). Modelos de avaliação de programas sociais prioritários. Relatório Final. Campinas, 199. p. 43.

3.5.3 Avaliação de Metas

Os Institutos Federais estão submetidos a esse tipo de avaliação. É a modalidade mais tradicional cuja finalidade é o alcance das metas estabelecidas em 2010 entre o MEC/SETEC e os Institutos Federais. Metas que deveriam ser cumpridas a curto (2013), médio (2016) e longo prazos (2022), isso na perspectiva da garantia do êxito da implementação da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Para Costa e Castanhar (2003, p. 979),

Essa modalidade de avaliação pressupõe que se atribuam valores a um conjunto de metas, definindo-se o êxito relativo do programa em função do grau em que tais metas tenham sido cumpridas. Trata-se, portanto de uma avaliação ex-post facto, ou seja, requer que o programa (ou uma etapa do mesmo) tenha sido concluída para se poder avaliá-lo.

3.5.4 Avaliação Formativa

Sabe-se, contudo, que é preciso ir além dessa avaliação quantitativa, uma vez que a principal função da avaliação é alcançar a efetividade da ação pública. Nesse sentido é importante que todos os implicados no processo sejam participantes também do processo avaliativo que, segundo Carvalho (2009), desencadeará um processo de aprendizagem social, se forem em modelos e procedimentos avaliativos, reflexivo-participativos, além de motivarem e instigarem a inovação quando necessária.

Mas, a própria autora informa:

É preciso evoluir de uma concepção de prática participativa, ainda persistente, de caráter mais consultivo, com agentes da escola coletando informações e dando “devolutivas” às famílias, para um modelo efetivamente partilhado na coleta e informações e em sua análise (CARVALHO, 2009, p. 3).

Nesse formato, para Carvalho (2009) é possível que alunos, famílias e comunidades possam igualmente intervir e cooperar no próprio desenho e desenvolvimento do projeto político pedagógico. Assim sendo, a avaliação formativa concentra-se na gestão e no funcionamento do programa, cujo objetivo é

[...] detectar possíveis defeitos na elaboração dos procedimentos, identificar barreiras e obstáculos à sua implementação e gerar dados importantes para

sua reprogramação, através do registro de eventos e de atividades. (COSTA; CASTANHAR, 2006, p. 980)

Nesse sentido, trata-se de uma avaliação baseada nos processos e não nos resultados dos programas ou projetos, logo, de acordo com Costa e Castanhar (2006), pode-se perceber que, ao contrário dos enfoques anteriores, essa modalidade de avaliação se realiza simultaneamente com o desenvolvimento do programa, sendo também chamada de avaliação formativa. Para Cavalcanti (2006) essa modalidade de avaliação preocupa-se em responder entre outras, as seguintes indagações: a) A população está sendo atendida, conforme as metas? b) O cronograma está sendo cumprido? c) Os recursos estão sendo alocados com eficiência?

Nogueira (2002, p. 147) vem corroborar com essa visão ao afirmar que a avaliação de processos

[...] ocupa-se do projeto em si, isto é, de sua forma de implementação, aferindo as mudanças e correções de rumo. Os seus resultados são utilizados pelos próprios profissionais. É periódica e diferencia-se do monitoramento, caso em que não há uma perspectiva avaliativa.

Essas foram algumas das reflexões (referências, informações) apresentadas sobre os tipos de avaliação. Entretanto faz-se necessário apresentar, agora, o conceito de monitoramento de políticas públicas.

3.5.5 Monitoramento / Acompanhamento

Monitoramento ou acompanhamento, segundo Nogueira (2002), é um processo sistemático e contínuo para produzir informações precisas, capazes de permitir ou viabilizar a rápida avaliação situacional e a intervenção que confirme ou corrija as ações monitoradas. Encontramos em Faria essa mesma visão, ao afirmar que

[...] as atividades de monitoramento permitem intervir no processo da execução, corrigindo os rumos cada vez que desvios são detectados. É comum o entendimento que "corrigir rumos" significa interferir apenas no conteúdo do programa. Na maioria das vezes, esta intervenção exige iniciativa, criatividade e busca de soluções alternativas aos entraves surgidos no processo de implementação. Corrigir os rumos, neste caso, significa (ou pode significar) modificar cenários jurídico-administrativo, financeiro, organizacional, bem como requalificar os recursos humanos a cargo dos trabalhos (FARIA, 2009, p. 44).

Dessa forma, percebe-se que o propósito do monitoramento é apontar à gestão que não se pode conduzir um projeto ou programa sem que haja acompanhamento para verificar a eficiência e eficácia dele. De acordo com Nogueira (2002, p. 147), não se pode conduzir com eficácia se o dirigente não conhece de maneira contínua e a mais objetiva possível os sinais vitais do processo que lidera e da situação na qual intervém. Para Cavalcanti (2006, p. 8) trata-se, de um processo contínuo que retroalimenta o ciclo de ajustes de uma política.

Para Arretche (2002) é a partir do monitoramento que se fazem os ajustes necessários ao alcance satisfatórios dos objetivos a que se propõe o programa. Convém destacar que é atribuição dos gestores e executores do programa ou projeto o acompanhamento dessa política pública, através de dados internos na perspectiva de analisar os resultados obtidos, o que permite intervir no processo de execução a fim de dirimir os desvios por ventura percebidos, para uma melhor eficiência, evitando-se com isso, desperdícios dos recursos públicos. Entretanto Nogueira (2002, p. 149) diz que

Uma tarefa que antecede à avaliação e sem a qual a mesma é inviável, é a exigência de um sistema de monitoramento/acompanhamento. Deve-se montar um sistema de monitoramento/acompanhamento do projeto, indicando com clareza quais são os instrumentos que serão utilizados para o registro das ações desenvolvidas, gerando um sistema de informações sobre as mesmas.

Diante do exposto, percebe-se a necessidade dos Institutos Federais, e não apenas o IF Sertão-PE instituírem mecanismos de monitoramento e acompanhamento do TAM, documento norteador, logo após a criação dos Institutos Federais em 2008, para indicar se os objetivos e finalidades previstas foram efetivados, cumprindo, dessa maneira, o papel social a que se predispôs.

O objetivo dessa seção foi expor algumas reflexões sobre avaliação e monitoramento instrumentos fundamentais para acompanhar sistematicamente a aplicação eficaz de recursos destinados aos programas e projetos de governo.

4 NA TRILHA DA METODOLOGIA

4.1 TRILHAS METODOLÓGICAS

Esta seção tem como objetivo apresentar a trilha metodológica do presente trabalho. Trilha porque permitiu encontrar o método adequado para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa e os caminhos percorridos após questionamentos e incertezas próprias de quem se entremeia no mundo da pesquisa na perspectiva de chegar a resultados positivos através do método de investigação e dos instrumentos utilizados a fim de possibilitar à comunidade e à instituição do IF Sertão-PE, caso queira, a aplicabilidade do objeto desta pesquisa, colaborando no cumprimento mais eficiente do seu papel social.

A definição do método investigativo relaciona-se diretamente com a natureza e os objetivos da pesquisa, como também as condições de estrutura de que dispõe a pesquisadora para responder aos diversos questionamentos próprios do ato de pesquisar/investigar a fim de apreender o seu objeto de estudo, mesmo que o planejado seja diferente do executado, pois na trilha se vai encontrando o melhor caminho.

O que se pretendia ao final desta trilha era corroborar com a hipótese de que o monitoramento de metas e ações que foram firmadas entre o IF Sertão-PE e o MEC/SETEC, peça fundamental para se alcançar os índices estabelecidos, não em função dos números por si só, mas pelos resultados esperados ao se implantar uma política pública, cujo objetivo deve ser a promoção e o desenvolvimento de uma comunidade, equacionando problemas sociais, econômicos para garantir os direitos sociais. Responsabilidade, essa, atribuída, de acordo com o regimento interno do IF Sertão-PE, à Pró-Reitoria de Ensino, a quem compete:

Planejar, coordenar, executar e avaliar as ações e políticas do ensino, em consonância com as diretrizes emanadas do MEC, acompanhando a implementação destas políticas e avaliando o seu desenvolvimento; responsabilizar-se pela gestão das atividades e serviços de apoio ao ensino, especialmente os voltados aos docentes e discentes (BRASIL, 2012, p. 697).

Como se vê, à gestão acadêmica compete garantir a qualidade da educação, atribuição bem definida, por isso deve propor medidas para acompanhar o desenvolvimento das ações planejadas, de forma a contribuir efetivamente para a

formação integral dos alunos, conforme previsto no Art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 06 de setembro de 2012, que delibera sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais (BRASIL, 2012).

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa aplicada, pois pretende produzir conhecimento sobre uma realidade específica para apresentar resultados embasados em fundamentos teóricos e com uma proposta de intervenção, afinal uma das razões de ser do Mestrado Profissional em Educação é a “instrumentalização dos profissionais para a participação crítica no redirecionamento e/ou fortalecimento de políticas públicas e práticas educacionais locais e nacionais” (UFBA, 2017).

O caminho trilhado na pesquisa documental possibilitou adentrar na problemática da falta de avaliação e monitoramento das metas estabelecidas nos documentos oficiais para efetivação das políticas públicas de ensino no IF Sertão-PE, interferindo nos resultados dos indicadores de gestão. Ao escolher a pesquisa documental surgiu um questionamento: por se tratar de pesquisa documental não haverá nenhuma abordagem qualitativa? Aparentemente sim. A pesquisa documental, assim como a bibliográfica, é empregada com a finalidade de aproximar a realidade social, tendo como objeto documentos. Porém, a bibliográfica utiliza-se de contribuições de diversos autores. Oliveira (2011, p. 40) reafirma que

A pesquisa documental é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não pertencentes a arquivos públicos, arquivos particulares de instituições e domicílios e fontes estatísticas.

Sabe-se que há uma relação intrínseca entre pesquisa, método e análise. Embora não sejam a mesma coisa apresentam elementos que estarão presentes na pesquisa documental cuja finalidade é a resolução de uma situação ou objeto, a partir da aferição de dados na busca de conferir se há confiabilidade das hipóteses produzidas. Para que isso aconteça é preciso escolher um método que indique o procedimento de investigação que seja confiável e garanta a obtenção de resultados válidos. Portanto, pesquisa, método e análise serão elementos presentes em toda

pesquisa documental. O mais importante é saber o caminho a seguir. E,

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise, segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim elabora sínteses, ou seja, na realidade as ações dos investigadores - cujos objetos são documentos - estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANE, 2009, p. 104).

Gaio, Carvalho e Simões corroboram com esse pensamento, pois

Para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problema [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize (GAIO; CARVALHO; SIMÕES, 2008, p. 148).

Quem ajuda a compreender e a perceber que não há uma distinção conceitual entre pesquisa, técnica e método ou análise quando se trata de pesquisa documental é Minayo (2007, p. 22), que assim se posiciona: “a metodologia inclui as concepções teóricas que possibilitam a apreensão da realidade, como também o potencial criativo do pesquisador”. Nesse sentido a pesquisa documental possibilita a investigação de uma determinada problemática a partir da coleta de dados e da análise desses, seguindo o método específico para este tipo de pesquisa que visa à apreensão, compreensão e análise de documentos de diversas modalidades, uma vez que se entende que a pesquisa documental não é uma técnica ou procedimento de coleta de dados, mas um método de pesquisa, que de acordo com Ludke e André (2011) o método leva em si a influência da interpretação pessoal.

Não se pode esquecer também de que o documento é a única fonte de estudo de análise e interpretação da produção do conhecimento no método da pesquisa documental.

4.2 TRILHA DA PESQUISA DOCUMENTAL

A investigação, sobre o monitoramento das políticas públicas no IF Sertão-PE: desafios e perspectivas, aconteceu a partir da aplicação do método da pesquisa documental, entretanto é relevante compreender que a pesquisa é um trabalho cíclico

que começa com um problema ou uma inquietação, capaz de instigar o pesquisador na busca de uma explicação científica e de um produto que poderá ser uma proposta de solução para esse problema, contudo esse produto gerado ao final da pesquisa não se apresenta como uma verdade absoluta, o que possibilita a origem de novas inquietações, confirmando assim, esse caráter cíclico da pesquisa. De acordo com Minayo (2001, p. 18).

Embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas.

Ainda, conforme a autora

O processo começa com a fase exploratória da pesquisa = tempo dedicado a interrogar-nos preliminarmente sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada e as questões operacionais para levar a cabo o trabalho de campo (MINAYO, 2001 p. 26)

Nesse sentido, foi possível, através do tratamento dado aos documentos analisados, perceber a comparação entre a abordagem teórica e o que a investigação de campo apontou como subsídio para fundamentação deste Projeto de Intervenção. Para Ludke e André (1986 p. 38) “a análise documental pode constituir-se numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos pela possibilidade de desvelar aspectos novos de um tema ou problema”.

Descobriram-se nesse estudo aspectos implícitos no que se refere ao TAM, o qual traz metas com indicadores extremamente elevados para a realidade onde os campi estão inseridos, além de sérios problemas nas estruturas físicas como a falta de laboratórios; de espaço adequado para técnicos administrativos e docentes.

Ludke e André (1986, p. 40) acreditam que a análise documental pode ter o propósito de fazer inferência sobre os valores, os sentimentos, as intenções e a ideologia das fontes ou dos autores dos documentos. Nessa pesquisa foram utilizados documentos oficiais com o objetivo de fazer inferência sobre algumas metas referentes à gestão acadêmica do IF Sertão-PE: eficiência; eficácia; Relação Candidato Vaga (RCV); Relação Aluno e Docente (RAD); Proeja e Licenciatura. Essa inferência foi a partir de valores ideológicos, uma vez que as políticas públicas, segundo Souza (2006), assumem um papel importante para a solução de problemas.

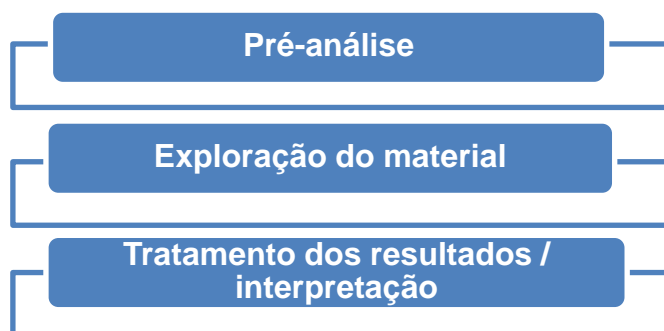
No entanto não se pode esquecer que a essência das políticas públicas está no embate de interesses, os quais repercutem na economia e na sociedade.

Os documentos Norteadores que regulamentam os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil em relação às metas a serem alcançadas, e de modo específico aqui no IF Sertão-PE até 2022, foram analisadas sob essa ótica e percebeu-se que nem tudo que está posto relaciona-se com os interesses dos que são os beneficiários diretos dessas políticas. Não se pode esquecer, também, de que o estado é produtor, por excelência das políticas públicas e o jogo de poder muitas vezes sobrepõe-se ao interesse coletivo.

Se o foco principal desta pesquisa foi a construção do Projeto de Investigação, a pesquisadora procurou seguir os passos da metodologia escolhida, a fim de que ao final da trilha obtivesse um produto fruto da ordenação, classificação e análise, pois, ainda de acordo com Minayo (2001 p. 26) “o tratamento do material nos conduz à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição”.

Nessa lógica, as seguintes macro-etapas foram trilhadas:

Figura 3 – Macro etapas da metodologia



Fonte: Elaborado pela autora

I. **Pré-análise** – A partir de outubro de 2017 foi feita uma breve leitura dos documentos a fim de coletar e organizar o maior número de documentos disponíveis, como: a Lei nº 11.892/2008 que cria os Institutos Federais, decretos, termos de compromisso, portarias, o Manual do Tribunal de Contas que orienta como proceder para o cálculo de metas de gestão. Embora alguns desses documentos estivessem no arquivo próprio, como o TAM, o PDI e a Lei nº 11.892/2008, outros documentos básicos, tanto internos no IF Sertão-PE, quanto externos foram selecionados, os quais estavam

concatenados com a questão do monitoramento das políticas públicas referentes ao ensino no IF Sertão-PE.

II. A exploração do material – nesse momento foi feita uma leitura mais detalhada e atenta dos documentos para selecionar os que apresentavam dados significativos para a pesquisa, bem como para verificar a veracidade e a credibilidade dos documentos encontrados; transcrevendo os dados que serviram para o embasamento da pesquisa.

III. Tratamento dos resultados obtidos e interpretação – etapa na qual se fez análise propriamente dita – foi possível, nesta fase, descrever e interpretar o conteúdo dos documentos buscando responder à problemática que suscitou a pesquisa.

Vale destacar que quem se dispõe a trabalhar com pesquisa documental deve estar preparado para as dificuldades que poderão surgir, principalmente, para identificar se determinado texto é ou não um documento; se tal fonte é confiável; se o conteúdo é significativo. Ou seja, exigirá habilidade para selecionar os documentos que permitam encontrar informações relevantes ao objeto de estudo, ou ainda, estar preparado para possíveis mudanças de trilhas. Convém lembrar que em consonância com Bell (1993, apud CALADO; FERREIRA, 2004, p. 2) “os documentos são o alvo de estudo próprio”. De acordo com estes autores:

A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, e terminar tendências e na medida do possível fazer a inferência. May (2004) diz que os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 10).

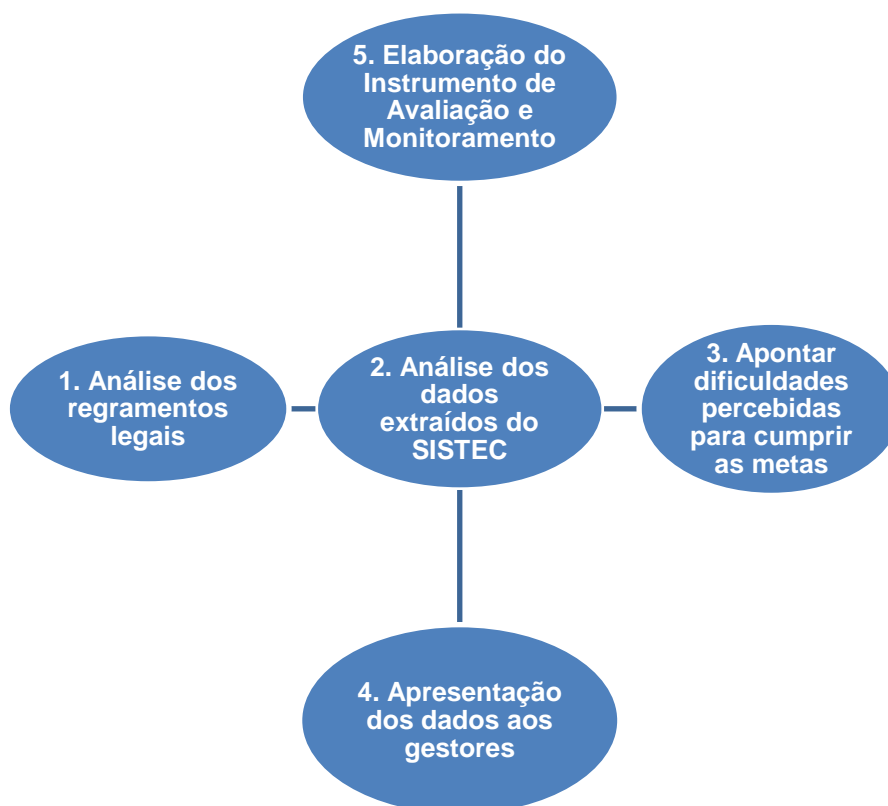
A partir da apreciação dos documentos, e de acordo com os dados que serão apresentados na seção de análise dos dados, foi possível compreender as metas estabelecidas para o IF Sertão-PE, verificando que a preocupação dos órgãos de controle não é apenas com a questão quantitativa, na perspectiva de atender às exigências da avaliação de larga escala, na medida em que uma instituição de ensino visa ao acesso, à permanência e à saída exitosa dos seus estudantes. Embora esse

aspecto torna-se muito mais evidente, principalmente, quando não se leva em conta os sujeitos implicados no processo, ou as condições materiais e humanas para o cumprimento do TAM, como a infraestrutura de alguns campi, que não possuem quadras, laboratórios, refeitórios, fazendas, espaço para atendimento aos estudantes, inviabilizando algumas ações que poderiam resultar num melhor acolhimento aos alunos.

Nesse sentido buscou-se referenciar esta pesquisa no TAM; na Lei nº 11.892/2008; na Lei nº 13.005/2014 e no Decreto nº 5.840/2006, verificando a similaridade entre eles, como também no Plano de Desenvolvimento Institucional e no manual para cálculo dos indicadores de gestão das instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Com a finalidade de atingir os objetivos desta pesquisa foram trilhadas as seguintes etapas:

Figura 4 – Etapas da trilha metodológica



Fonte: Elaborado pela autora

1ª etapa: Análise dos regramentos legais que regulamentam os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil em relação às metas a serem alcançadas pelo IF Sertão-PE até 2022: o Decreto nº 5.840/2006; a Lei nº 11.892/2008; o TAM/2010 e o PNE/2014.

2ª etapa: Análise dos dados extraídos da Planilha do SISTEC, comparando os resultados obtidos nos campi em relação às metas para o ensino presentes no TAM, no PNE e no Decreto 5.840;

3ª etapa: Apontar as dificuldades enfrentadas pelos gestores para atender às metas determinadas no TAM;

4ª etapa: Apresentação dos dados para as equipes gestoras do IF Sertão-PE, e para os servidores lotados no Departamento de Ensinos nos Campi.

5ª etapa: Elaborar um modelo de instrumento de acompanhamento e monitoramento das políticas de ensino a partir de documentos oficiais no IF Sertão-PE.

A 1ª, 2ª e 3ª etapas foram executadas a partir de dados extraídos de documentos institucionais como a Lei nº 11.892/2008, o TAM/2010, a Lei nº 10.005/2014 (PNE) e o Decreto nº 5.840/2006. Além desses, também foram consultados: as planilhas do SISTEC e outros dados disponíveis em relatórios da Pró-Reitoria de Ensino, caracterizando, portanto, como documental, pois é coleta de dados para fins de classificação-indexação, de acordo com Bardin (2016).

A partir das recomendações da CGU, estruturou-se a 2ª e a 3ª etapa e foi realizada a análise das planilhas do SISTEC dos anos de 2014, 2015 e 2016, seguindo sempre a mesma sequência: detalhamento da meta fundamentado nas orientações do Manual para cálculo dos Indicadores de gestão das Instituições da rede Federal de EPCT.

Para a 2ª etapa foram selecionados os indicadores que estão relacionados às metas quantitativas: eficiência, eficácia, relação alunos matriculados em relação à força de trabalho, a relação de candidatos vaga e matrícula PROEJA.

Da análise dos dados foi gerada a 4ª etapa da pesquisa, que foi a apresentação dos achados para toda a comunidade acadêmica dos campi em dois momentos: no

primeiro semestre de 2017 para a equipe gestora: Conselhos de Dirigentes, Conselho de Campus, Coordenadores de Cursos e Núcleos Pedagógicos. No primeiro semestre de 2018, para os docentes e técnicos administrativos no encontro pedagógico a fim de que todos estivessem cientes do cenário local e institucional e sentissem-se corresponsáveis para efetivarem as finalidades e características, razão de existir dos Institutos Federais, destaque para os incisos:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- IV. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

A 5ª etapa consistiu na criação de um setor de monitoramento na PROEN para em parceria com a diretoria de Gestão de Tecnologia do IF Sertão-PE, elaborar um modelo de instrumento de acompanhamento e monitoramento dos indicadores de gestão das políticas de ensino, baseado na análise crítica dos dados e modelos de outros segmentos.

5 TRILHANDO A ANÁLISE DOS DADOS

5.1 NA TRILHA DA LEGISLAÇÃO – ASPECTOS SIMILARES

Para expor os aspectos semelhantes entre os regramentos legais, buscou-se uma maneira mais prática em forma de quadro onde estão relacionados lado a lado os aspectos comuns entre os documentos que visam à melhoria da educação básica no país (quadro 2).

Quadro 2 – Aspectos similares entre a Lei nº 11.892/2008, o TAM/2010, a Lei nº 13.005/2014 (PNE) e o Decreto nº 5.840/2006

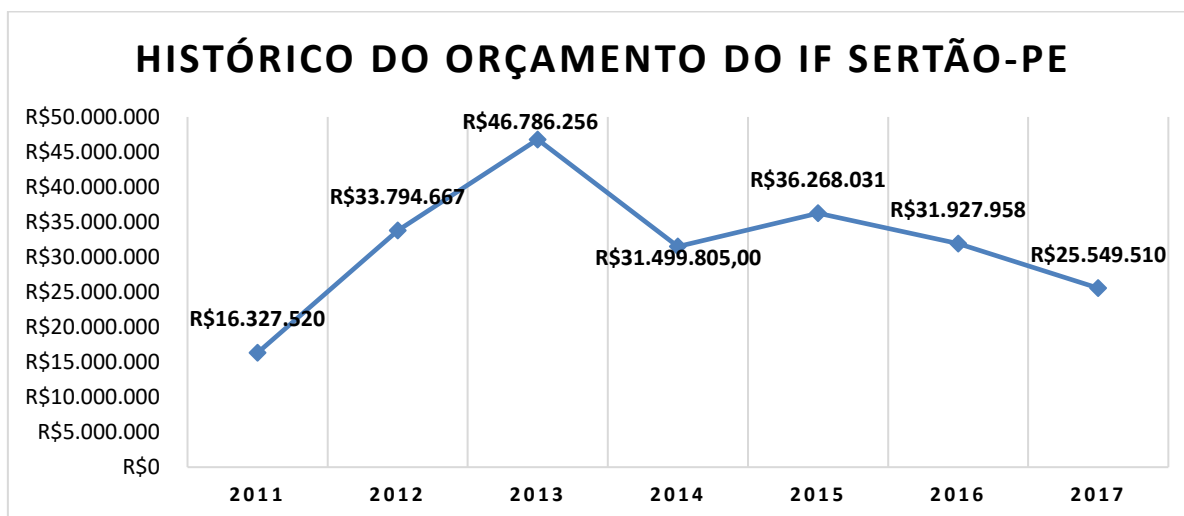
	Lei nº 11.892	TAM	PNE	Decreto nº 5.840
Criação	Institui em 29 de dezembro de 2008 a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.	Termo de acordo e metas assinado em junho de 2010, firmando compromisso entre o MEC por intermédio da SETEC e o IF Sertão- PE, cujo objetivo era a estruturação, organização e atuação dos IFs.	Lei 13.005 sancionada em 25 de junho de 2014, a qual aprova o Plano Nacional de Educação.	Decreto 5840 de 13 de julho de 2006 Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA - e dá outras providências
Objetivos, finalidades e diretrizes	A Lei de criação dos Institutos Federais objetiva:	Documento criado levando em consideração as políticas e diretrizes do MEC expressas na Lei 11.892 e no PNE, considerando:	A Lei 13.005/2014 visa à:	Este Decreto estabelece que:
	1. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.	1. O compromisso dos Institutos Federais com a formação de professores e a implementação de ações em favor da melhoria da educação básica;	1. Valorização dos (as) profissionais da educação.	
	2. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.	2. Que os Institutos Federais devem atuar como agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região onde estão inseridas, buscando articular-se com os arranjos produtivos locais, sociais e culturais,.	2. Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.	2. As Instituições federais de educação profissional deverão implantar curso e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007
	3. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.	3. O comprometimento com a justiça social, a equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;	3. Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.	3. As áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos serão, preferencialmente, as que maior sintonia guardarem com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir com o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico e cultural.
	3. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.	3. O comprometimento com a justiça social, a equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;		
		4. A obrigação dos Institutos Federais com a implementação de programas e sistemas de gestão comprometida com a racionalização, a eficácia, a eficiência, a economicidade e a efetividade dos recursos investidos.	4. Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;	

Fonte: Elaborado pela autora

Ao analisar o quadro 2, observou-se que, embora a Lei nº 11.892/2008, Lei nº 13.003/2014, o Decreto nº 5.840/2006 e o TAM/2010 tenham sido sancionados em períodos diferentes, possuem em seu bojo similaridade quanto aos fundamentos, diretrizes e características, cujo objetivo principal é a garantia do ensino público de qualidade para todos, desde a educação básica até a educação superior, como também a formação de continuada dos professores e a valorização dos profissionais da educação. Outra semelhança que merece destaque é o comprometimento das instituições de ensino como agentes colaboradores na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. Isso acontecerá segundo o texto quando se busca a articulação com os arranjos produtivos locais a fim de propiciar o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

A despeito do discurso, o questionamento que se faz é como efetivar essas diretrizes garantindo a eficiência e efetividade das políticas públicas que surgem para concretizar os direitos sociais. Para Silveira (2012) a educação, como direito social, materializa-se por meio de uma política social baseada em toda uma legislação e vai solidificando-se para garantir às pessoas o direito à educação. Os dados encontrados no IF Sertão-PE, nos desafiam, pois, apesar de oferecer ensino público de qualidade e gratuito em todas as modalidades de ensino e todos os tipos de oferta, esse direito ainda é restrito a um grupo seletivo devido aos mais variados obstáculos.

Não se pode esquecer, também, que os elementos financeiros merecem atenção, já que a legislação por si só não garante o cumprimento de diretrizes e metas; para tanto é fundamental uma política orçamentária coerente com as despesas previstas pelas instituições responsáveis pela execução das políticas públicas, assegurando-lhes as condições mínimas de infraestrutura e de pessoal. De acordo com Machado e Velten (2013) essa é uma atribuição da União. Para melhor elucidar essa questão analisemos a tabela e o gráfico a partir de informações da Pró-Reitoria de Administração (PROAD).

Gráfico 1 – Histórico do Orçamento do IF Sertão-PE de 2011 a 2017

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da PROAD

O gráfico 1 apresenta o histórico orçamentário de 2011 a 2017 para as despesas de funcionamento dos campi e da reitoria, assim como da assistência ao educando.

Como se observa houve um crescimento ascendente em 2012 e 2013 em relação a 2011 de 106% e 186% respectivamente. De 2015 a 2017 o orçamento foi sempre decrescente e a diferença de 2017 para 2013 chegou a 54,60%. Essa diferença torna-se mais significativa se levado em conta que até o ano de 2013 o IF Sertão-PE possuía apenas cinco campi e a Reitoria. Em 2014, a oferta foi ampliada para mais dois municípios: Santa Maria da Boa Vista e Serra Talhada, o que significou aumento de despesas tanto de funcionamento como para a assistência ao educando.

Tabela 2 – Orçamento Total IF Sertão-PE – 2017

Unidade	Orçamento
Campus Floresta	R\$ 2.227.985,00
Campus Ouricuri	R\$ 2.242.991,00
Campus Petrolina	R\$ 6.331.816,00
Campus Petrolina Zona Rural	R\$ 4.489.792,00
Campus Salgueiro	R\$ 2.719.526,00
Campus Santa Maria da Boa Vista	R\$ 1.503.877,00
Campus Serra Talhada	R\$ 1.436.643,00
Reitoria	R\$ 4.596.880,00
Orçamento total do IF Sertão PE	25.549.510,00

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados da PROAD

Na tabela 2 pode-se observar a queda do orçamento total do IF Sertão-PE em 2017 para as despesas de funcionamento dos sete campi, da reitoria, e para a assistência ao educando

Essa redução orçamentária reflete nos indicadores de gestão, uma vez que não se pode ampliar o atendimento aos alunos com as políticas de assistência estudantil, a fim de garantir a permanência e a saída exitosa desses jovens e adultos que estão numa região onde o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) varia de 0,687 a 0,572, portanto os alunos precisam de ajuda para se manterem na instituição. E mais, os campi possuem difícil acesso e muitos desses estudantes são de sítios e municípios vizinhos e sem a ajuda da assistência ao educando não têm como chegar até a instituição.

Além desse fator, o IF Sertão-PE possui outro agravante: a infraestrutura possui sérias lacunas como a falta de laboratórios para aulas práticas, biblioteca, quadra poliesportiva, refeitório, auditório, salas para atendimento aos alunos, salas de aulas e salas de professores conforme exigência do INEP.

Já os campi mais antigos, Petrolina Zona Rural e Petrolina, embora possuam quase todos esses espaços, sofrem com a questão da manutenção e conservação.

Um dado que merece destaque no gráfico da dotação orçamentária é o aumento nos anos de 2012 e 2013. Pela análise do TAM, assinado em 2010, havia uma previsão de cumprimento de metas pelo Instituto para o ano de 2013; o governo em contrapartida comprometeu-se com dotação orçamentária para investimento em infraestrutura e demais despesas de pessoal e custeio para o cumprimento das metas estabelecidas.

Ao continuar na trilha do TAM/2010, buscou-se adentrar nas metas selecionadas para apreciação, percebendo que estão interligadas com os demais documentos analisados.

5.2 NA TRILHA DE EFICÁCIA DA INSTITUIÇÃO

Quadro 3 - Aspectos similares entre as metas estabelecidas nos regramentos legais

	TAM/ 2010	PNE / 2014
Índice de eficácia da Instituição:	Meta 2: Alcance da meta mínima de 80% de eficácia da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 70% no ano de 2013, medida semestralmente	Meta 11.11: Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) Meta 12.3: elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor (a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior

Fonte: Elaborado pela autora

O índice de eficácia da Instituição determinado pelo TAM é do alcance mínimo de 80% no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 70% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas.

De acordo com os dados pesquisados, esse indicador ainda está distante de ser alcançado em todos os institutos. Mesmo que essa meta esteja fora da realidade institucional, tão pouco tenha sido pactuada com a comunidade acadêmica, não se deve acomodar e achar que o normal é deixar 64% da turma para trás. Dado esse que contradiz o papel da escola, conforme Lei nº 11.892 (2008), como promotora da integração e da verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.

A análise a seguir vem corroborar com a necessidade de mudança de paradigma. É certo que a reprovação e a evasão podem ser mantidas no patamar esperado, se todos buscarem mecanismos para acompanhar o aluno em todas as etapas, principalmente no Ensino Médio Integrado. Para o sucesso desse indicador há uma particularidade em questão: a busca da parceria com os responsáveis pelos alunos do ensino médio integrado. São adolescentes, cuja autonomia ainda está

atrelada à autoridade dos pais ou responsáveis. Essa ligação entre escola e família, possibilitará melhora desse indicador. Daí a importância do monitoramento que permite intervir durante o desenvolvimento da política, fazendo as intervenções no processo, conforme Faria (2006). Passemos aos dados:

O Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de EPCT (2016, p. 28) define o Índice de Eficácia da Instituição como um indicador que mede o custo médio de cada aluno da Instituição. Embora o manual esteja escrito no modelo 1 Índice de Eficiência da Instituição, percebe-se que foi um erro de digitação.

Constam, ainda, na página 28, as fórmulas para o cálculo desse indicador, as quais estão invertidas. Inconsistências, essas, apontadas para a SETEC, cumprindo uma recomendação da CGU através do ofício nº 151/2017 do Gabinete da Reitora enviado em 07 de novembro de 2017, a fim de que as falhas fossem corrigidas.

Tabela 3 – Dados de Eficácia – 2016

I- FÓRMULA PLANILHA SISTEC		(vagas Ofertadas/Concluintes)*100		
II FÓRMULA CORRETA		(CONCLUINTES / VAGAS OFERTADAS) * 100		
UNIDADE	VAGAS OFERTADAS	CONCLUINTES	PERCENTUAL I 2016	PERCENTUAL II 2016 CORRETO
Campus Petrolina	969	505	191,88%	52,11%
Campus Petrolina Zona Rural	794	371	214,02%	46,72%
Campus Floresta	955	202	472,77%	21,15%
Campus Ouricuri	507	159	318,87%	31,36%
Campus Salgueiro	695	186	373,66%	26,76%
Campus Serra Talhada	776	227	341,85%	29,25%
Campus Santa Maria	1.130	369	306,23%	32,65%
TOTAL	5.826	2.019	288,56%	34,65%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do SISTEC/2016

A análise dos dados de eficácia permite inferir que o percentual estabelecido no TAM/2010 e no PNE/2014 só será atingido quando o número de concluintes aproximarem-se do número de vagas ofertadas. Essa constatação pode ser verificada a partir dos dados do Campus Petrolina e Campus Floresta: este ofertou 955 vagas e só 202 concluintes, o que equivale a 21,15% de eficácia; aquele ofertou 969 vagas e diplomou 505, obteve 52,11%.

Outro ponto fundamental nesse diagnóstico é que o resultado da Instituição é o reflexo do sucesso do aluno em cada Campus, razão de ser de uma Instituição de Ensino, portanto cada unidade do IF Sertão-PE precisa traçar ações para o alcance

da meta de 80% prevista no TAM e de 90% no PNE. Percentuais indicados nas Estratégias 11.11; e 12.3 do anexo à Lei nº 13.005/2014, as quais visam elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento).

Pensar no número isolado é atribuir toda a responsabilidade da eficácia apenas à escola, entretanto estudos afirmam o contrário:

[...] o estudo denominado Relatório Coleman, que analisou o desempenho escolar com base em variáveis do background familiar, das características do conjunto de alunos, dos recursos físicos e o currículo da escola, das características do professor e fatores hereditários e ambientais. O Relatório concluiu que a escola não acrescenta muito ao desempenho de uma criança, independentemente do seu meio e contexto geral. As desigualdades socioeconômicas entre os alunos são as responsáveis pelas diferenças no desempenho (BOOKE; SOARES, 2010, apud BAQUEIRO, 2016, p. 41).

Para completar essa visão sobre eficácia encontra-se respaldo em Booke e Soares (2008) apud Baqueiro (2016, p. 42) “estudos semelhantes foram realizados na Inglaterra em 1967 - Relatório Plowden, constatando que “a atitude dos pais é um dos fatores mais decisivos para o sucesso escolar, e que, para todos os efeitos, é a família, e não a escola, que faz a diferença”. Essa constatação põe em xeque qualquer parâmetro de avaliação de desempenho e controle de metas que desconheça essas variáveis.

Outro autor (MURILLO, 2003, p. 2, apud BAQUEIRO, 2016, p. 44), reforça essa ideia ao afirmar:

Uma escola é eficaz quando consegue um desenvolvimento integral de todos os seus alunos, em grupo e individualmente, maior do que seria esperado, levando-se em conta seu rendimento prévio, além da situação social, econômica e cultural das famílias.

A partir dos pressupostos apresentados, é possível afirmar que nem sempre uma auditoria consegue retratar o que realmente acontece numa instituição de ensino onde o resultado depende de muitas variáveis, que não são analisadas pelos órgãos de controle que examinam os números friamente, a partir dos indicadores e metas estabelecidos em leis e decretos determinados ao se implantar uma política pública. Afinal, para Fonseca (2009), a educação de qualidade passa pela formação integral do aluno.

Tabela 4 - Dados de Eficácia – Série Histórica

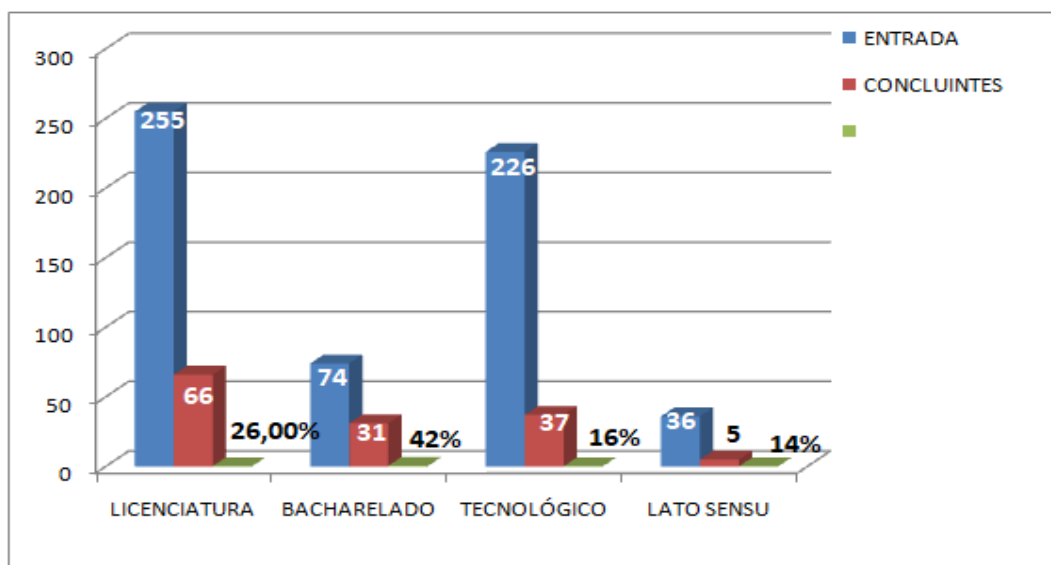
UNIDADE	2016	2015	2014	2016
Campus Petrolina	52,11%	36,84%	26,73%	52,11%
Campus Petrolina Zona Rural	46,72%	49,39%	42,93%	46,72%
Campus Floresta	21,15%	33,78%	16,47%	21,15%
Campus Ouricuri	31,36%	33,53%	43,33%	31,36%
Campus Salgueiro	26,76%	40,77%	21,07%	26,76%
Campus Serra Talhada	29,25%	0	-	29,25%
Campus Santa Maria	32,65%	63,05	41,97%	32,65%
TOTAL	34,65%	40,18%	29,26%	34,65%

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do SISTEC/2016

A análise do quadro da série histórica permite concluir que os percentuais do Campus Petrolina cresceram 10,11% de 2014 para 2015; 15,84% de 2015 para 2016 e 25,38% de 2014 para 2016. Os campi Petrolina Zona Rural e Ouricuri mantiveram um equilíbrio na média percentual. Embora no Campus Ouricuri observa-se uma queda de 12% de 2014 para 2016. Já o Campus Salgueiro apresentou um crescimento de 19,7% de 2014 para 2015; entretanto, em 2016, registra-se uma queda de 14%. O Campus Floresta, por sua vez, apresentou o mesmo parâmetro de Salgueiro: cresceu 17,51% de 2014 para 2015 e apresentou um decréscimo de 12,6% em 2016. Já os campi de Serra Talhada e Santa Maria da Boa Vista são novos e o índice que aparece são dos Cursos de Formação Inicial e Continuada.

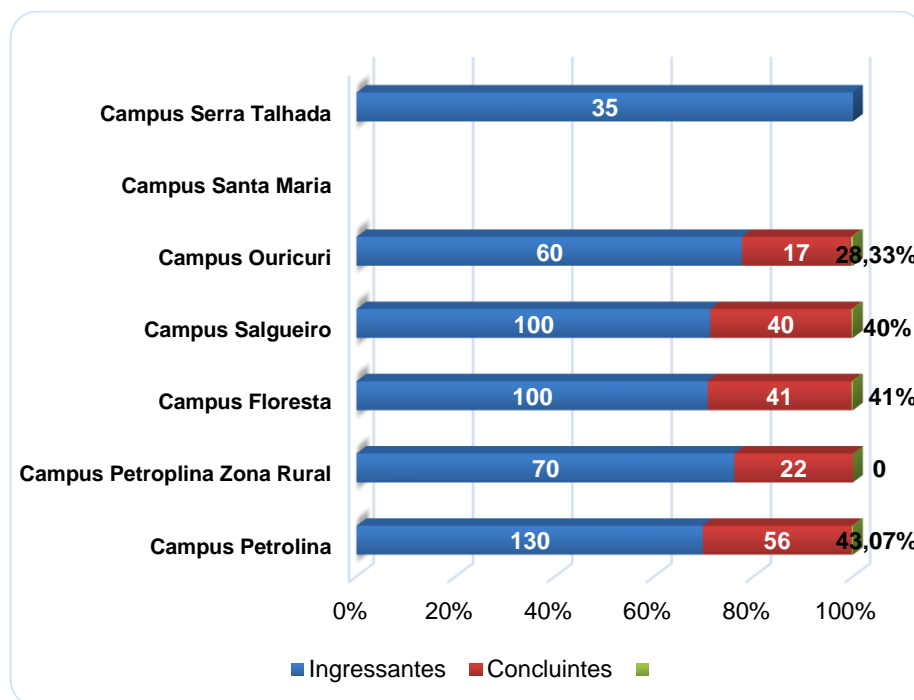
Diante dos percentuais analisados, pode-se afirmar que é possível, melhorar o índice de eficácia, uma vez que os campi demonstraram um potencial de crescimento anual em alguma etapa de mais de 10%.

Os gráficos a seguir foram elaborados na busca ratificar esses percentuais, agora por outro prisma por curso e por Campus no ano de 2016.

Gráfico 2 – Eficácia IF Sertão 2016 – Cursos Superiores

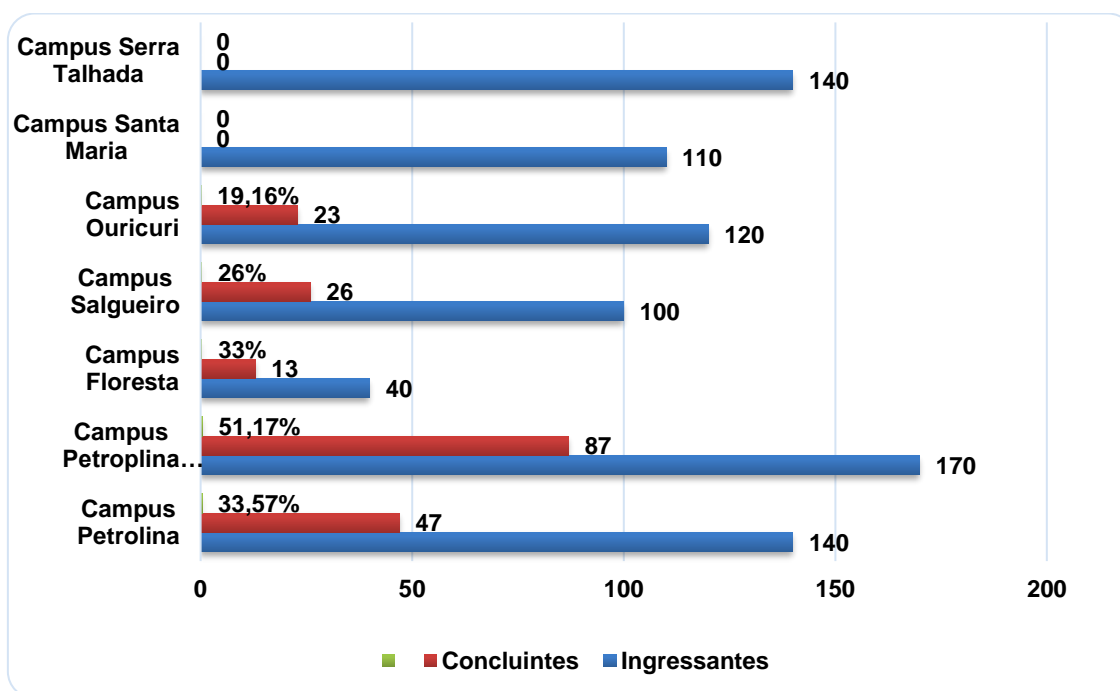
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do SISTEC/2016

A análise desse gráfico será a partir da analogia entre a primeira coluna, entrada dos alunos com a segunda coluna, número de concluintes, corroborando com a constatação da necessidade de melhoria desse indicador. Esses dados foram apresentados e analisados com os gestores, coordenadores de Cursos, Conselhos de Campus e docentes a fim de elaborar o Plano de Ação solicitado pela CGU (anexo) possibilitando à instituição alcançar a meta, que de acordo com o PNE é de 90%. Nota-se que apenas um curso chegou a 42% da meta estabelecida, o bacharelado. Um dado significativo nesse gráfico refere-se aos cursos de tecnologias e merecem uma pesquisa para identificar o porquê desse índice tão baixo de concluintes.

Gráfico 3 – Eficácia IF Sertão 2016 – Curso Técnico Médio Integrado

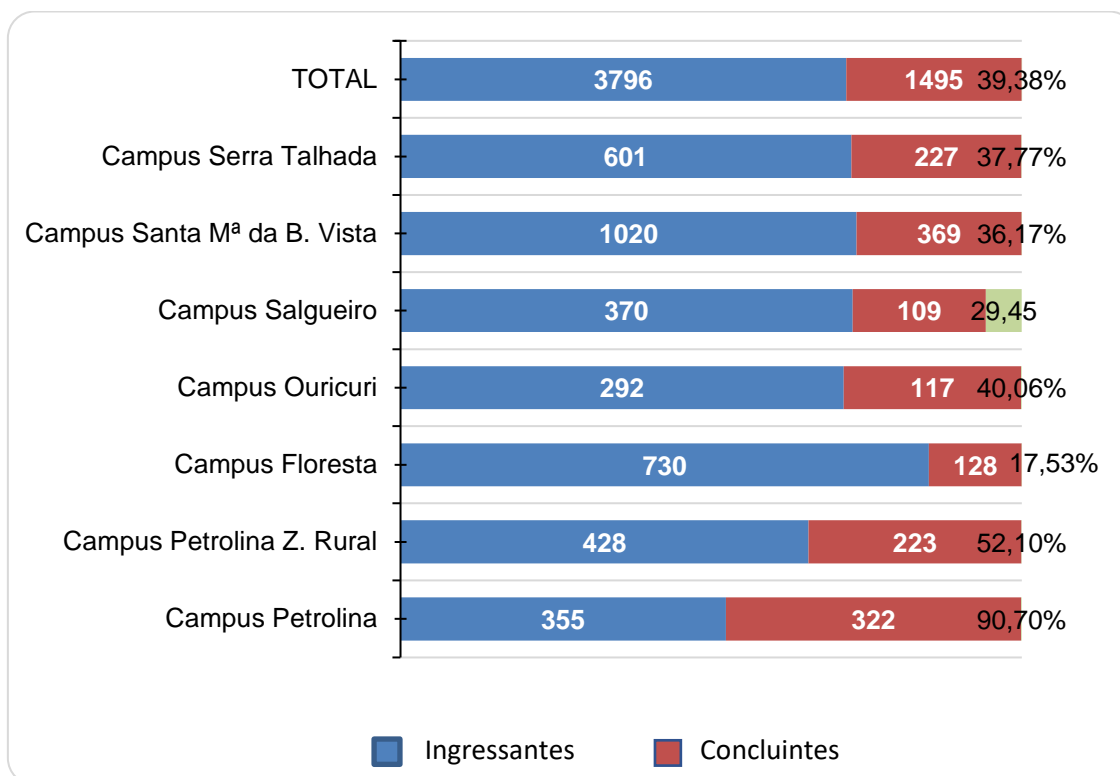
Elaborado pela autora a partir de dados do SISTEC/2016

Esse gráfico evidencia um percentual, no geral, melhor em relação aos cursos superiores cuja variação foi de 14% a 42,85%, entretanto, por se tratar de Ensino Médio Integrado, é um dado preocupante levando-se em conta o perfil desse público, que se encontra em fase de preparação para o mundo do trabalho e ou para universidade.

Gráfico 4 – Eficácia IF Sertão 2016 – Cursos Subsequentes

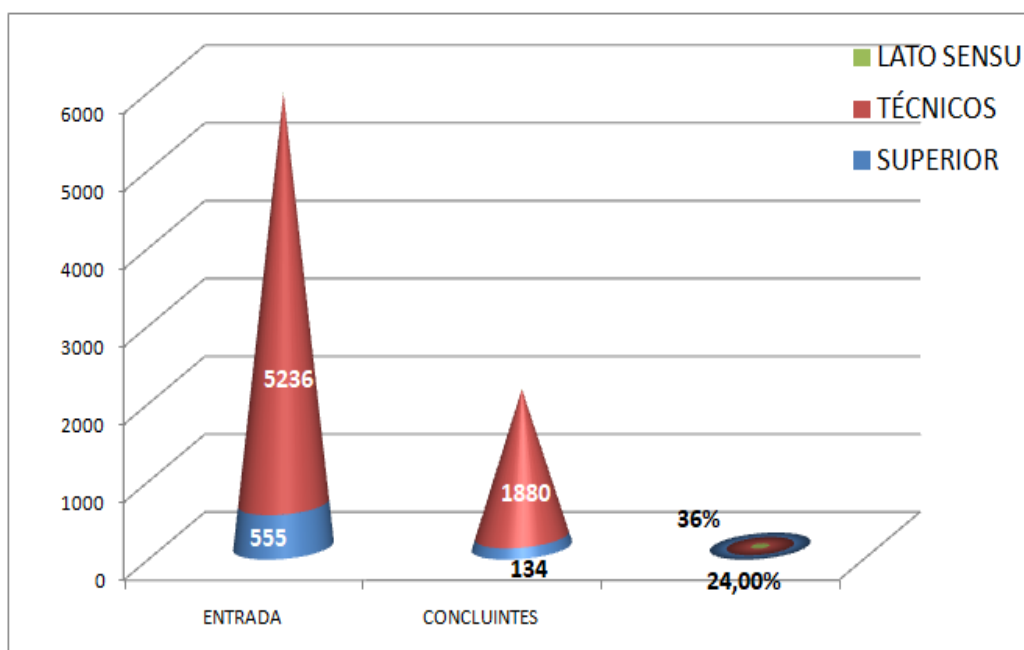
Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do SISTEC

Os dados dos cursos subsequentes não apresentaram muita alteração em relação ao superior e ao médio integrado. Por ser um curso que atende ao público que busca apenas a formação técnica, espera-se um resultado diferenciado devido à carga horária menor e ao ciclo de conclusão que varia entre dezoito e vinte quatro meses. O que não correu. Os campi de Santa Maria e Serra Talhada não apresentaram um percentual de concluintes, por serem campi novos e estarem em processo de consolidação, uma vez que possuem menos de cinco anos. Os alunos deverão concluir esse ciclo até 2018.1.

Gráfico 5 – Eficácia IF Sertão 2016 – Cursos FIC

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do SISTEC

Os dados do FIC evidenciam a importância do acompanhamento e avaliação das políticas de ensino do IF Sertão-PE, conforme previsto no TAM. Por se tratar de um curso ofertado a partir de uma demanda local, seja externa ou interna, e cuja carga horária varia de 20 a 160 horas, o parâmetro ideal de eficácia seria o do Campus Petrolina.

Gráfico 6 – Eficácia Geral IF Sertão 2016 por Modalidade

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do SISTEC

Uma análise mais detalhada dos dados sobre eficácia permitiu inferir que o maior índice está nos cursos técnicos, 36%, enquanto os cursos de graduação e os tecnológicos correspondem a 24%. Um dado significativo está relacionado com as vagas ofertadas para os cursos de Formação Inicial e Continuada, as quais correspondem a 65% do total de vagas ofertadas pelo IF Sertão-PE em 2016. Entretanto, o índice de conclusão foi de apenas 39,38%, de acordo com gráfico 5, índice muito baixo, levando-se em conta serem cursos de curta duração e com uma carga horária máxima de 160 horas, ofertadas a partir de uma demanda da comunidade externa, ao menos em tese.

Essa constatação permite à gestão compreender a necessidade de planejar ações a fim de motivar todos os alunos matriculados nos cursos FICs para concluírem no período estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Das 3.796 vagas ofertadas, 3.276 foram preenchidas, no entanto apenas 1.496 apresentaram uma saída exitosa, equivalendo a 45,66%. Número considerado ineficaz pelas razões elencadas. Se todos os alunos ingressantes nos FICs tivessem concluído o índice de eficácia teria sido de 86,3%.

Outra forma de calcular o êxito escolar dos alunos é a relação entre concluintes por matrículas atendidas como orienta o Manual para Cálculo dos indicadores de gestão na página 19. Mais uma vez esse indicador está bem distante do preconizado

pelo TAM e o PNE. A planilha do SISTEC 2016 informa um total de 10.382 (dez mil trezentas e oitenta e duas) matrículas atendidas e 2.019 (dois e dezenove) concluintes correspondendo a 19,44%.

Alguns fatores contribuem para esse quadro de eficácia, como a falta de monitoramento, conforme relatório da CGU nº 201700865, como também os períodos de greve, de acordo com o Relatório de Gestão / 2016, que adiaram a conclusão do semestre no período letivo regular; por outro lado, não há uma clareza nos documentos oficiais sobre Eficácia Institucional. Tanto na Organização Didática⁹ como na Lei de Diretrizes e Base (LDB) não há nenhuma menção à palavra eficácia, embora esteja implicitamente, pois ao tratar de avaliação normatizam-se os pré-requisitos necessários para verificar se um aluno está apto ou não para a conclusão de uma etapa de estudo. Nesses documentos há várias instruções sobre procedimentos, instrumentos, critérios de avaliação, mas não consta nada sobre o percentual de aprovação em cada final de ciclo, veiculando uma ideia de que não se tem meta para cumprir, pressupondo-se que qualquer percentual estaria bom.

Já no PDI 2014 – 2018 do IF Sertão-PE e na Resolução CNE/CEB nº 6 de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a palavra Eficácia aparece apenas uma vez, mas em contextos diferentes do estabelecido no TAM e no PNE.

A busca por respostas em documentos institucionais e relatórios permitiu adentrar ao APÊNDICE B dos instrumentos para sistematização da reunião diagnóstica coletiva, constante no Relatório da Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes. São Várias as causas para a retenção e a evasão na Instituição, assim como os dados que refletem diretamente na eficiência e eficácia institucional, dentre elas:

- Alunos desmotivados por greves e pouca ou nenhuma aula prática de algumas disciplinas;
- Relação escola-família e a falta de proximidade dos pais no Campus e na vida do aluno;
- Adaptação à vida acadêmica e a falta de embasamento teórico;

⁹Documento interno aprovado pela resolução nº 11 de 16 de maio de 2017 do Conselho Superior, onde constam todas as orientações Didático-Pedagógicas do IF Sertão-PE.

- Falta de infraestrutura básica de laboratórios para realizar flexibilidade nas atividades curriculares;
- Pouca presença para acompanhamento dos alunos novatos;
- Salas sem equipamentos mínimos necessários;
- Falta de espaço físico para o professor realizar atendimento ao discente;
- Alunos que possuem dificuldades de aprendizagem em Matemática, Física e Português;
- Falta de transporte público regular e de qualidade;
- Falta de acesso a estágios;
- Expectativas frustradas com relação ao curso;
- O nível de empregabilidade e os baixos salários;
- A dicotomia entre trabalho e universidade;
- O Ensino Médio em quatro anos X três anos em outras instituições.

Diante dessa realidade, a Instituição, a partir de orientação da Setec, elaborou um Plano de Ação com os diversos segmentos da comunidade acadêmica e enviou em maio de 2016. Como se percebe, alguns desses motivos não precisam de recursos financeiros, mas apenas de professor e equipe técnica. Entretanto, a falta de monitoramento e o comprometimento de alguns servidores com a problemática contribuem para que esses indicadores não melhorem apesar do planejamento de ações, nem sempre são executadas.

Como o IF Sertão-PE faz parte da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica, buscou-se ampliar a análise dos dados desse indicador, não com o intuito de comparar, mas para situar-se no contexto da Rede e reconhecer o seu papel no desenvolvimento da Rede Federal. Para tanto, foram selecionados sete institutos do Nordeste, dois do Sul, dois do Sudeste, dois do Norte e dois do Centro-Oeste. Optou-se por um número maior do Nordeste, por ser a região onde se localiza o objeto desta pesquisa. Essa comparação teve como finalidade, apenas, comparar as metas do IF Sertão-PE em relação às outras unidades dos IFs. Os quadros a seguir, contendo a Relação de Concluintes por Matrículas Atendidas – (RCM), permitiram realizar a seguinte análise:

Tabela 5 – Relação RCM - DADOS 2016

UF	Instituto	Matriculados	Concluintes	Percentual	DADOS – SÉRIE HISTÓRICA		
					2015	2014	2013
PE	IFSertão	10.382	2.019	19,45%	19,12%	13,32%	21,00%
PE	IFPE	35.384	2.674	7,56%	8,05%	8,08%	12,01%
MA	IFMA	36.700	2.776	7,56%	5,34%	3,35%	9,20%
BA	IFBaiano	12.324	1.454	11,80%	8,76%	13,75%	14,33%
PB	IFPB	28.854	1.068	3,70%	4,11%	4,18%	12,01%
IFCE	IFCE	41.856	4.116	9,83%	6,61%	8,70%	8,84%
RN	IFRN	50.604	6.046	11,95%	8,60%	10,81%	22,05%
MG	IFMG	17.232	1.785	10,36%	8,40%	15,15%	19,54%
SP	IFSP	55.454	14.704	26,52%	20,41%	8,02%	11,25%
SC	IFSC	39.986	10.256	25,66%	15,17%	19,76%	23,89%
PR	IFPR	27.952	3.928	14,05%	22,42%	8,89%	13,64%
DF	IFB	13.392	1.228	9,17%	18,21%	16,79%	16,24%
GO	IF Goiano	19.067	3.622	10,16%	14,11%	7,81%	10,57%
AM	IFAM	24.312	2.657	7,23%	6,33%	6,35%	9,55%
AC	IFAC	4.728	422	8,93%	7,27%	3,27%	6,46%

Fonte: Dados do Relatório de indicadores da rede federal – 2016

Tabela 6 – Relação RCM por Região

Região	DADOS DE 2016			DADOS – SÉRIE HISTÓRICA		
	Matriculados	Concluintes	Percentual	2015	2014	2013
Norte	90.752	11.285	12,43%	10,15%	12,31%	9,83%
Nordeste	313.037	27.678	8,84%	7,04%	7,02%	11,40%
Centro-Oeste	81.998	9.784	11,93%	11,18%	10,86%	10,39%
Sudeste	250.791	31.996	12,76%	15,58%	14,94%	14,96%
Sul	137.593	22.278	16,19%	14,68%	14,26%	16,04%
Total	874.171	103.021	11,78%	11,45%	11,37%	12,97%

Fonte: Relatório de indicadores da rede federal – 2016

De acordo com as tabelas 5 e 6, o IF Sertão-PE apresentou um resultado melhor que o índice da região e da rede. O percentual do Instituto foi de 19,45% na relação de concluintes por matrículas atendidas, enquanto a região obteve 8,84% e a rede 11,78%. Outra observação feita foi que, dos 38 Institutos presentes em todas as regiões do Brasil, o IF Sertão-PE apresentou o terceiro melhor indicador. Nota-se, ainda, pela série histórica, uma sequência de percentuais aproximados em toda a rede. Essa constatação é significativa, considerando que há uma unidade na rede, quando se trata dessa relação. Vale destacar que isolada essa representação estatística não reflete a realidade da rede, uma vez que a compreensão plena depende da análise do número de matrículas e sua evolução histórica.

Diante dos dados desse indicador de eficácia, é imprescindível um olhar mais

crítico e uma análise das interferências tanto internas quanto externas a fim planejar ações para a retomada do crescimento da eficácia, aproveitando mais o potencial humano de cada campus. Outra medida adotada foi a elaboração de um plano de ação a partir das sugestões dos sete campi a fim de responder a recomendações da CGU, ações que se forem monitoradas e acompanhadas ajudarão a instituição a melhorar gradativamente, esses dados detectados durante a pesquisa.

5.3 NA TRILHA DA RELAÇÃO DE ALUNOS POR PROFESSOR

Quadro 4 – Aspectos similares entre as metas estabelecidas nos regramentos legais – Aluno X Professor

	TAM/ 2010	PNE / 2014
Alunos matriculados em relação à força de trabalho	Meta 3 Alcance da relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor considerando-se, para efeito deste Termo de Acordo de Metas e Compromissos, os alunos dos cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante e subsequente), PROEJA, cursos de graduação (CST, licenciatura, bacharelado), de pós-graduação (lato sensu e stricto-sensu) e de Formação Inicial e Continuada, em relação a todo quadro de professores ativos na Instituição	Meta 11.11: Elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos (as) por professor para 20 (vinte)

Fonte: Elaborado pela autora

Esse indicador, de acordo com o Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de EPTCT (2016), mede a capacidade de atendimento pela força de trabalho docente, observando-se o número de Aluno-Equivalente e Docentes-Equivalentes calculado, conforme Portaria do MEC nº 818/2015 e a Portaria SETEC nº 25/2015 que regulamentam o conceito “Aluno Equivalente”. Com isso, o indicador de “Relação Aluno por Professor” (RAP) foi atualizado em 2015 e ganhou um contorno mais fiel à realidade do esforço docente e sua relação de atendimento ao quantitativo de alunos que a educação profissional requer.

Docentes-Equivalentes são todos os professores efetivos ou temporários, considerando-se 1 (um) se for contrato em regime de 40 horas ou de Dedicção Exclusiva; e como 0,5 (meio) se, contratado em regime de 20 horas. Partindo desse princípio, chega-se ao seguinte resultado no IF Sertão-PE:

Tabela 7 – Relação Aluno por Docente em Tempo Integral - RAD 2016

UNIDADE	Aluno-Equivalente	Docentes Equivalentes	2016
Campus Petrolina	2.091,96	129,5	16,15
Campus Petrolina Zona Rural	1.043,84	76	13,74
Campus Floresta	639,95	55	11,63
Campus Ouricuri	438,53	59	7,4
Campus Salgueiro	725,04	60	12,08
Campus Serra Talhada	307,07	29	10,48
Campus Sta M ^a da Boa Vista	152,11	30	5,07
TOTAL	5.398,50	438,5	12,31

Fonte: Dados da planilha SISTEC /2016 - Elaborado pela autora

Tabela 8 – Relação Aluno por Docente em Tempo Integral - RAD 2016 – Série histórica

2016	2015	2014
12,31	13,92	21,01

Fonte: Dados da planilha SISTEC /2016 - Elaborado pela autora

O indicador da Relação Alunos por Professor, de acordo com a tabela 8, apresenta uma tendência de queda. Uma das causas, conforme relatório de gestão 2016, foi a infraestrutura dos campi. Os Campi em Consolidação¹⁰, funcionavam em sede provisória: Serra Talhada, até o primeiro semestre de 2017; Santa Mara da Boa Vista, até o segundo semestre de 2017, impedindo o aumento de novas turmas. Já os Campi Consolidados¹¹ necessitam de ampliação, pois não há mais espaços disponíveis para a oferta de novas turmas, como também construção de laboratórios, quadras, refeitórios, entre outros.

Além da infraestrutura, constatou-se o aumento no número de professores nesse período, devido à implantação dos dois novos campi, contribuindo para esse indicador negativo numa visão imediatista. Entretanto, haverá uma tendência de posituação nos próximos anos a depender da oferta de novas turmas. Outro aspecto a ser considerado é o índice de matrícula finalizada: seja porque o aluno concluiu, evadiu, foi transferido ou desligado. Esse aspecto está intrinsecamente ligado à questão da eficiência. Outro ponto relevante para essa queda deve-se ao fato de que as matrículas dos Programas Pronatec e Mulheres Mil deixaram de ser contabilizadas desde 2014, de acordo com os dados da Planilha do SISTEC.

¹⁰ São considerados Campus em Consolidação os Campi com menos de cinco anos.

¹¹ São considerados Campus Consolidados os Campi com mais de cinco anos.

É importante também observar nesse indicador que todos os campi do IF Sertão-PE estão abaixo do índice estabelecido. O campus com melhor desempenho chegou a 16,15, equivalente a 80,75%. Os demais estão bem abaixo do percentual estabelecido na Lei nº 13.005/2014, estratégias 11.11 e 12.3 do anexo da lei, considerando que dos sete campi, cinco são classificados como Consolidados e deveriam apresentar a relação de 20 alunos para um docente. Constatou-se, também, que um desses campi apresenta um resultado preocupante, 37%. Isso significa que a instituição deverá planejar ações para reverter o quadro apresentado, inclusive por ser uma recomendação da auditoria da CGU¹².

Em relação aos campi em consolidação, essa relação de 20/1 só começa a ser contabilizada para dotação orçamentária a partir do quinto ano, porém um deles sinaliza a necessidade de uma atenção maior para evitar que o problema detectado nos Campi Consolidados não seja repetido. Enquanto o campus de Serra Talhada conseguiu 52,45%, Santa Maria chegou a 25,35%.

E a rede federal como se encontra nesse indicador? Buscou-se manter o mesmo parâmetro do quadro da relação de concluintes por matrículas atendidas.

Tabela 9 –Relação Aluno por Docente em Tempo Integral - RAD 2016 – Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia

RCM – DADOS 2016					DADOS – SÉRIE HISTÓRICA		
UF	Instituto	Aluno-Equivalente	Docentes	Percentual	2015	2014	2013
PE	IFSertão	5.398,50	438,5	12,31	13,92%	21,03	28,3
PE	IFPE	22.675,97	1.072,5	21,14	20,16	30,56	35,7
MA	IFMA	31.041,00	1.409,5	22,02	26,54	28,79	22,4
BA	IFBaiano	11.964,69	611,0	19,58	17,49	16,04	20,5
PB	IFPB	23.189,53	1.170,5	19,81	17,38	23,85	24,0
IFCE	IFCE	32.539,61	1.385,5	23,49	20,53	25,57	32,4
RN	IFRN	30.385,12	1.402,0	21,67	20,58	32,73	31,0
MG	IFMG	17.303,15	819,0	21,13	20,92	19,34	25,8
SP	IFSP	36.770,17	2.320,0	15,90	19,53	21,,94	34,7
SC	IFSC	24.352,84	1.277,0	19,07	17,34	25,84	39,6
PR	IFPR	17.170,78	1.035,5	16,58	14,54	31,22	60,7
DF	IFB	10.363,11	485,0	21,37	19,15	25,83	31,4
GO	IF Goiano	15.928,40	630,5	25,26	20,17	23,76	44,3
AM	IFAM	18.943,59	862,5	21,96	21,70	32,99	36,6
AC	IFAC	4.594,81	297,5	15,44	14,96	15,56	17,9

Fonte: Relatório de indicadores da rede federal – 2016

¹² Elaborar, em 180 dias, relatório de diagnóstico e plano de ação com as estratégias estabelecidas, objetivos definidos, prazos de implantação e metodologia de monitoramento e acompanhamento dos resultados que será adotado pelo IF Sertão – PE de forma a promover o alcance da meta prevista no Plano Nacional de Educação - PNE.

Tabela 10 – Relação Aluno por Docente em Tempo Integral - RAD 2016 – Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia por Região

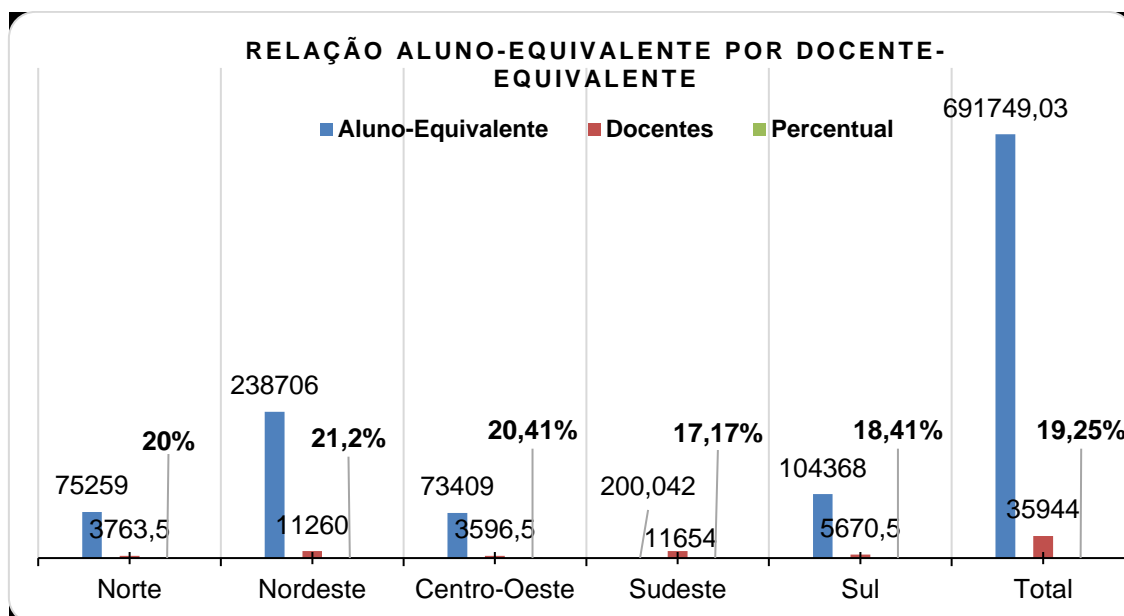
RCM – DADOS 2016				DADOS – SÉRIE HISTÓRICA		
Região	Aluno-Equivalente	Docentes	Percentual	2015	2014	2013
Norte	75.259	3.763,5	20,00	20,71	25,46	29,6
Nordeste	238.706	11.260,0	21,20	21,20	20,46	27,3
Centro-Oeste	73.409	3.596,5	20,41	18,73	19,37	30,2
Sudeste	200.042	11.654	17,17	18,86	21,58	31,1
Sul	104.368	5.670,5	18,41	17,26	21,97	31,1
Total	691.749,03	35.944,0	19,25	19,31	23,00	29,5

Fonte: Relatório de indicadores da rede federal – 2016

A análise da tabela 9 evidenciou muito mais esse indicador do IF Sertão-PE, relação refletida diretamente no orçamento da Instituição, o qual tem como base o número de alunos. Examinando os dados e tendo em vista que, dos Institutos selecionados, três tecnicamente demonstraram um resultado satisfatório, pois ultrapassam 19/1; oito estão acima dos 20/1 e apenas quatro não conseguiram atingir a meta estabelecida, o resultado da rede é positivo.

Outra informação relevante nesse indicador deve-se ao fato da mudança no cálculo: até 2014 era feito por matrículas atendidas e a partir de 2015 o parâmetro passou a ser Aluno-Equivalente, como previa a Lei nº 11.892/2008 no artigo 8º parágrafo primeiro, cuja regulamentação só aconteceu em 2015. Decorre daí a queda percebida nos dados da série histórica. Não obstante, ao analisar os percentuais da tabela 10 verificou-se que a Rede Federal EPT cumpriu a meta: Região Nordeste e Centro-Oeste atingiram mais de 100%; Região Norte, 100%, Região Sudeste 85,85% e Região Sul 92,05%.

Gráfico 7 – Relação de Aluno-Equivalente e Docente-Equivalente por região



Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico 7 mostrou que em todas as regiões o número de alunos é sempre bem maior que o número de docentes, apesar dos Institutos que estão abaixo da meta estabelecida de 20/1. Diante desses dados, os campi elencaram propostas para melhorar esse indicador, cujas ações vão desde a melhoria da infraestrutura à mudança de metodologia a fim de que os alunos permaneçam na instituição e saiam com êxito. Cabe, portanto, aos gestores monitorarem e acompanharem o desenvolvimento do planejamento. Daí a importância desse Projeto de Intervenção, que se propõe a pensar estratégias que facilitem o acompanhamento dessas ações no âmbito do IF Sertão-PE.

5.4 NA TRILHA DO PROEJA

A meta 06 do Termo de Acordo e Metas estabelece o quantitativo de Vagas e matrículas como Compromisso da oferta de curso de PROEJA (técnico e FIC) na perspectiva de promover a inclusão e atender a demanda regional, conforme disposto no Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Além desse documento há outros, conforme quadro a seguir, onde se percebe que a obrigatoriedade da oferta do PROEJA tem respaldo legal em vários documentos: a Lei nº 11.892 de 2008, de criação dos Institutos, ratifica esse compromisso e a Lei nº 13.005 de 2014, que amplia a obrigatoriedade da oferta de vagas para 25%; das quais 10% já estão asseguradas pelo Decreto nº 5.840 para a Rede Federal.

Essa seção, portanto, traçará o perfil desse tipo de oferta, por ser um grande desafio para o IF Sertão-PE, devido ao público que se pretende atender e à busca de uma metodologia adequada para atingir o objetivo almejado. Os resultados obtidos corroboram com a hipótese de que a falta de um instrumento de monitoramento e acompanhamento das ações planejadas dificultam a efetividade institucional. Foi possível, ainda, adentrar em alguns objetivos específicos ao comparar os resultados obtidos nos campi em relação às metas estabelecidas no TAM e no Decreto nº 5.840/2006, como a análise dos resultados em relação a outros campi e à Rede Federal.

Quadro 5 – Embasamento legal do PROEJA

Decreto nº 5.840/2006	Lei nº 11.892/2008	ATO nº 1, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009 – Aprova o Estatuto do IF SERTÃO-PE	TAM/ 2010	PNE / 2014
<p>Art. 2º As instituições federais de educação profissional deverão implantar cursos e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007.</p>	<p>Art. 7º, I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.</p>	<p>Art. 5º O IF SERTÃO-PE, observadas as finalidades e as características básicas, definidas no Art. 2º I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.</p>	<p>Meta 6: Compromisso da oferta de curso de PROEJA (técnico e FIC) na perspectiva de promover a inclusão e atender a demanda regional, conforme o disposto no Decreto de nº 5.840, de 13 de julho de 2006.</p>	<p>Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional</p>
<p>§ 1º As instituições referidas no caput disponibilizarão ao PROEJA, em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007</p>				
<p>§ 2º A ampliação da oferta de que trata o § 1º deverá estar incluída no plano de desenvolvimento institucional da instituição federal de ensino.</p>				

Fonte: Elaborado pela autora a partir da legislação

Embora os dados apontem que desde 2006 o IF Sertão-PE já ofertava PROEJA, só em 2009 assume oficialmente essa modalidade de ensino, segundo relatório do Núcleo Pedagógico da Pró-Reitoria de ensino (PROEN):

O PROEJA foi implantado no então CEFET Petrolina, unidades Industrial e Agrícola no ano de 2006, atendendo ao Decreto nº 5.840/2006, assim como ao Ofício Circular nº 61/2005/CGSIFEP/DPAI/SETEC/MEC, que era orientado aos Dirigentes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Foi criada, dentro do CEFET, uma Comissão de Implantação do PROEJA, através da Portaria nº 162 de 20 de junho de 2006.

A análise dessa modalidade de ensino foi feita a partir das constatações nº 2.1.1.1 e 2.1.1.8 do Relatório de Auditoria Anual de Contas da CGU de 2016, p. 27 e 30 o qual aponta duas situações: uma, o não cumprimento dos 10% estabelecido no Decreto nº 5.840/2006; a outra, a ausência desse tipo de oferta de ensino no PDI 2014-2018.

A fim de dirimir a primeira constatação, foram encaminhadas pela PROEN ações que resultaram na adequação das metas de ensino, não apenas no PROEJA, mas de todas, uma vez que o plano que se tinha, conforme demonstrado no quadro 6, ao retratar as metas como constam no PDI atual. Tal formato não contribui para o acompanhamento da implementação das políticas públicas, cujos documentos legais, já previam monitoramento sistêmico das metas estabelecidas.

Quadro 6 – Metas de Ensino - PDI - 2014-2018

Objetivo 1: Buscar a excelência nas áreas de ensino para o alcance do sucesso na aprendizagem do aluno, das exigências sociais e legais e as expectativas da comunidade escolar						
Metas	2014	2015	2016	2017	2018	Indicadores
Capacitar 90% dos servidores através dos cursos de formação continuada nas diversas áreas	X	X	X	X	X	Servidores capacitados
Estruturar 100% das Coordenações de cursos, os colegiados de curso e/ou Núcleos Docentes estruturante.	X	X	X	X	X	Coordenações e colegiados estruturados
Promover em 100% a articulação do processo de avaliação de cursos ao projeto de auto avaliação institucional – CPA e às considerações das comissões externas de avaliação	X	X	X	X	X	Curso reconhecido
Realizar pesquisas para mapeamento de demandas e subsidiar a criação e manutenção de novos cursos do IF Sertão – PE	X	X	X	X	X	Pesquisas realizadas
Projetar e implementar a estrutura das 7 fazendas para atender as áreas de ensino pesquisa e extensão	X	X	X	X	X	Vagas criadas
Melhorar em 60% o índice de eficiência dos cursos técnicos e superiores com estudos e ações que reduzam os percentuais de evasão repetência e retenção	X	X	X	X	X	Melhoria do índice

Fonte PDI (2014-2018, p.24-26)

Essa era a estrutura das metas do PDI. Observe-se que em cada ano existia apenas um X, o que impossibilitava a mensuração de que cada meta estava sendo atingida ou não. Outro ponto percebido foi que algumas das metas não estavam alinhadas com os documentos norteadores. Por exemplo, o PDI estipulava melhorar o índice de eficiência em 60%; enquanto o TAM já previa, em 2016, o alcance de 90%. Outras não eram de competência da PROEN, como projetar e implantar sete fazendas para atender às áreas de ensino, pesquisa e extensão. Aqui vale ressaltar que tal meta era impossível de ser cumprida, uma vez que das sete unidades do IF Sertão-PE, duas são industriais: Campus Petrolina e Campus Serra Talhada, logo não fazia sentido implantar fazenda nessas unidades.

Na perspectiva de corrigir essas falhas e atender à recomendação da CGU que orientou para a adequação do PDI e o Planejamento estratégico às diretrizes estabelecidas pelo MEC e em acordo com o PNE e o TAM, a PROEN utilizou a seguinte metodologia: a) a análise documental; b) a divulgação dos resultados da auditoria e c) a realização de trabalho coletivo. Trabalho que foi conduzido por servidores da PROEN e da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI), conforme descrito a seguir:

- a) Análise documental: Após receber o relatório final em 02 de agosto de 2017, iniciou-se a análise das metas do PDI, do TAM e do PNE, além da Lei nº 11.892/2008.
- b) Divulgação dos resultados da auditoria: realização de reuniões com a equipe pedagógica da PROEN; reuniões com os Diretores/Chefes dos Departamentos de Ensino dos Campi e com os Coordenadores de Cursos para apresentar os resultados da auditoria e estabelecer as contribuições de cada um no processo.
- c) Realização de trabalho coletivo: compartilhamento do documento e discussão com a Equipe da PROEN; Diretores/Chefes dos Departamentos de Ensino dos *Campi* acerca das alterações necessárias para alinhar e estabelecer novas metas em conformidade com os documentos supracitados a fim de atingir os objetivos e cumprir a missão institucional.

Desse trabalho resultou a Resolução nº 44 do Conselho Superior, de 11 de dezembro de 2017, com a seguinte estrutura:

Quadro 7 – Metas de ensino do PDI redimensionadas

Objetivo 9: Realizar a oferta de ensino em sintonia com as realidades locais							
Metas	2014	2015	2016	2017	2018	Indicador	Referência
Adequar a oferta de vagas para cursos de graduação, médios e Proeja	50%	50%	50%	50%	50%	Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos Técnicos de nível médio	TAM, Lei 11.892/2008
	-	61%	61%				
	20%	20%	20%	20%	20%	Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos de Formação de Professores, inclusive Licenciatura	TAM, Lei 11.892/2008
	-	18%	17%				
	10%	10%	10%	10%	10%	Vagas e matrículas PROEJA	TAM, Lei 11.892/2008
-	9%	6,2%					
Implantar a modalidade EaD como atividade regular e adequar a oferta	-	-	-	-	4%	Percentual de vagas em cursos técnicos EaD com relação ao total de vagas em cursos técnicos	TAM
	-	-	10%	10%			
	5	5	5	5	2	Número cursos técnicos EaD ofertados	TAM
	5	5	5	5			
	-	-	-	2	5	Número cursos FIC EaD ofertados	TAM
	-	-	-	2			
5	5	7	7	7	Número de <i>Campi</i> que ofertam cursos na modalidade EaD	TAM	

Fonte: Página do IF Sertão-PE

Para comparar os quadros 6 e 7, tomou-se como parâmetro o objetivo 9. Nele é possível acompanhar em que patamar a meta se encontra e dessa forma pensar estratégias para que ela seja atingida. Tome-se como exemplo o PROEJA, meta em análise. Se o percentual de vaga e matrícula é de 10%, e em 2015 o índice foi de 9% e de 6,2% em 2016, percebeu-se a necessidade de planejamento para implantação de novos cursos e ou novas turmas nos campi que estavam sem a oferta de vagas, nesse tipo de oferta de ensino. Esse dado permitiu ainda, justificar porque oferecer turmas de PROEJA, não era uma opção para o campus.

Se o objetivo do PROEJA é proporcionar a conclusão do Ensino Médio e a certificação técnica a uma parcela da população que não concluiu os estudos no período regular, cada unidade deve empreender esforços para cumprir a função social, razão pela qual foram criados os Institutos Federais, conforme Art. 6º, inciso I e II.

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no

desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
 II - desenvolver educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais. (BRASIL, 2008).

A revisão dessa parte do PDI será um instrumento que possibilitará o planejamento de ações que garantam maior eficiência institucional, uma vez que a análise das metas do PDI propiciou o reconhecimento de que realmente havia uma falha, viabilizando que se fizessem os ajustes necessários para o melhor desempenho das atividades relacionadas às políticas de Ensino.

Quanto à constatação em relação à meta dos 10%, considerando-se o Art. 2º do Decreto nº 5.840/2010 em relação à oferta de vagas e de matrículas, percebe-se no período de 2014 a 2017 o seguinte panorama, levando em conta o parágrafo primeiro do Art. 2º do referido Decreto, onde consta que as instituições disponibilizarão no mínimo dez por cento do total de vagas de ingresso.

Tabela 11 – Percentual de vagas do Proeja conforme Decreto

	Total de vagas	Percentual 10% Proeja	Vagas Ofertadas	Percentual
2014	1990	199	195	10%
2015	1.735	173	185	10,66 %
2016	2.099	209	125	6%
2017	1.990	199	200	10,05 %

Fonte: Dados do SISTEC/SAGE – Elaborado pela autora

Entretanto, desde 2015, a base de cálculo das vagas ofertadas no ano em curso segue a relação de aluno-equivalente e matrícula-equivalente conforme previsto na Lei nº 11.892/2008, Art. 8º § 1º ao definir que o cumprimento dos percentuais de vagas seguirá o conceito de aluno-equivalente a ser regulamentado pelo MEC, só em 2015, com a publicação da Portaria MEC nº 818 e Portaria nº 25 da SETEC em 13 de agosto de 2015. Essa nova metodologia mudou completamente a fórmula de cálculo.

Tabela 12 – Percentual de vagas do Proeja conforme Lei 11.892

Unidade	2017			2016			2015		
	Mat. Equivalente (PROEJA)	Mat. Equivalente	%	Mat. Equivalente (PROEJA)	Mat. Equivalente	%	Mat. Equivalente (PROEJA)	Mat. Equivalente	%
Campus Petrolina	276	2.554	10,8	283	2.209,00	12,81	307	2.629	11,67
Campus Petrolina Zona rural	6	1.184	0,5	28	1.388,00	2	54	1.237	4,3
Campus Floresta	4	956	0,5	38	941	4	43	771	5,6
Campus Ouricuri	45	805	5,6	77	719	10,7	77	656	11,53
Campus Salgueiro	98	1.299	7,6	107	1.199	9	82	989	8,3
Campus Serra Talhada	25	444	294	0	199	0	0	88	0
Campus Santa Maria	0	294							
Total	454	7.536	6,1	536	6.969,00	7,7	563	6,5	8,66

Fonte: Dados SISTEC / Plataforma Nilo Peçanha – Elaborado pela autora

Depreende-se da tabela 12 cujo cálculo foi feito como previsto no Decreto nº 5.840/2006, que só não houve cumprimento da meta em 2016. Essa constatação incentivou os campi sem oferta de PROEJA a planejarem ao menos uma turma para 2018, como uma medida interventiva na busca de atingir o que estabelece a legislação.

Ressalte-se que os campi de Santa Maria e Serra Talhada são unidades em consolidação, ou seja, tiveram suas atividades iniciadas em 2014 e funcionavam em prédios cedidos pela prefeitura até 2017; logo, não tinham obrigatoriedade de ofertar todas as modalidades de Ensino e tipos de oferta de ensino. O crescimento é gradativo.

Tabela 13 – Previsão de oferta de vagas para o Proeja em 2018, conforme resposta enviada à CGU

Unidade do IF Sertão-PE	nº de Vagas
Campus Petrolina	95
Campus Floresta	35
Campus Salgueiro	35
Campus Ouricuri	35
Campus Santa Maria da Boa Vista	35
Campus Serra talhada	35
TOTAL	270

Fonte: Elaborado pela autora

Um dado significativo pode ser visto na comparação com a Rede Federal, a qual obteve em 2017 o percentual de 2,4%, enquanto o IF Sertão-PE, 6,1%, uma diferença positiva de 3,7%, como se pode verificar na Plataforma Nilo Peçanha, instituída através da Portaria nº 01/2018 de 03 de janeiro, “como um instrumento fundamental de gestão para o acompanhamento, monitoramento, avaliação e divulgação dos dados acadêmicos, técnico-administrativos e financeiros de toda a Rede Federal”, lançada no dia 15 de março de 2018.

Em relação à eficiência e eficácia dos cursos do Proeja no IF Sertão-PE; metas 1 e 2 do TAM; considerando que os dados da tabela 14 compreendem o período de 2006 a 2017; considerando ainda que para eficiência a meta pactuada foi de 90% e a eficácia de 80%, constata-se um grande desafio institucional, pois não basta permitir o acesso. Deve-se ir além, e envidar esforços para assegurar a permanência e a saída exitosa.

Tabela 14 – Eficiência PROEJA – 2006 -2017

Unidade	Curso	Indicador						
		Ingresso	Em curso	Evasão	Integralizado	Trancado	Transferido	Concluído
Campus Petrolina	Edificações	327	64	232	12	0	3	16
	Eletrotécnica	236	60	154	0	0	7	15
	Informática	170	20	127	12	1	0	10
	Total	733	144	513	24	1	10	41
Campus Petrolina Zona rural	Agroindústria	177	8	98	2	0	4	6
	Total	177	8	98	2	0	4	6
Campus Floresta	Agroindústria	110	8	85	0	0	1	16
	Total	110	8	85	0	0	1	16
Campus Salgueiro	Edificações	202	77	112	3	2	4	4
	Total	202	77	112	3	2	4	4
Campus Ouricuri	Agroindústria	102	9	79	10	0	0	4
	Edificações	48	26	22	0	0	0	0
	Total	150	35	101	10	0	0	4

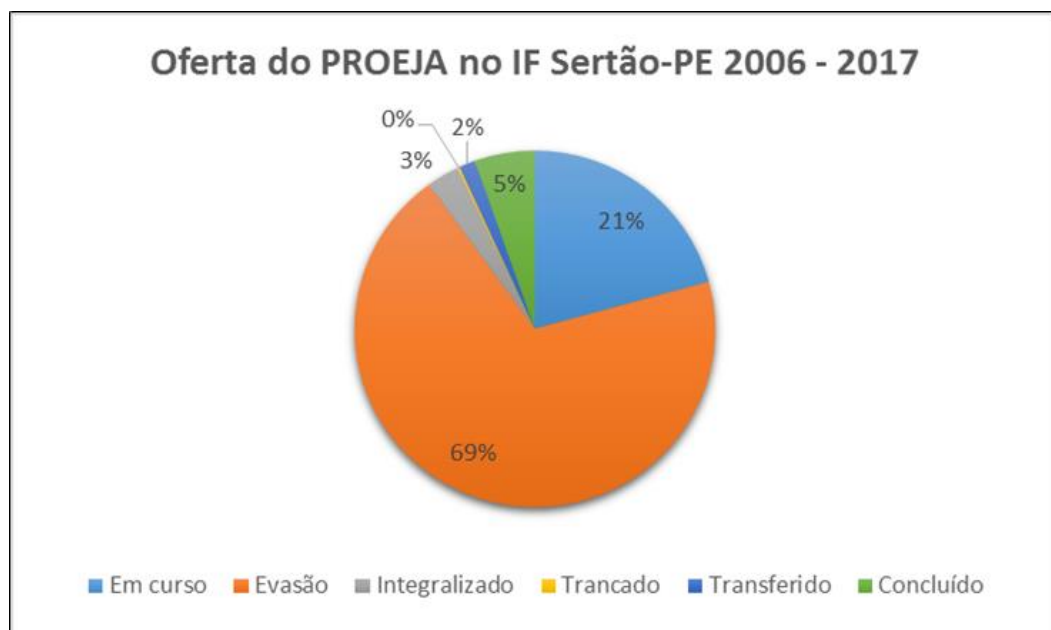
Fonte: Sage/SISTEC – Elaborado pela autora

Tabela 15 – Dados Gerais do PROEJA – 2006 a 2017

Unidade	Indicador						
	Ingresso	Em curso	Evasão	Integralizado	Trancado	Transferido	Concluído
Campus Petrolina	733	144	513	24	1	10	41
Campus Petrolina Zona rural	177	8	98	1	0	4	6
Campus Floresta	110	8	85	0	0	1	16
Campus Ouricuri	150	26	101	0	0	0	4
Campus Salgueiro	202	77	112	3	2	4	4
Total	1372	263	909	28	3	19	71

Fonte: Sage/Sistec - Elaborado pela autora

Os dados da tabela 15 representam a realidade de cada campus, comprovando que a problemática não se restringe a uma unidade, mas é comum a todas, gerando o seguinte quadro institucional: dos 1.372 ingressos, apenas 263 permanecem com matrícula em curso, equivalendo a uma eficiência de 19,16%; quando o desejável seria 90%. A taxa de evasão é de 66,25% gerando uma eficácia de apenas 5,17%; quando o índice aceitável seria de 80%. Essa constatação incita a olhar para o PROEJA de forma diferente. Trata-se, pois, de um grande desafio institucional que extrapola o olhar sobre o não cumprimento da oferta de vagas definidas na legislação. Faz-se necessário pensar ações para trilhar um caminho que, em primeiro lugar, levem em consideração os anseios e o contexto local, mas também que permitam atender às determinações legais. O gráfico a seguir sintetiza as informações contidas na tabela 15.

Gráfico 8 – Panorama do Proeja no IF Sertão - PE

Fonte: SISTEC / Relatório Núcleo PROEN – 2017

Abaixo o gráfico com a progressão de matrículas do PROEJA no IF Sertão-PE de 2006 a 2017.

Gráfico 9 – Progressão de Matrícula – Proeja

Fonte:
SISTEC
/

Relatório Núcleo PROEN – 2017

O gráfico 9 possibilitou a visualização de uma curva ascendente, no número de matrículas anuais do Proeja, exceto no período de 2012 a 2015, apesar do alto índice de evasão e retenção, problema que deverá ser combatido com a maior urgência. No plano de ação elaborado em resposta ao relatório da CGU, constam propostas referentes ao PROEJA as quais visam à melhoria desse indicador de gestão, logo essas ações precisam ser acompanhadas, caso se deseje êxito na missão a que a instituição se propôs.

5.5 TRILHANDO A EFICIÊNCIA

O que se entende por eficiência, já que se trata de uma palavra em alta tanto na esfera privada como na esfera pública pode ser assim sintetizado:

O termo eficiência em sentido próprio, segundo o Dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano e traduzido por Ivone Castilho Beneditti, significa a ação da causa eficiente. Mas hoje, em todas as línguas, esse termo é empregado com significado diferente, como correspondência ou adequação de um instrumento a sua função ou de uma pessoa a sua tarefa. Diz-se também **"de uma organização" para indicar a adequação de uma organização às suas funções**, (grifo nosso) e, correspondentemente, fala-se de "ineficiência" (ABBAGNAMO, 2007, p. 307).

É nesse último sentido que a palavra é empregada no Termo de Acordo e Metas, pois leva em consideração o acompanhamento das políticas públicas implantadas na busca da melhoria da qualidade da educação brasileira e no desenvolvimento social do país, por isso o governo acredita que são fundamentais a construção e a ampla utilização de medidas de desempenho que expressem o grau de alcance das metas e objetivos estabelecidos.

Eficiência faz parte dos indicadores estabelecidos no TAM ao prever o alcance da meta mínima de 90% de eficiência da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 75% no ano de 2013, medida semestralmente, cujo objetivo é ampliar a oferta e a melhoria das instituições federais de educação profissional. Por outro lado, a sociedade também tem o direito de acompanhar a aplicação dos recursos públicos, afinal é dinheiro do povo que às vezes é desperdiçado. Segundo Carvalho,

No processo democrático que vivemos, sociedade e cidadãos, querem relações de transparência e participação nas decisões referentes a ação

pública. Querem conhecer e acompanhar a insuprimível equação entre gastos públicos e custo-efetividade de políticas e serviços destinados a produzir maior equidade social. Este é o atributo mais importante da avaliação de políticas e programas sociais (CARVALHO, 2009, p. 1).

As definições de eficiência são parâmetros para gestores, na medida em que dão maior clareza à tarefa de gestão, quanto à necessidade de avaliar e acompanhar as ações planejadas, tanto para a coleta dos dados quanto para sua análise. Isso permitirá às instituições realizarem comparações e análises que permitirão avaliar a eficiência de seus projetos e programas nos seus diferentes processos educacionais e administrativos na busca de ajustar e corrigir as falhas que forem detectadas. Entretanto, é preciso cautela para a avaliação para não se tornar um instrumento de fiscalização e de opressão, como adverte Carvalho, ao afirmar que:

[...] a recente hipervalorização da avaliação de políticas e de seus serviços pode nos levar a cair em armadilhas. A mais preocupante delas é de pensar a avaliação numa perspectiva, tão somente, de aferição econométrica, expressando a ação na sua eficiência e eficácia imediatas, sem a qualificar, exigência necessária à melhoria de programas e serviços públicos (CARVALHO, 2009, p. 1).

Partindo desse princípio, foi feita a análise da eficiência no IF Sertão-PE e percebeu-se a princípio a existência de duas maneiras distintas de verificação da eficiência. A primeira é a do acórdão 2.267/2005 do T.C.U., denominado de Eficiência Acadêmica de Concluintes, propondo-se medir a capacidade de alcançar êxito entre os alunos que finalizam. Tomando como base a relação entre todos os alunos que concluíram o curso no período de análise, independentemente da época de seu ingresso; e todos que de alguma forma finalizaram seu curso, granjeando êxito ou não.

Nessa lógica, classificam-se como matrículas finalizadas os alunos concluídos, evadidos, desligados, transferidos e reprovados. Cabe, aqui, expor o significado de aluno reprovado, conforme o Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de EPCT (p. 13), como sendo aquele impossibilitado de continuar o curso em outro período. Situação possível, nos Institutos Federais, apenas para os Cursos de Formação Inicial e Continuada, pois não há como retomar ao curso no semestre seguinte, como acontece nos cursos regulares.

Para se chegar ao índice de eficiência do IF Sertão-PE, tomou-se como memória de cálculo a seguinte fórmula: concluintes / finalizados * 100, gerando os seguintes resultados (tabela 16):

Tabela 16 – Índice de Eficiência Acadêmica 2016

UNIDADE	Concluintes	Finalizados	%
Campus Petrolina	505	1.148	44,00%
Campus Petrolina Zona Rural	371	748	49,69%
Campus Floresta	202	406	49,75%
Campus Ouricuri	159	347	46,82
Campus Salgueiro	186	423	43,97%
Campus Serra Talhada	227	650	34,92%
Campus Santa Maria da Boa Vista	369	615	60,00%
TOTAL	2019	4.362	46,29%

Fonte: Planilha SISTEC/ 2016 – Elaborado pela autora

Tabela 17 – Descrição das Matrículas Finalizadas

	Matrículas finalizadas					
	Concluídos	Evadidos	Desligados	Transferidos	Reprovados	Total
Campus Petrolina	505	571	1	26	45	1.148
Campus Petrolina Z. Rural	371	330	24	11	12	748
Campus Floresta	202	193	3	4	4	406
Campus Ouricuri	159	180	6	2	0	347
Campus Salgueiro	186	202	14	21	0	423
Campus Sta M ^a da Boa vista	369	24	1	0	246	640
Campus Serra Talhada	227	141	0	0	282	650
Total	2019	1641	49	56	589	4326

Fonte: Planilha SISTEC/ 2016 – Elaborado pela autora

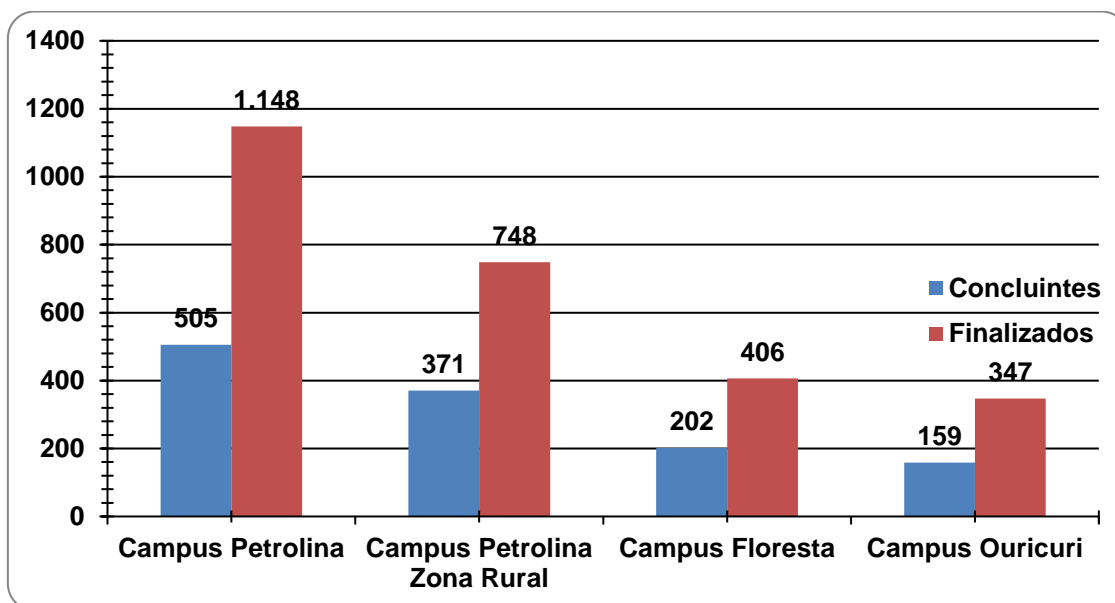
Ao observar a tabela 16, tomando-se como parâmetro a meta de 90% prevista no TAM, constata-se que falta 43,7% para o IF Sertão-PE alcançar o resultado esperado. Trilha que deverá ser seguida por todos os campi. Já ao detalhar os números que resultam no indicador matrículas finalizadas, na tabela 17, os dados são surpreendentes, pois exceto o campus Santa Maria da Boa Vista, todos possuem menos alunos concluídos que finalizados. Lembre-se de que nas matrículas finalizadas, exceto os alunos com o status de concluídos, os outros se encontram impossibilitados de concluir seu curso, pois estão fora da Instituição, por algum dos status elencados.

Convém destacar que o índice de evasão é bastante alto, problema recorrente nos Institutos Federais, mas não só. De acordo com Dore e Lüscher (2011), a evasão é um fenômeno em expansão não apenas no Brasil mais em diversos países como: Estados Unidos, Itália, Espanha, Uruguai e por isso, nos últimos anos, os Governos destes países e as instituições de ensino têm estimulado estudos dessa temática.

Corroborando com o mesmo pensamento e diante dos dados, considera-se fundamental identificar quais os motivos e as causas e traçar estratégias para erradicar essa situação, a fim de garantir o sucesso dos alunos e conseqüentemente da instituição. No entanto, para Dore e Lüscher (2011), não é fácil a identificação das possíveis causas, visto que outras situações análogas à evasão escolar são influenciadas por fatores diversos que podem relacionar-se tanto com o estudante, como à sua família, à escola e à comunidade onde vive. Para Dore e Lüscher é preciso

Associar o estudo da evasão escolar ao estudo de fatores sociais, institucionais e individuais que podem interferir na decisão de estudantes sobre permanecer na escola ou abandoná-la antes da conclusão de um curso. Assim, é necessário considerar desde o tipo de inserção do estudante no contexto social mais amplo, o que envolve questões econômicas, sociais, políticas, culturais e educativas, até suas próprias escolhas, desejos e possibilidades individuais (DORE; LÜSCHER. 2011, p. 778).

O quadro atual de evasão do IF Sertão-PE exige uma intervenção urgente conforme gráfico 10 para que os planos de ação elaborados pelos campi e enviados à SETEC em maio de 2016, sejam efetivados. Segundo Dore e Lüscher (2011), para controlar esse problema não é suficiente examiná-lo em suas conseqüências na busca de soluções quando o problema já se instalou. Ao contrário, é mister antecipar-se e estabelecer ações antecipadas para identificar todas as probabilidades de evasão, de modo a possibilitar o acompanhamento de jovens em situação de risco e assim, evitar que o problema ocorra.

Gráfico 10 – Status das Matrículas Finalizadas

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do SISTEC

As tabelas 18 e 19 revelam o retrato da Rede Federal, corroborando a visão de que o IF Sertão-PE está na média da rede, que varia de 32,65% no IFB¹³ a 63,68% no IFSP¹⁴

¹³ Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília.

¹⁴ Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia São Paulo.

Tabela 18 – Dados da Eficiência Acadêmica na Rede Federal

		2016			SÉRIE HISTÓRICA		
UF	Instituto	Finalizados	Concluintes	Percentual	2015	2014	2013
PE	IFSertão	4.362	2.019	46,29%	47,69%	39,90%	43,83%
PE	IFPE	5.843	2.674	45,76%	41,49%	57,58%	59,97%
MA	IFMA	3.526	1.957	55,50%	55,80%	39,29%	54,27%
BA	IFBaiano	2.961	1.454	49,11%	50,81%	51,24%	43,48%
PB	IFPB	2.960	1.069	36,11%	29,13%	46,50%	28,42%
IFCE	IFCE	9.796	4.116	42,02%	40,31%	44,24%	36,64%
RN	IFRN	9.494	6.046	63,68%	48,98%	60,02%	66,24%
MG	IFMG	3.592	1.785	49,69%	43,02%	52,76%	51,98%
SP	IFSP	28.006	14.708	52,52%	50,29%	38,64%	35,40%
SC	IFSC	20.727	10.259	49,50%	45,67%	53,09%	53,47%
PR	IFPR	9.641	3.928	40,74%	40,37%	53,04%	62,22%
DF	IFB	3.727	1.228	32,95%	37,30%	39,63%	41,07%
GO	IF Goiano	5.811	3.623	62,35%	58,41%	45,75%	36,71%
AM	IFAM	3.526	1.957	55,50%	44,00%	71,49%	64,08%
AC	IFAC	881	422	47,90%	23,20%	14,56%	24,67%

Fonte: Relatório de indicadores da rede federal – 2016/ Elaborado pela autora

Tabela 19 – Eficiência por Região

EFICIÊNCIA ACADÊMICA– DADOS 2016				DADOS – SÉRIE HISTÓRICA		
Região	Finalizados	Concluintes	Percentual	2015	2014	2013
Norte	22.188	11.285	50,86%	48,50%	56,47%	50,63%
Nordeste	59.899	27.678	46,21%	41,64%	51,23%	49,11%
Centro-Oeste	23.310	9.784	41,97%	42,44%	41,65%	35,18%
Sudeste	63.299	31.996	50,55%	51,04%	60,80%	51,39%
Sul	50.411	22.278	44,19%	41,15%	52,93%	53,86%
Total	219.107	103.021	47,02%	45,41%	54,40%	49,26%

Fonte: Relatório de indicadores da rede federal – 2016 / Elaborado pela autora

Dos quinze Institutos analisados percebe-se que o índice de eficiência acadêmica está aproximadamente entre 40% a 55% em onze Institutos; dois estão na faixa de 60% e dois na faixa dos 30%. Logo, o IF Sertão-PE trilhou o mesmo caminho da maioria. Índice semelhante trilhado pelas regiões, onde a variação foi de 41,97% a 50,86%. Em relação ao percentual dos Institutos o IFRN apresentou o melhor desempenho, 63,68% e o IFB o menor, 32,95%

A segunda análise de eficiência tem como orientação o TAM intitulado de índice de eficiência da instituição, verificada agora por outra ótica: pelo número de Aluno-

Equivalente¹⁵ e Ingressante Acumulado-Equivalente¹⁶. A partir desse prisma, a eficiência assume uma visão mais ampla da Instituição, pois não avalia só os finalizados, mas todos os alunos matriculados na instituição, incluindo-se também os ingressantes, a partir dos conceitos e dos pesos de cálculo, como fator de esforço do curso; a equiparação da carga horária, os ciclos de matrícula.

Na trilha da eficiência acadêmica a barreira para um resultado eficaz está na evasão e na reprovação. Já nesta segunda trilha a barreira são os alunos retidos ou fora dos ciclos. Quanto mais tempo o aluno permanece na instituição, mais o peso diminui. Quanto maior a aproximação entre o ingressante acumulado-equivalente e o aluno-equivalente, melhor o resultado da unidade.

Tabela 20 – Dados da eficiência institucional de cada Unidade do IF Sertão-PE de acordo com o TAM

Unidade	Aluno-equivalente	Ingressante-acumulado equivalente	Índice de eficiência
Campus Petrolina	2.001,91	2.209,91	90,59%
Campus Petrolina Zona Rural	1.003,80	1.388,33	72,30%
Campus Floresta	610,16	940,98	64,84%
Campus Ouricuri	432,49	719,14	60,14%
Campus Salgueiro	705,19	1.198,52	58,84%
Campus Serra Talhada	307,07	313,60	97,92%
Campus Santa M^a da Boa Vista	152,11	198,53	76,62%
TOTAL	5.212,75	6.969,02	74,46%

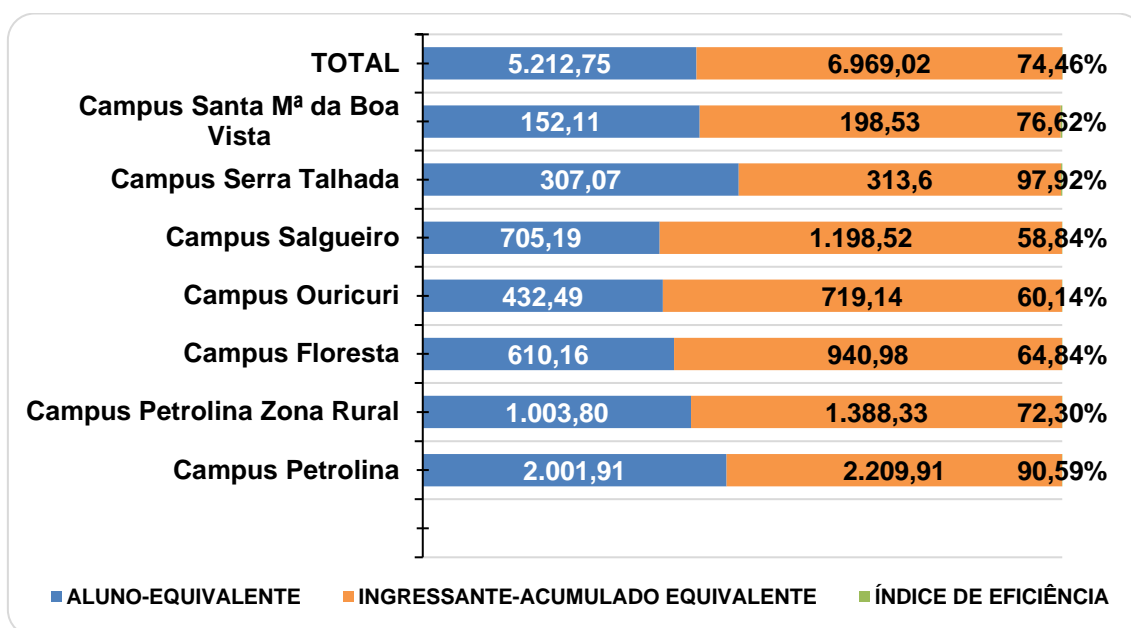
Fonte: SISTEC /2016 – Elaborado pela autora

Nessa ótica, a eficiência conta a capacidade de renovação de matrícula, de concluintes, pois significa que será possível aumentar a entrada dos ingressantes. Observa-se, ainda, pela análise dos dados do quadro 25 que a eficiência está relacionada com a capacidade do campus e relaciona-se com a eficácia, pois na medida em que aumenta o número de concluintes, mais alunos poderão ingressar na instituição e quanto menos alunos evadidos ou reprovados maior o número de matrículas atendidas e respectivamente a relação aluno por professor crescerá. O gráfico a seguir respalda essa afirmação.

¹⁵ É o aluno matriculado em um determinado curso, ponderado pelo Fator de Equiparação de Carga Horária e pelo Fator de Esforço de Curso.

¹⁶ Todos os ingressantes equivalentes (ingressante X fator de esforço de curso X fator de equiparação de carga horária) de todos os ciclos de matrícula com data de início igual ou anterior ao último dia do Período de Análise e data fim prevista igual ou posterior ao primeiro dia do Período de Análise.

Gráfico 11 – Eficiência Institucional 2016



Fonte: SISTEC /2016 – Elaborado pela autora

6 NA TRILHA DA PROPOSTA INTERVENTIVA

Os objetivos deste Projeto de Intervenção foram analisar os indicadores de gestão do IF Sertão-PE a partir dos documentos que definem e regulamentam os Institutos Federais, na perspectiva de disponibilizar para a gestão instrumentos de acompanhamento das ações planejadas para a efetividade institucional; comparar os resultados obtidos nos campi, bem como as dificuldades enfrentadas pelos gestores para o atendimento das metas do TAM e PNE entre os campi, além de propor um modelo de instrumento de acompanhamento e monitoramento das políticas de ensino.

O Projeto de Intervenção buscou respaldo nos dados extraídos da planilha eletrônica do SISTEC, única forma oficial para análise dos dados lançados pelo Controle Acadêmico dos Campi, base para o relatório de prestação de contas anual para o TCU. A sistemática era a seguinte: geralmente em dezembro saía uma prévia desses dados que deveriam ser conferidos pelas unidades, fazendo-se os ajustes necessários, e até fevereiro era disponibilizada a versão final. Essa planilha não era didática, tão pouco de fácil manuseio e interpretação, o que fazia com que a Rede Federal não tivesse um mecanismo que possibilitasse o acompanhamento efetivo dos resultados obtidos por cada unidade.

Buscando preencher essa lacuna, em janeiro de 2018, a SETEC emitiu a Portaria nº 01/2018 instituindo a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que segundo a SETEC/MEC, é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia (Rede Federal), tendo como objetivo principal reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. Há uma grande expectativa na rede em relação a esse ambiente, a fim de que haja mais transparência dos resultados obtidos pela Rede Federal em todo país.

Desse modo, o Projeto de Intervenção procurou respaldo nos dados de 2016, fazendo sempre um paralelo com exercícios anteriores, e foi possível verificar a distância entre as metas estabelecidas e os resultados obtidos, não apenas nas Unidades do IF Sertão-PE, como também em quinze unidades de estados diferentes, comprovando que essa é uma realidade de toda a Rede.

Conhecer a realidade do IF Sertão-PE foi fundamental para compreender o que

se espera desta Instituição de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, situada numa região onde o índice de vulnerabilidade econômica é bastante significativo, visto que 78,23% dos estudantes declararam possuir uma renda per capita de até um salário mínimo. Logo, este Projeto de Intervenção poderá ser aplicado, visando assegurar a qualidade dos serviços ofertados à comunidade, direito constituído e um princípio democrático.

Todos têm direito à educação de qualidade, propiciando aos estudantes desenvolverem suas potencialidades. Entretanto os dados apontam uma distância entre os resultados apresentados e as metas estabelecidas. E eles falam por si sós e permitirão à gestão adotar um programa de monitoramento, não para fiscalizar, ou para responder demandas de órgãos de controle, mas como um mecanismo eficaz para o sucesso escolar, razão de ser uma Instituição de Ensino. Para Lück,

O monitoramento e a avaliação do processo de implementação de políticas, diretrizes e planos educacionais de ação indicam que os mesmos são importantes, são levados a sério, que não representam meras formalidades burocráticas e que há um compromisso e responsabilidades efetivos em realizá-los (LÜCK, 2013, p .47).

A ausência de um programa de monitoramento sistêmico contribuiu para o resultado que ora se apresenta, além de outros elementos elencados ao longo deste trabalho. Essa constatação é reforçada por Lück (2013), quando afirma que avaliação e monitoramento embora sejam funções essenciais para a gestão garantir a qualidade do ensino, não são praticadas nem propagadas e muitas vezes são práticas até rejeitadas.

Certamente isso acontece, principalmente, se não houver um envolvimento de todos no processo para compreenderem o papel e o compromisso assumido ao aceitarem o desafio de trabalhar numa instituição que oferece desde a educação básica até o ensino superior.

À medida que se descobriam os dados, uma inquietação muito grande era gerada, por isso algumas ações foram desenvolvidas durante o processo de pesquisa, inclusive porque era preciso enviar um Plano de Ação para a Controladoria Geral da União até janeiro de 2018, bem como por entender que esse levantamento de dados contribuirá para a implantação de ações que resultarão na melhoria contínua das práticas educacionais.

Embora existam limitações estruturais, a Instituição conta com um potencial

humano capaz de intervir nesses indicadores, pois de acordo com os dados do SISTEC, 16,44% dos docentes do IF Sertão-PE são doutores; 54,79% mestres e 24,43%, especialistas, enquanto graduados, são minoria. Nesse momento, conforme Lück (2013), a gestão possui um papel fundamental, pois se há uma preocupação genuína e responsável visando ao crescimento e à melhoria contínua das ações e resultados, a prática do avaliar e monitorar serão práticas cotidianas.

6.1 MONITORAMENTO DOS RESULTADOS

Os dados apresentados indicaram a necessidade de debruçar-se sobre a eficácia, principalmente do Ensino Médio Integrado, como possibilidade de melhoria desse indicador, desde que haja um acompanhamento das ações que foram planejadas pela comunidade acadêmica a fim de garantir o acesso, a permanência e a saída exitosa dos estudantes. E mais, é imprescindível o envolvimento da família e dos responsáveis pelos alunos do Ensino Médio, haja vista serem os primeiros responsáveis pela educação das crianças, adolescentes e jovens.

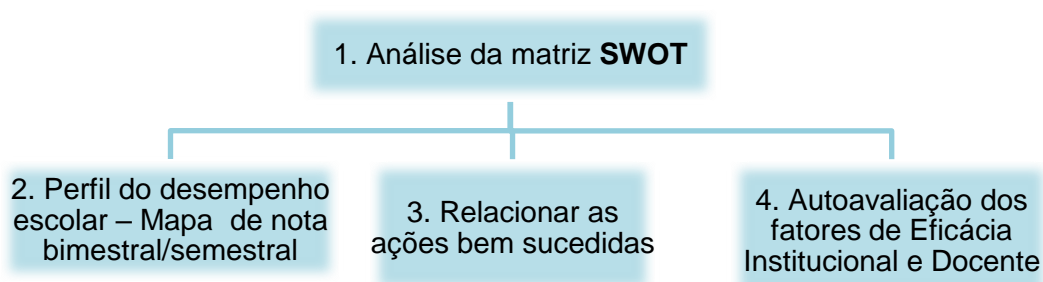
Além disso, o que se espera de um jovem do Ensino Médio Integrado é a conclusão no período regular, em vista da inserção no mundo do trabalho ou na continuação da vida acadêmica. Nessa perspectiva, admite-se que apenas 10% não tenham uma saída exitosa, o que é extremamente coerente. Para tanto, é preciso o envolvimento de todos que estão implicados no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. E acima de tudo, o acompanhamento das ações que foram planejadas para não serem apenas mais um documento preenchido e entregue aos órgãos de controle para cumprir uma exigência legal.

O PNE, ao traçar a meta de 90% de eficiência, define que o papel da Escola de Educação Básica e da Universidade, é de ajudar os alunos a conquistarem o conhecimento para intervir no meio onde estão inseridos, portanto reprovação e retenção deveria ser exceção e não regra, logo não se pode achar normal deixar mais de 50% de uma turma no caminho, seja por qual motivo for.

Propõe-se, portanto, o monitoramento dos resultados bimestrais do Ensino Médio Integrado e PROEJA, e semestral do Ensino Superior e Subsequente a fim de melhorar a eficácia, na perspectiva de aproximar-se da meta estabelecida no PNE e colaborar com a formação integral dos estudantes, reduzindo a retenção, a evasão e oportunizando a verticalização do ensino aos que desejam continuar a vida acadêmica

ou a inserção no mundo do trabalho com qualificação que lhes permitam contribuir com uma das finalidades dos Institutos Federais, prevista em seu artigo 6º, inciso III: “desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais”. O esquema abaixo sintetiza a metodologia proposta para o acompanhamento e monitoramento dos resultados.

Figura 5 – Esquema para Monitoramento



Fonte: Elaborado pela autora

Após o término de cada bimestre, para os alunos do Ensino Médio; e de cada semestre, para Subsequente e Superior, os campi do IF Sertão-PE encaminharão para análise do Núcleo Pedagógico da Pró-Reitoria de Ensino e para o Departamento de Educação Básica Técnica e Tecnológica os seguintes formulários devidamente preenchidos: forças e fraquezas; oportunidades e ameaças; mapa bimestral de ações pedagógicas bem sucedidas do campus; perfil de desempenho escolar insatisfatório dos estudantes, autoavaliação dos fatores da eficácia docente na escola e relacionar os fatores que interferiam no resultado do campus conforme os anexos I, II, III, IV e V, elaborados pela autora para este trabalho, a partir de uma experiência vivida pela pesquisadora em uma escola pública estadual de Pernambuco. A proposta será efetivada, primeiro como um Projeto Piloto em um dos campi e em seguida replicada nos demais, de acordo com os períodos estabelecidos com os Diretores ou Chefes de Departamento de Ensino.

Acredita-se que a proposta não sofrerá resistência para aplicação, dada a relevância para crescimento e consolidação da Instituição, como também pelo anseio que se percebe nos servidores, em sua maioria, para realizarem ações que resultem em resultados positivos para os estudantes.

A partir dos dados obtidos a Pró-Reitoria de Ensino junto com os Diretores de Ensino, priorizará ações que ajudem no cumprimento das finalidades e características dos Institutos, Art. 6º da Lei nº 11.892/2008, destacando o inciso V “constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica”. Essa visão extrapola o acompanhamento para além do que está previsto nos indicadores e metas seja dos Termos do Acórdão TCU 2.267/2005; do TAM/2010, PNE/2014 ou do Decreto nº 5.840/2006. Sob essa ótica, a análise do resultado do plano de ação acontecerá em função do sucesso do aluno, razão primeira de uma instituição de ensino.

Essa avaliação interna será efetivada pelo Diretor de Ensino e ou Chefe do Departamento de Ensino, Coordenadores de Cursos, Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes, Núcleo Pedagógico, Professores, Setor Psicossocial e demais educadores da instituição a partir dos indicadores disponibilizados pela SETEC e pelos dados inseridos no SAGE, tendo como foco norteador, o cumprimento das metas planejadas no PDI, Resolução nº 44 de 2017 do Conselho Superior (CONSUP), a qual está em consonância com as metas do TAM e do PNE.

6.2 OPERACIONALIZAÇÃO DO MONITORAMENTO BIMESTRAL

- a) Dez dias após a conclusão do bimestre os técnicos educacionais de cada campus junto com o coordenador do controle acadêmico emitirão o relatório dos alunos abaixo da média antes e depois da recuperação a fim de organizar o material para o monitoramento, conforme calendário estabelecido pela PROEN e o Departamento de ensino dos Campi;
- b) Confirmação do calendário de monitoramento de acordo com o planejamento elaborado pelo campus no início do semestre;
- c) Adequação da pauta do encontro de monitoramento de acordo com a realidade local;
- d) Seguindo cronograma bimestral proposto definido previamente com a gestão local, na parte da manhã serão realizadas em cada Campus sob a coordenação do Núcleo Pedagógico, Oficinas de Trabalho para análise dos dados obtidos na unidade; identificando a partir da matriz SWOT(apêndice I); as ações

exitosas (apêndice II); fatores que influenciaram no resultado insatisfatório e definição de encaminhamentos necessários à melhoria dos resultados a serem alcançados pelo campus, tendo como foco norteador, as intervenções necessárias para a formação integral e humana dos alunos e o cumprimento das metas planejadas (apêndice III), como também planejando ações que propiciem a aprendizagem através da integração entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação;

- e) À tarde será elaborado pelos professores reunidos por área de conhecimento propedêutico e da parte técnica um plano integrado bimestral de intervenção pedagógica a ser executado ao longo do bimestre, o qual será avaliado no Monitoramento Pedagógico do bimestre seguinte (apêndice IV). Por fim, farão a autoavaliação a fim de revisar a teoria e a prática pedagógica em vista do crescimento pessoal e no sucesso do aluno (apêndice V).

Todos esses instrumentos serão acompanhados pelo setor de monitoramento da PROEN e por uma Comissão formada pelos servidores Técnicos Educacionais dos campi e da Reitoria responsáveis pela coordenação de todo trabalho, bem como pelo acompanhamento da execução das ações planejadas no início do bimestre. É importante valorizar as ações bem-sucedidas, motivando que outros campi as repliquem, na busca de motivar os campi com dificuldade na implantação das atividades planejadas.

O Departamento de Educação Básica, Técnica e Tecnológica, juntamente com o Núcleo Pedagógico da Reitoria e dos Campi terão papel preponderante nesse processo, na medida em que são os responsáveis de promover a formação em serviço para os docentes na busca de práticas pedagógicas que promovam a inclusão e a aprendizagem de todos.

No quadro 26 serão apresentadas outras possibilidades de ações que podem contribuir para o acompanhamento, avaliação e monitoramento dos indicadores de ensino no IF Sertão-PE, entretanto o instrumento proposto de maneira mais efetiva foi o monitoramento bimestral, uma vez que através dele será possível acompanhar a eficácia, a eficiência, a relação aluno x professor, contribuindo para prevenir a evasão e a retenção.

Quadro 8 – Sugestões de outras ações interventivas

Outras propostas de ações
Analisar os resultados dos indicadores acadêmicos relacionados às políticas de ensino no IF Sertão-PE – anualmente os dados disponibilizados pela SETEC e semestralmente pelo SAGE a fim de apropriar-se da realidade de cada unidade.
Divulgação e análise dos resultados obtidos com a comunidade acadêmica de cada unidade, na busca de identificação do que pode ou necessita melhorar.
Após análise e interpretação dos dados obtidos, cada segmento de ensino da unidade revisará e planejará atividades em busca de melhoria dos indicadores que necessitem de ajustes
Analisar o relatório eletrônico semestral do Plano Individual de Trabalho (PIT) e Relatório Individual de Trabalho (RIT) a fim de verificar o esforço docente para planejar ações que garantam o mínimo de horas-aula previstas nos regimentos legais.
Acompanhar a frequência on-line dos estudantes, visando a redução da evasão escolar a patamares aceitáveis, ou seja 10%.
Adotar sistema informatizado - Redmine - para o acompanhamento e a avaliação das políticas de ensino. Esse sistema está sendo implantado aos poucos no IF Sertão-PE como uma ferramenta de monitoramento dos projetos e ações da gestão.
Adotar planilhas eletrônicas acompanhar a execução do PDI e do Plano de ação para melhorar os indicadores de eficiência; eficácia, cumprimento das vagas do Proeja e na relação aluno por professor.
Emitir normativo interno que fixe os mecanismos de acompanhamento e de avaliação das ações realizadas pelas unidades, pois não adianta a implementação de todos esses instrumentos, se eles não forem monitorados regularmente
Instituir mecanismos de monitoramento dos resultados bimestrais do Ensino Médio Integrado e Proeja, a fim de melhorar a eficácia na perspectiva de atingir a meta estabelecida no PNE.

Fonte: Elaborado pela autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto de intervenção apresentou como produto uma metodologia de monitoramento e acompanhamento das políticas de ensino a fim de possibilitar vencer os desafios encontrados durante o percurso da pesquisa, na perspectiva de atingir as metas pactuadas entre o MEC e a instituição. Para tanto, foram estabelecidos cinco objetivos que nortearam os caminhos desta pesquisa documental, pois a necessidade maior era conhecer a realidade da instituição a fim de pensar possibilidades para vencer os desafios e buscar novos caminhos.

A seleção dos documentos analisados levou em consideração os objetivos traçados no início do estudo, os quais serviram de base para a seleção dos indicadores que seriam pesquisados e analisados mais detalhadamente.

Em relação à eficiência, foi possível verificar que está atrelada à eficácia e à conclusão dos alunos dentro do ciclo, portanto, o IF Sertão-PE está longe dos 90% previstos no TAM, mas quando se trata de eficiência institucional, esse indicador apresenta uma melhora significativa, chega-se aos 74,46%.

Um dado significativo na eficácia e eficiência acadêmica foi a capacidade de crescimento de até 10% ou mais em um determinado período apresentado pelos campi, assim como a falta de clareza sobre as metas e os parâmetros para medir esses indicadores, além do desconhecimento desses indicadores por parte de quem está no dia a dia com os alunos e sabem mais do que ninguém em que chão estão pisando e quais as alternativas para fazerem a diferença na vida de tantas pessoas.

Quanto ao PROEJA, destaca-se a necessidade de rever metodologia e forma de oferta. Embora o IF Sertão-PE apresente um crescimento da oferta de vagas e no número de matrículas desde 2016, o índice de evasão é altíssimo em detrimento do número de alunos concluintes. O Proeja mostra dados significativos e desafiadores para toda a REDE, instigando a instituição a buscar alternativas para responder aos anseios de um público que retorna à escola após um período, e novamente é expulso por um sistema que ignora o conhecimento de mundo e toda experiência trazida por esse público.

Já em relação ao indicador de aluno-equivalente e docente-equivalente, percebeu-se que é reflexo do alto índice de evasão, que em 2016 chegou a 17%. Os dados apontaram que em todos os cursos a saída exitosa foi sempre menor que as matrículas finalizadas. No entanto, sabe-se da existência de vários fatores implicados

nesse resultado, tanto externos quanto internos; como o deslocamento até as unidades, a renda per capita da maioria dos estudantes; a falta de estrutura em alguns campi, o descompromisso com o processo de ensino e aprendizagem por parte dos vários segmentos, bem como a falta de base desestimulando a permanência na Rede.

Atente-se para o esforço que cada campus fez quando parou para discutir seus resultados e esboçar um plano de ação em vista da melhoria. Cabe agora à gestão tanto local, quanto da reitoria, o acompanhamento de todo processo, proporcionando ambientes favoráveis para a efetivação dos planos. Vale salientar que mais que recursos externos, às vezes é preciso motivação, confiança e trabalho em equipe, pois todos os segmentos precisam ter clareza das metas a serem alcançadas a fim de trilharem o mesmo caminho, buscando a excelência na educação e o cumprimento da missão que a instituição se propôs atingir.

Nesse sentido, faz-se necessário empreender esforços e investir em capacitação das equipes técnicas e docentes em formação inicial e continuada, proporcionando momentos de formação e de reflexão sobre a práxis que leve a mudança de paradigmas e ao envolvimento com o Projeto Pedagógico que vise à formação de cidadãos críticos e atuantes, capazes de interagirem e intervirem nas realidades onde estão inseridos.

É importante destacar a criação do setor de monitoramento das políticas de ensino, na reitoria a partir dos resultados tanto na auditoria, quando deste projeto de intervenção, mas é preciso ir além e investir na promoção e capacitação de servidores para atuarem nessa etapa tão importante para o sucesso de qualquer programa ou projeto. Percebeu-se que a falta do monitoramento e da avaliação contínua fizeram a diferença nos dados obtidos durante a pesquisa deste projeto de intervenção.

Talvez o maior desafio a ser enfrentado seja a mudança de paradigma para perceber que o monitoramento e a avaliação, como reforça Lück (2013), constituem-se em estratégia de acompanhamento e assessoramento baseados em levantamento, sistematização, análise e interpretação de dados, sem os quais a gestão não se torna efetiva. Segundo Lück (2013) é fundamental a promoção de práticas consistentes e de caráter contínuo, aproximando-as do fazer educacional cotidiano, uma vez que a educação de qualidade exige o comprometimento e o esforço de todos que estão implicados e imbricados no e com o processo, a fim de que metas, diretrizes e planos traçados sejam monitorados pela comunidade acadêmica e os resultados divulgados amplamente.

Finalmente, acredita-se que o resultado dos dados obtidos durante a pesquisa deste Projeto de Intervenção contribuirá para o desenvolvimento de ações capazes de reverter os índices aqui apresentados, e atender ao que estabelece a Lei nº 11.892/2008 no Art. 6º, inciso V, ao afirmar que os institutos Federais devem “constituir-se como centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento e o espírito crítico, voltado à investigação empírica”.

Portanto, destaca-se a importância desse estudo, não apenas para o Instituto federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, mas para toda a Rede Federal, uma vez que os dados apresentados nesta pesquisa ratificam a importância do monitoramento das políticas públicas de ensino, apesar dos desafios que precisam ser enfrentados, o maior deles talvez seja a mudança de paradigma. Entretanto, as perspectivas de sucesso que se apresentam quando se acompanha um programa ou uma ação são muito mais gratificantes que os insucessos. Afinal, educar é muito mais que transmitir informações, conteúdos, é antes de tudo a capacidade que cada educador possui e plantar sonhos no coração de cada estudante a ele confiado.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi. Revisão da tradução e tradução dos novos textos por Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Mestre Jou, 2007.

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.) **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 6.ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009.

BAQUEIRO, Dicíola Figueirêdo de Andrade. **Equidade e eficácia na educação: contribuições da política de assistência estudantil para a permanência e desempenho discente**. 2016.

BARDIN, Laurence. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005.

BRASIL. **Emenda Constitucional**, Nº 14 de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm>. Acesso em: 11 nov. 2017.

_____. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2017.

_____. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9424.htm>. Acesso em: 16 dez. 2017.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **Portaria Nº 646 de 14 de maio de 1997**. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97 e dá outras providências (trata da rede federal de educação tecnológica).

_____. Ministério de Educação e Cultura. **Portaria n.1.005 de 10 de setembro de 1997**. Institui, no âmbito da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, a Unidade de Coordenação do Programa - UCP, incumbida de adotar as providências necessárias à implementação do PROEP.

_____. **Lei n. 11.195, de 18 de novembro de 2005**. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11195-18-novembro-2005-539206-publicacaooriginal-37266-pl.html>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

_____. **Decreto, n. 5.840 de 13 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm>. Acesso em: 02 dez. 2017.

_____. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção I, p. 1.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **Portaria n. 1.015 de 21 de julho de 2011.** Instituir o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social. MEC. 2018. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. **Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 02 dez. 2017.

_____. **Ministério da Educação.** Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro, de 2012 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. **Regimento Geral do IF Sertão Pernambucano.** *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 2012. Seção 1, n. 246 p. 697. Disponível em: <<http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/a-instituicao/aceso-a-informacao?id=1196>>. Acesso em: 14 out. 2017.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências.** *Diário Oficial da União*, v. 26, 2014.

_____. Ministério da Educação. **Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de EPCT.** Brasília (DF): MEC, 2016.

_____. **Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Planalto. Casa Civil. 2018. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/Decreto/D9005.htm>. Acesso em: 04 nov. 2017.

BELL, J. Como Realizar um Projecto de Investigação. 3.ed. Lisboa: Gradiva. In: CALADO, S. dos S.; FERREIRA, SC dos R. Análise de documentos: método de recolha e análise de dados. **Disciplina Metodologia da Investigação I–Mestrado em Educação/Universidade de Lisboa. Retirado em**, v. 23, n. 05, p. 2009, 2004.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Avaliação participativa: uma escolha metodológica. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.) **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate.** 6.ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009.

CAVALCANTI, Mônica Maria de Arruda. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: uma abordagem conceitual. **Interfaces de Saberes**, v. 6, n. 1, 2006.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista portuguesa de educação**, v. 16, n. 2, 2006.

COUTO, Maria Elizabete Souza. **O significado da entrevista na configuração do objeto de estudo em uma pesquisa com professoras de História.** In: VI Encontro de História Oral do Nordeste: Culturas, Memórias e Nordeste. Ilhéus: Editus, 2007. v. 1.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-92, 2003.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011.

DOURADO, Luiz F., et al. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor.** Brasília: MEC/SEB, 2004.

FARIA, R. M. Avaliação de programas sociais: evoluções e tendências. En E, Melo Rico (Org.), **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate** (p. 41-50). 2006.

FONSECA, Marília. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 153-177, 2009.

GAIO, Roberta; CARVALHO, Roberto Brito de; SIMÕES, Regina. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In: GAIO, Roberta (Coord.) **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro. São Paulo: Record, 2004.

IF SERTÃO PERNAMBUCANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Petrolina, 2014-2018. Disponível em: <<http://www.ifsertao-pe.edu.br/images/IF-Sertao-PE/Documentos/PDI%202014-2018.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

_____. Relatório de Gestão, 2016. Disponível em: <<http://www.ifsertao-pe.edu.br/images/E-SIC/RELATORIO-GESTAO-2016.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2017.

LÜCK, Heloísa. **Avaliação e monitoramento do trabalho educacional**. Petrópolis: Vozes, 2013.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli EDA. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. **Em Aberto**, v. 5, n. 31, 2011.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A Etnopesquisa crítica multireferencial nas ciências humanas e na educação**. 2.ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

MACHADO, Lucília Regina; VELTEN, Maria Janete. Cooperação e colaboração federativas na educação profissional e tecnológica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 125, 2013.

MATIAS-PEREIRA, José. Políticas públicas de educação no Brasil: a utilização da EAD como instrumento de inclusão social. **Journal of Technology Management and Innovation**, v. 3, p. 44-55, 2008. Disponível em: <<http://www.jotmi.org/index.php/GT/article/view/art79/128>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, et al. O desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, v. 27, p. 9-29, 2007.

MPDE Ufba – Mestrado em Educação: Objetivos Disponível em: <<http://www.mpe.faced.ufba.br/objetivos>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Avaliação e monitoramento de Políticas e Programas Sociais: revendo conceitos básicos. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 5, n. 2, jul./dez. 2002.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova Gestão Pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 625-646, 2015.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em: <<https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

PENHA, Joicy Barbalho Pires. **Monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito da UFPE–Campus Vitória de Santo Antão**. 2015. 186 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) - UFPE, Recife, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15612>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

PINTO, Caroline Casagrande. **Proposta para o monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas. Brasília: **Enap**, v. 2, p. 91-110, 2006.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SILVA, Ana Lúcia; SÁ, Maria Roseli. Mestrado Profissional: cenários e singularidades em intervenções na educação. **PLURAIS - Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 59-71, jan/abr. 2016.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campelo da, et al. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., 2009, Curitiba. **Anais....** Curitiba: PUCPR, 2009. p. 4554-4566.

SILVA, Márcio Tadeu da. Uma análise crítica do método fenomenológico e a sua relação com as “geografias” humanistas. **Geografia em Questão**, v. 6, n. 2, 2013.

SILVA E SILVA, M. O. Construindo uma abordagem participativa para avaliação de políticas públicas e programas sociais. In: CONGRESS OF THE LATINAMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: LASA, 2009.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

SOBRAL, Fernanda A. Educação para a competitividade ou para a cidadania social?. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 03-11, Mar. 2000.

SOUZA, Celina; Comissão Editorial Sociologias. A Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n 16, jul/dez 2006.

SOUZA, Lanara Guimarães de. Avaliação de políticas educacionais: notas para uma pesquisa sobre concepções e práticas avaliativas dos organismos internacionais no Brasil. In: ARAGÃO, J.W. M. de; VENAS, Ronaldo Figueiredo (Orgs.) **Desafios da Gestão Escolar**: contribuições para o debate, Salvador: EDUFBA, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto NS. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANNA, Maria Lúcia Werneck. **Em torno do conceito de política social: notas introdutórias**. Rio de Janeiro:[sn], p. 72-73, 2002.

APÊNDICE II - Apontar e divulgar as principais ações bem sucedidas no campus

Campus:	Município:
QUANTIDADE DE TURMAS:	
E.M.I:	PROEJA:
SUBSEQUENTE:	SUPERIOR:

	ATIVIDADE / PROJETO BEM SUCEDIDA/O	RESPONSÁVEIS PELA ATIVIDADE	BENEFICIÁRIOS DA ATIVIDADE	DATA DE INÍCIO E FIM DA ATIVIDADE	FATORES GERADORES DO SUCESSO	AÇÕES PARA DISSEMINAR O SUCESSO	RESULTADOS ESPERADOS
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							

APÊNDICE V - Autoavaliação da Eficácia Docente

Unidade:	Município:
Nome do docente:	
Regime:	Unidade/Semestre:
Data:	Séries que leciona:
Disciplina/as:	
Área de atuação:	

	Atribuir uma pontuação de 1 a 10	Dificuldades encontradas	Perspectivas para a próxima unidade / semestre
Planejamento Didático			
Estratégias de Avaliação / Recuperação da Aprendizagem			
Estratégias Didáticas			
Presença Educativa /			
Integração com os Pais/ Responsáveis			
Resultados Alcançados			
Pontuação da Autoavaliação			

APÊNDICE VI - Convite

Prezado Educador

Sempre que se promove encontros, cursos ou seminários, tem-se em vista contribuir da melhor forma possível, para a integração e o desenvolvimento/formação das equipes. Sabe-se que você, quando participa deles, espera naturalmente que eles correspondam também às suas expectativas.

Para avaliarmos se o Encontro que você acaba de participar atendeu aos objetivos a que se propôs, ou se precisa ser aperfeiçoado ou complementado em alguns pontos, é importante colher sua opinião a respeito do mesmo.

Contribua, pois, preenchendo o presente questionário.

Agradece-se pela sua valiosa colaboração. Caso deseje pode se identificar

.....

1 - Em relação a você quais expectativas abaixo relacionadas foram alcançadas:

A – Integração com os demais educadores do Campus	sim	não
B – Oportunidade de compartilhar problemas e soluções	sim	Não
C - Oportunidade de esclarecer dúvidas psicopedagógicas	sim	não
D – Apresentação e esclarecimentos sobre as linhas norteadoras da proposta	sim	não
E – Oportunidade de refletir e rever a prática docente	sim	não

2 – Especifique as suas expectativas que não foram atendidas

.....

3 – Contribua apresentando sugestões/comentários / críticas.

APÊNDICE VII - Pauta do encontro de monitoramento

HORÁRIO	ASSUNTO	ESTRATÉGIA(S)	PARTICIPANTES	RESPONSÁVEIS
08:00	Acolhida dos Educadores	Exposição dialogada	Professores e setores ligados à DIEN	Equipe do Monitoramento do Campus (Núcleo Pedagógico e DIEN)
08:20	Análise da Matriz SWOT	Atividade em grupo	Professores e setores ligados à DIEN	Equipe do Monitoramento do Campus (Núcleo Pedagógico e DIEN)
09:30	Análise da Matriz SWOT	Plenária dos grupos	Professores e setores ligados à DIEN	Relator de cada grupo
10:00	Intervalo - lanche			
10:20	Visão Geral dos resultados acadêmicos insatisfatórios	Exposição dialogada	Professores e setores ligados à DIEN	Equipe do Monitoramento do Campus (Núcleo Pedagógico e DIEN)
12:00	Intervalo - Almoço			
13:30	Ações bem sucedidas / Fatores que interferiram na aprendizagem E planejamento de ações para melhoria dos indicadores de eficiência, eficácia e evasão	Atividade em grupo por área do conhecimento	Professores	Equipe do Monitoramento do Campus (Núcleo Pedagógico e DIEN)
15:30		Partilha dos grupos		Relatores de cada grupo
17:00	Autoavaliação docente e avaliação do encontro	Atividade individual	Professores	Equipe do Monitoramento do Campus (Núcleo Pedagógico e DIEN)